



**Demonstrações Contábeis Consolidadas do
Conglomerado Prudencial Preparadas de Acordo com
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil**

Banco Santander (Brasil) S.A.

31 de Dezembro de 2015

ÍNDICE	Pág.
Relatório dos Auditores Independentes.....	1
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial	
Balanços Patrimoniais.....	4
Demonstração dos Resultados.....	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	9
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	10
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial	
Nota 1 . Contexto Operacional.....	11
Nota 2 . Apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial.....	11
Nota 3 . Principais Práticas Contábeis.....	12
Nota 4 . Caixa e Equivalentes de Caixa.....	18
Nota 5 . Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	18
Nota 6 . Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	18
Nota 7 . Relações Interfinanceiras.....	30
Nota 8 . Carteira de Créditos e Provisão para Perdas.....	30
Nota 9 . Carteira de Câmbio.....	34
Nota 10 . Negociação e Intermediação de Valores.....	34
Nota 11 . Créditos Tributários.....	35
Nota 12 . Outros Créditos - Diversos.....	36
Nota 13 . Informações da Dependência e da Subsidiária no Exterior.....	37
Nota 14 . Participações em Coligadas e Controladas.....	38
Nota 15 . Imobilizado de Uso e Imobilizado de Arrendamento.....	42
Nota 16 . Intangível.....	42
Nota 17 . Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	43
Nota 18 . Fiscais e Previdenciárias.....	45
Nota 19 . Dívidas Subordinadas.....	46
Nota 20 . Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.....	46
Nota 21 . Outras Obrigações - Diversas.....	47
Nota 22 . Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias.....	47
Nota 23 . Patrimônio Líquido.....	51
Nota 24 . Limites Operacionais.....	54
Nota 25 . Partes Relacionadas.....	55
Nota 26 . Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias.....	59
Nota 27 . Despesas de Pessoal.....	59
Nota 28 . Outras Despesas Administrativas.....	59
Nota 29 . Despesas Tributárias.....	59
Nota 30 . Outras Receitas Operacionais.....	60
Nota 31 . Outras Despesas Operacionais.....	60
Nota 32 . Resultado não Operacional.....	60
Nota 33 . Imposto de Renda e Contribuição Social.....	61
Nota 34 . Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego.....	61
Nota 35 . Estrutura de Gerenciamento de Risco.....	70
Nota 36 . Reestruturações Societárias.....	76
Nota 37 . Eventos Subsequentes.....	78
Nota 38 . Outras Informações.....	78

Banco Santander (Brasil) S.A.

*Demonstrações Contábeis Consolidadas do
Conglomerado Prudencial Referentes ao
Período Findo em 31 de Dezembro de 2015 e
Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos Acionistas e Administradores do
Banco Santander (Brasil) S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil - BACEN, descritos na nota explicativa nº 2.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil - BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 3, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280/13 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil - BACEN, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

"Deloitte" refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido "Deloitte Touche Tohmatsu Limited" e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

© Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil - BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2, que divulga que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/12, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil - BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

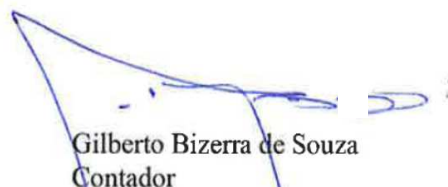
Outros assuntos

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 26 de janeiro de 2016.

São Paulo, 26 de janeiro de 2016



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes



Gilberto Bizerra de Souza
Contador

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	31/12/2015	31/12/2014
Ativo Circulante		421.942.646	373.610.479
Disponibilidades	4	6.862.501	5.072.024
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	55.313.138	39.680.782
Aplicações no Mercado Aberto		31.860.075	24.704.208
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		1.622.282	3.908.085
Aplicações em Moedas Estrangeiras		21.830.781	11.068.489
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros			
Derivativos	6	53.470.077	62.788.353
Carteira Própria		12.785.407	38.839.168
Vinculados a Compromissos de Recompra		26.353.217	19.859.594
Instrumentos Financeiros Derivativos		11.931.802	2.329.613
Vinculados ao Banco Central		537.278	492.584
Moedas de Privatização		819	128
Vinculados à Prestação de Garantias		1.861.554	1.267.266
Relações Interfinanceiras	7	55.135.620	30.140.642
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		1.778	2.120
Créditos Vinculados:		55.098.264	30.102.268
Depósitos no Banco Central		55.095.808	30.101.306
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		2.456	962
Correspondentes		35.578	36.254
Operações de Crédito	8	102.557.195	101.550.821
Setor Público		56.406	64.663
Setor Privado		106.164.199	104.517.352
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão		12.708	6.175
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.f	(3.676.118)	(3.037.369)
Operações de Arrendamento Mercantil	8	(16.424)	(13.348)
Arrendamentos a Receber:		1.188.533	1.230.637
Setor Público		131	700
Setor Privado		1.188.402	1.229.937
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)		(1.179.908)	(1.212.678)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	(25.049)	(31.307)
Outros Créditos		147.505.095	133.380.281
Créditos por Avais e Fianças Honrados		844	30
Carteira de Câmbio	9	94.642.636	84.963.645
Rendas a Receber		652.383	729.923
Negociação e Intermediação de Valores	10	1.697.899	3.062.978
Créditos Tributários	11	8.754.619	6.303.187
Diversos	12	42.118.624	38.639.320
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.f	(361.910)	(318.802)
Outros Valores e Bens		1.115.444	1.010.924
Outros Valores e Bens		727.140	529.343
(Provisões para Desvalorizações)		(75.384)	(51.170)
Despesas Antecipadas		463.688	532.751

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	31/12/2015	31/12/2014
Ativo Realizável a Longo Prazo		234.258.353	192.025.441
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	366.922	127.789
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		366.922	127.789
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros			
Derivativos	6	85.926.731	66.670.635
Carteira Própria		23.330.144	13.355.794
Vinculados a Compromissos de Recompra		32.605.138	29.306.637
Instrumentos Financeiros Derivativos		14.075.335	6.033.250
Vinculados ao Banco Central		5.679.037	8.793.837
Moedas de Privatização		2.387	2.796
Vinculados à Prestação de Garantias		10.234.690	9.178.321
Relações Interfinanceiras	7	167.818	167.818
Créditos Vinculados:		167.818	167.818
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		167.818	167.818
Operações de Crédito	8	101.762.256	91.546.706
Setor Público		62.014	89.297
Setor Privado		113.895.402	102.332.385
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão		196.634	265
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.f	(12.391.794)	(10.875.241)
Operações de Arrendamento Mercantil	8	(21.950)	(22.885)
Arrendamentos a Receber:		1.153.388	1.289.103
Setor Público		-	36
Setor Privado		1.153.388	1.289.067
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)		(1.136.953)	(1.267.923)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	(38.385)	(44.065)
Outros Créditos		45.156.370	32.548.466
Créditos por Avais e Fianças Honrados		26.851	42.028
Carteira de Câmbio	9	1.764.903	764.878
Rendas a Receber		216.852	311.834
Negociação e Intermediação de Valores	10	-	144.737
Créditos Tributários	11	24.937.699	15.592.846
Diversos	12	18.549.035	15.967.323
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.f	(338.970)	(275.180)
Outros Valores e Bens		900.206	986.912
Investimentos Temporários		101.801	101.801
(Provisões para Perdas)		(1.765)	(1.765)
Despesas Antecipadas		800.170	886.876
Permanente		22.018.176	25.763.055
Investimentos		2.283.652	2.439.032
Participações em Coligadas e Controladas:	14	2.267.947	2.420.959
No País		2.267.947	2.420.959
Outros Investimentos		55.890	54.848
(Provisões para Perdas)		(40.185)	(36.775)
Imobilizado de Uso	15.a	6.717.007	6.698.997
Imóveis de Uso		2.553.033	2.541.785
Outras Imobilizações de Uso		11.378.234	10.571.190
(Depreciações Acumuladas)		(7.214.260)	(6.413.978)
Imobilizado de Arrendamento	8.a e 15.b	5.755.624	6.598.225
Bens Arrendados	8.c	8.128.472	9.018.689
(Depreciações Acumuladas)	8.c	(2.372.848)	(2.420.464)
Intangível	16	7.261.893	10.026.801
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas		27.251.887	27.188.396
Outros Ativos Intangíveis		8.483.952	7.555.815
(Amortizações Acumuladas)		(28.473.946)	(24.717.410)
Total do Ativo		678.219.175	591.398.975

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	31/12/2015	31/12/2014
Passivo Circulante		421.631.552	356.765.924
Depósitos	17.a	95.571.112	92.306.815
Depósitos à Vista		15.712.093	16.063.324
Depósitos de Poupança		35.984.838	37.938.936
Depósitos Interfinanceiros		2.972.952	3.221.711
Depósitos a Prazo		40.901.229	35.082.844
Captações no Mercado Aberto	17.b	86.627.753	69.604.811
Carteira Própria		72.935.516	56.614.434
Carteira de Terceiros		10.827.806	11.851.434
Carteira de Livre Movimentação		2.864.431	1.138.943
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	17.c	46.814.312	46.317.189
Recursos de Aceites Cambiais		504.578	618.070
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		37.049.693	42.179.253
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		8.478.381	3.257.665
Certificados de Operações Estruturadas		781.660	262.201
Relações Interfinanceiras	7	14.405	13.850
Correspondentes		14.405	13.850
Relações Interdependências		3.817.510	2.677.813
Recursos em Trânsito de Terceiros		3.817.117	2.676.975
Transferências Internas de Recursos		393	838
Obrigações por Empréstimos	17.e	33.428.779	22.852.519
Empréstimos no País - Outras Instituições		54.221	98.205
Empréstimos no Exterior		33.374.558	22.754.314
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	17.e	5.137.083	5.260.379
Tesouro Nacional		105	233
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)		2.351.174	2.751.928
Caixa Econômica Federal (CEF)		4.373	4.686
Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME)		2.564.993	2.287.719
Outras Instituições		216.438	215.813
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	12.604.142	3.927.967
Instrumentos Financeiros Derivativos		12.604.142	3.927.967
Outras Obrigações		137.616.456	113.804.581
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		156.395	78.313
Carteira de Câmbio	9	84.694.924	79.617.514
Sociais e Estatutárias		3.059.601	1.106.182
Fiscais e Previdenciárias	18	2.681.704	1.479.862
Negociação e Intermediação de Valores	10	2.543.495	1.098.979
Dívidas Subordinadas	19	7.685.328	199.124
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	20	218.009	148.298
Diversas	21	36.577.000	30.076.309

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	31/12/2015	31/12/2014
Passivo Exigível a Longo Prazo		199.124.137	175.924.104
Depósitos	17.a	46.925.747	51.479.890
Depósitos Interfinanceiros		542.833	538.131
Depósitos a Prazo		46.382.914	50.941.759
Captações no Mercado Aberto	17.b	48.332.678	40.820.745
Carteira Própria		31.282.476	30.763.164
Carteira de Livre Movimentação		17.050.202	10.057.581
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	17.c	53.032.916	28.634.380
Recursos de Aceites Cambiais		479.684	380.791
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		47.556.025	19.713.730
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		4.993.915	8.537.959
Certificados de Operações Estruturadas		3.292	1.900
Obrigações por Empréstimos	17.e	3.308.742	1.570.206
Empréstimos no País - Outras Instituições		-	4.125
Empréstimos no Exterior		3.308.742	1.566.081
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	17.e	11.125.808	10.353.134
Tesouro Nacional		313	418
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)		5.534.930	4.732.009
Caixa Econômica Federal (CEF)		103.906	111.319
Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME)		5.479.554	5.500.089
Outras Instituições		7.105	9.299
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	10.275.526	4.884.607
Instrumentos Financeiros Derivativos		10.275.526	4.884.607
Outras Obrigações		26.122.720	38.181.142
Carteira de Câmbio	9	4.635.141	679.901
Fiscais e Previdenciárias	18	7.558.032	15.695.977
Negociação e Intermediação de Valores	10	57.560	30.619
Dívidas Subordinadas	19	411.976	7.094.953
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	20	9.744.136	6.628.348
Diversas	21	3.715.875	8.051.344
Resultados de Exercícios Futuros		385.175	408.846
Resultados de Exercícios Futuros		385.175	408.846
Participação dos Acionistas Minoritários	23.f	1.248.820	918.905
Patrimônio Líquido do Conglomerado Prudencial	23	55.829.491	57.381.196
Capital Social:		57.945.578	57.105.265
De Domiciliados no País		5.753.764	4.913.451
De Domiciliados no Exterior		52.191.814	52.191.814
Reservas de Capital		436.377	549.260
Reservas de Lucros		2.839.973	2.129.664
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(4.968.484)	(1.957.492)
(-) Ações em Tesouraria		(423.953)	(445.501)
Total do Patrimônio Líquido		57.078.311	58.300.101
Total do Passivo		678.219.175	591.398.975

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	01/07 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Receitas da Intermediação Financeira		45.647.737	81.208.848	67.348.873
Operações de Crédito		31.452.062	56.602.103	41.496.735
Operações de Arrendamento Mercantil		231.337	468.117	3.156.614
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a	18.922.344	29.930.730	17.257.476
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		(7.066.613)	(8.784.523)	462.773
Resultado de Operações com Câmbio		(694.947)	(1.346.254)	1.751.344
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		6.675	23.140	31.708
Resultado das Aplicações Compulsórias		2.796.879	4.315.535	3.192.223
Despesas da Intermediação Financeira		(45.108.929)	(74.701.336)	(51.263.075)
Operações de Captação no Mercado	17.d	(29.395.895)	(49.333.384)	(32.726.010)
Operações de Arrendamento Mercantil		-	-	(2.962.893)
Operações de Empréstimos e Repasses		(7.264.098)	(10.594.788)	(3.665.320)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(8.448.936)	(14.773.164)	(11.908.852)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		538.808	6.507.512	16.085.798
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(5.520.048)	(6.848.375)	(14.078.549)
Receitas de Prestação de Serviços	26	4.531.967	8.684.137	7.865.484
Rendas de Tarifas Bancárias	26	1.495.364	2.892.602	2.898.150
Despesas de Pessoal	27	(3.437.421)	(6.654.496)	(6.284.666)
Outras Despesas Administrativas	28	(5.508.317)	(11.893.789)	(12.821.915)
Despesas Tributárias	29	(712.779)	(1.813.188)	(3.091.148)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14	(138.723)	(254.241)	240.517
Outras Receitas Operacionais	30	477.766	9.561.463	2.655.754
Outras Despesas Operacionais	31	(2.227.905)	(7.370.863)	(5.540.725)
Resultado Operacional		(4.981.240)	(340.863)	2.007.249
Resultado não Operacional	32	449.166	537.426	472.251
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		(4.532.074)	196.563	2.479.500
Imposto de Renda e Contribuição Social	33	7.845.464	8.297.378	848.414
Provisão para Imposto de Renda		(313.191)	(592.974)	(548.709)
Provisão para Contribuição Social		(202.793)	(362.289)	(355.956)
Ativo Fiscal Diferido		8.361.448	9.252.641	1.753.079
Participações no Lucro		(737.568)	(1.266.771)	(984.018)
Participações dos Acionistas Minoritários		(100.057)	(181.663)	(161.257)
Lucro Líquido		2.475.765	7.045.507	2.182.639

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial			Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Patrimônio Líquido do Conglomerado Prudencial	Participação dos Acionistas Minoritários	Total do Patrimônio Líquido
				Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Próprios	Coligadas e Controladas	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial					
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		62.933.466	830.935	1.402.547	190.569	(552.464)	(127.177)	(1.332.264)	-	(291.707)	63.053.905	758.269	63.812.174
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	(549.088)	-	-	(549.088)	-	(549.088)
Ações em Tesouraria	23.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(153.749)	(153.749)	-	(153.749)
Resultado de Ações em Tesouraria	23.d	-	(2.343)	-	-	-	-	-	-	-	(2.343)	-	(2.343)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações	34.f	-	(94.020)	-	-	-	-	-	-	-	(94.020)	-	(94.020)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	671.949	(68.448)	-	-	-	603.501	-	603.501
Dividendos com base na Reserva para Equalização de Dividendos	23.b	-	-	-	(99.807)	-	-	-	-	-	(99.807)	-	(99.807)
Reestruturação do Capital	23.d & f	(5.828.201)	(185.312)	-	-	-	-	-	-	(45)	(6.013.558)	-	(6.013.558)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	2.182.639	-	2.182.639	-	2.182.639
Destinações:													
Reserva Legal		-	-	107.645	-	-	-	-	(107.861)	-	(216)	-	(216)
Dividendos	23.b	-	-	-	-	-	-	-	(740.193)	-	(740.193)	-	(740.193)
Juros sobre o Capital Próprio	23.b	-	-	-	-	-	-	-	(690.000)	-	(690.000)	-	(690.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	23.c	-	-	-	528.710	-	-	-	(644.585)	-	(115.875)	-	(115.875)
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	161.257	161.257
Outros	23.g	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(621)	(621)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		57.105.265	549.260	1.510.192	619.472	119.485	(195.625)	(1.881.352)	-	(445.501)	57.381.196	918.905	58.300.101
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	739.706	-	-	739.706	-	739.706
Ações em Tesouraria	23.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(246.975)	(246.975)	-	(246.975)
Resultado de Ações em Tesouraria	23.d	-	(3.918)	-	-	-	-	-	-	-	(3.918)	-	(3.918)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações	34.f	-	159.608	-	-	-	-	-	-	-	159.608	-	159.608
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(3.775.291)	53.712	-	-	-	(3.721.579)	-	(3.721.579)
Reestruturação do Capital	23.d & f	-	-	-	-	-	-	-	-	(50)	(50)	-	(50)
Cancelamento de ações			(268.573)							268.573	-		-
Aumento de capital em sociedade consolidada		840.313			33.731						874.044	-	874.044
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	7.045.507	-	7.045.507	-	7.045.507
Destinações:													
Reserva Legal		-	-	349.235	-	-	-	-	(356.205)	-	(6.970)	-	(6.970)
Dividendos	23.b	-	-	-	(3.050.000)	-	-	-	(1.751.000)	-	(4.801.000)	-	(4.801.000)
Juros sobre o Capital Próprio	23.b	-	-	-	-	-	-	-	(1.459.300)	-	(1.459.300)	-	(1.459.300)
Reserva para Equalização de Dividendos	23.c	-	-	-	3.506.039	(29.119)	-	-	(3.479.002)	-	(2.082)	-	(2.082)
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(181.663)	(181.663)
Outros	23.g				(128.696)				-	-	(128.696)	511.578	382.882
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		57.945.578	436.377	1.859.427	980.546	(3.684.925)	(141.913)	(1.141.646)	-	(423.953)	55.829.491	1.248.820	57.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	01/07 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Atividades Operacionais				
Lucro Líquido		2.475.765	7.045.507	2.182.639
Ajustes ao Lucro Líquido		2.567.184	5.952.724	18.546.608
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	8.448.936	14.773.164	11.908.852
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais		1.786.119	(3.709.762)	4.879.333
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(8.470.152)	(9.525.295)	(2.352.430)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14	138.723	254.241	(240.517)
Depreciações e Amortizações	28	1.653.014	4.633.647	5.549.031
Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	32	23.693	24.113	(1.383)
Resultado na Alienação de Valores e Bens	32	(11.192)	(44.777)	(435.328)
Resultado na Avaliação do Valor Recuperável	31	284.878	1.184.881	11.054
Resultado de Investimentos	32	(769.024)	(803.251)	850
Atualização de Depósitos Judiciais	30	(347.828)	(654.142)	(436.020)
Atualização de Impostos a Compensar	30	(856.847)	(991.848)	(334.415)
Outros		686.864	811.753	(2.419)
Variações em Ativos e Passivos		2.688.598	(5.247.271)	(26.115.249)
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		2.090.159	(7.947.488)	(6.250.970)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		7.744.157	(817.029)	(50.770.749)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil		(10.018.014)	(24.169.708)	(25.769.468)
Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central		(22.408.708)	(24.994.502)	5.517.488
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(41.703.292)	(14.682.556)	(52.483.772)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		304.295	156.211	110.303
Variação Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		1.824.071	1.139.776	(134.756)
Aumento (Redução) em Depósitos		(1.522.172)	(2.184.822)	9.363.955
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		7.930.020	24.534.875	31.703.985
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		7.721.810	12.964.174	10.106.943
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		51.006.022	31.261.811	52.918.516
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		(33.347)	(23.671)	100.747
Imposto Pago		(246.403)	(484.342)	(527.471)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		7.731.547	7.750.960	(5.386.002)
Atividades de Investimento				
Aquisição de Investimentos		(65.599)	(215.126)	(455.829)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(897.590)	(1.076.445)	(1.004.617)
Aplicações no Intangível		(846.598)	(1.277.044)	(876.820)
Caixa Líquido Recebido na Alienação de Investimentos	14	-	84	6.413
Aquisição de Controlada, menos Caixa Líquido na Aquisição	14	-	89	(1.116.035)
Alienação de Bens não de Uso Próprio		11.192	36.323	101.355
Alienação de Imobilizado de Uso		47.779	61.756	484.411
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		100.758	184.351	426.142
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		(1.650.058)	(2.286.012)	(2.434.980)
Atividades de Financiamento				
Reestruturação do Capital	23.f	-	-	(6.000.000)
Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	23.f	-	-	6.000.000
Aquisição de Ações de Emissão Própria	23.d & f	(205.327)	(247.025)	(167.307)
Emissões de Obrigações de Longo Prazo		27.514.433	74.658.184	54.974.845
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(27.040.177)	(65.741.874)	(56.766.828)
Pagamentos de Dividas Subordinadas		-	(216.075)	(2.495.283)
Pagamentos de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		(443.249)	(612.369)	(284.573)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(3.223.758)	(4.033.004)	(2.235.056)
Aumento (Redução) em Participação dos Minoritários		(442.889)	329.915	160.475
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		(3.840.967)	4.137.752	(6.813.727)
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		2.240.522	9.602.700	(14.634.709)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	30.761.237	23.399.059	38.033.768
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	33.001.759	33.001.759	23.399.059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro, Econômico-Financeiro (Conglomerado Santander) e do Conglomerado Prudencial perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade anônima, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. Opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito e financiamento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil, operações de cartões de crédito e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de arrendamento mercantil, administração de consórcios e corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, capitalização e previdência privada. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente nos mercados financeiros e de capitais.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial (Consolidado Prudencial ou Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial incluem as sociedades que estão dentro do escopo da Resolução CMN 4.280, de 31 de outubro de 2013 e Circular Bacen 3.701, de 13 de março de 2014 que incluem as demonstrações contábeis do Banco Santander, sua dependência no exterior (Banco) e as empresas indicadas na Nota 14, a Entidade de Propósito Específico - Brazil Foreign Diversified Payment Right's Finance Company (Brazil Foreign) e os fundos de investimentos, onde as empresas do Conglomerado Prudencial são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. As carteiras desses fundos de investimentos estão classificadas por tipo de operação e estão distribuídos nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados.

A Brazil Foreign foi encerrada no dia 27 de abril de 2015, de acordo com o *Certificate of Dissolution* emitida pela *Registral of Companies* das Ilhas Cayman em 29 de janeiro de 2015.

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado (Santander FI Unix);
- Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
- Santander FIC FI Contract I Referenciado DI (Santander FIC FI Contract);
- Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty);
- Santander Fundo de Investimento Financeiro Curto Prazo (Santander FI Financeiro);
- Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) ⁽¹⁾; e
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RCI Brasil I - Financiamento de Veículos (FI Direitos Creditórios RCI Brasil I) ⁽²⁾.

(1) A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas (recebíveis referentes aos automóveis faturados para as concessionárias da montadora) ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, a Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (CFI RCI Brasil) detém 100% das suas cotas subordinadas. Este Fundo foi constituído e passou a ser consolidado em maio de 2015.

(2) A empresa CFI RCI Brasil (empresa pertencente ao Conglomerado Santander) vende sua carteira do produto "floorplan" ao Fundo, bem como detém 100% das suas cotas subordinadas. Este Fundo compra exclusivamente operações de crédito da CFI RCI Brasil. Este Fundo foi constituído e passou a ser consolidado em junho de 2015.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país, dependência no exterior e controladas, os resultados não realizados entre essas empresas e destacada a participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado. Os componentes das contas patrimoniais e de resultado das sociedades controladas em conjunto foram consolidados nas respectivas proporções da participação no capital social da controlada.

As informações das operações de arrendamento mercantil foram reclassificadas, com o objetivo de refletir sua posição financeira em conformidade com o método financeiro.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 26 de janeiro de 2016.

As demonstrações financeiras consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Moeda Funcional

Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco Santander.

Os ativos e passivos da dependência e subsidiária no exterior são convertidos para o Real como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Créditos Vinculados ao Bacen Remunerados

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

e.1) Operações Compromissadas

Venda com Compromisso de Recompra

Os títulos de renda fixa próprios utilizados para lastrear as operações compromissadas são destacados em contas específicas do ativo (títulos vinculados) na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. A diferença entre os valores de recompra e o de venda representa a despesa da operação.

O Banco também utiliza lastros de terceiros para realizar captações em operações de venda com compromisso de recompra, tais captações são registradas como posição financiada.

Compra com Compromisso de Revenda

Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

Operações Compromissadas Realizadas com Acordo de Livre Movimentação

Para operações com cláusula de livre movimentação, no momento da venda definitiva dos títulos adquiridos com compromisso de revenda, o passivo referente à obrigação de devolução do título deve ser avaliado pelo valor de mercado do título.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I - títulos para negociação;
- II - títulos disponíveis para venda; e
- III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

I - "hedge" de risco de mercado; e

II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

h) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

A Resolução do CMN 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015), dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:

a) Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001;

b) Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular Bacen 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e

c) Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN 3.464, de 26 de junho de 2007.

De acordo com esta resolução, o Banco passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

i) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixado para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução CMN 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. As cessões de créditos realizadas até dezembro de 2011 foram contabilizadas de acordo com a regulamentação vigente com o reconhecimento do resultado no momento da realização da cessão, independente da retenção ou não do risco.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas); na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

j) Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não-correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação, ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação ("operações descontinuadas"), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento.

Ativos não-correntes mantidos para venda e os bens não de uso próprio são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

k) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

k.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução CMN 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediadores da originação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

A Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014, facultou a possibilidade de aplicação escalonada do procedimento contábil supracitado, conforme abaixo:

- a) 2015: Reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor;
- b) 2016: Reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor; e
- c) 2017: Reconhecer o valor total da comissão paga integralmente como despesa.

O Banco está utilizando essa prerrogativa.

Segundo o contido na Circular Bacen 3.722 de outubro de 2014, os procedimentos contábeis anteriormente descritos devem ser aplicados de forma prospectiva a partir de janeiro de 2015, não trazendo impactos sobre as comissões pagas até dezembro de 2014.

A partir de janeiro de 2020, caso ainda exista no ativo da entidade saldo a amortizar de comissão de venda paga ao correspondente, esse montante deve ser integralmente baixado contra resultado (despesa).

l) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

l.1) Investimentos

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

l.2) Imobilizado**k.2.a) Imobilizado de Uso**

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

k.2.b) Imobilizado de Arrendamento

Os bens objeto dos contratos de arrendamento celebrados na vigência das Portarias do Ministério da Fazenda (MF) 140/1984 e MF 113/1988 são depreciados segundo os prazos de vida útil-econômica estabelecidos pela legislação tributária, reduzidos em 30% desde que atendidos os requisitos estabelecidos.

k.2.c) Insuficiência/Superveniência de Depreciação

Constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Circular Bacen 1.429/1989, resulta da diferença entre o valor contábil dos contratos de arrendamento e o valor presente das respectivas contraprestações, calculada com base na taxa interna de retorno. De acordo com essa Circular, o valor contábil dos contratos é determinado pela soma das seguintes contas: arrendamentos a receber, valores residuais a realizar e a balancear, rendas de arrendamentos a apropriar, imobilizado de arrendamento, perdas em arrendamentos a amortizar, depreciações e amortizações acumuladas, bens não de uso próprio e credores por antecipação de valor residual. A referida Circular não requer a reclassificação dos saldos do ativo permanente para o ativo circulante e realizável a longo prazo e receitas e despesas de arrendamento mercantil. Tais ajustes são apresentados pelo saldo da conta de insuficiência/superveniência de depreciação no permanente. O imposto de renda correspondente à superveniência ou à insuficiência é representado pelo saldo da conta de provisão para imposto de renda diferido ou créditos tributários, respectivamente.

k.2.d) Perdas em Arrendamentos a Amortizar

Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizadas pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente às perdas a amortizar, para efeito das demonstrações contábeis, está reclassificado para a rubrica "bens arrendados".

k.3) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.

Em julho de 2015 o Banco revisou a curva de amortização do ágio de aquisição do Banco Real a fim adequar a curva originalmente estabelecida ao prazo, extensão e proporção dos resultados futuros. A amortização do referido ágio será concluída em 2017 (originalmente em 2016).

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

l) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração dos resultados.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja planos de contribuição definida e estão apresentados na Nota 34. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

Desde janeiro de 2013, o Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) que estabelece fundamentalmente, o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.
- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.
- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.
- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria (Nota 31) e despesas com pessoal.

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovada pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

m) Remuneração Baseada em Ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer seus direitos; (2) condições de performance, a quantidade de Investimento em Certificados de Depósito de Ações (Units) passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (RORAC), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ação

O Banco mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido no valor justo na valorização das ações na data de concessão e até que o passivo seja liquidado, o Banco reavalia o valor justo do passivo no final de cada período de reporte e a data de sua liquidação, com quaisquer mudanças no valor justo reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo no período como os serviços são recebidos, o Banco baseia o passivo total na melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas no final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência com base na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa tal estimativa do número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

n) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 17.d).

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

De acordo com o previsto no COSIF, os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser registrados em contas específicas do passivo e atualizado de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes à esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

Em relação ao componente de patrimônio líquido, ocorre o seu registro no momento inicial em razão do seu valor justo, caso seja diferente de zero.

O detalhamento pertinente a emissão dos instrumentos de natureza composta encontram-se descritos nas Notas 20 e 23.f.

o) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações contábeis (Nota 22.h).

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações contábeis.

p) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

q) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras (15% até agosto de 2015) e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras foi elevada de 15% para 20 % para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015).

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 11.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

r) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

s) Resultados de Exercícios Futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deram origem, incluindo rendimentos não restituíveis, principalmente relacionados a garantias e fianças prestadas e anuidades de cartão de crédito. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

t) Destacamento de Minoritários - Patrimônio Líquido Consolidado (Não Controladores)

Os acionistas não controladores (minoritários) devem ser registrados em conta destacada de patrimônio líquido das entidades controladoras, para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

u) Evento Subsequente

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações contábeis e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações, e são compostos por:

- Eventos que Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Disponibilidades	6.862.501	5.072.024	5.487.701
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	26.139.258	18.327.035	32.546.067
Aplicações no Mercado Aberto	4.015.957	6.260.149	19.659.462
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	292.520	998.397	227.905
Aplicações em Moedas Estrangeiras	21.830.781	11.068.489	12.658.700
Total	33.001.759	23.399.059	38.033.768

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31/12/2015			31/12/2014	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	27.071.857	4.788.218	-	31.860.075	24.704.208
Posição Bancada	540.338	-	-	540.338	5.210.302
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	22.802	-	-	22.802	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	87.459	-	-	87.459	3.287.685
Notas do Tesouro Nacional - NTN	430.077	-	-	430.077	1.922.617
Posição Financiada	9.687.043	1.498.472	-	11.185.515	8.104.852
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.469.138	465.962	-	3.935.100	3.358.072
Notas do Tesouro Nacional - NTN	6.217.905	1.032.510	-	7.250.415	4.746.780
Posição Vendida	16.844.476	3.289.746	-	20.134.222	11.389.054
Letras do Tesouro Nacional - LTN	8.310.753	1.237.912	-	9.548.665	4.213.319
Notas do Tesouro Nacional - NTN	8.533.723	2.051.834	-	10.585.557	7.175.735
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	428.343	1.193.939	366.922	1.989.204	4.035.874
Aplicações em Moedas Estrangeiras	21.830.781	-	-	21.830.781	11.068.489
Total	49.330.981	5.982.157	366.922	55.680.060	39.808.571
Circulante				55.313.138	39.680.782
Longo Prazo				366.922	127.789

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

	31/12/2015			31/12/2014	
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado Refletido no Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação	25.840.171	(435.482)	-	25.404.689	48.316.838
Títulos Públicos	25.205.927	(435.254)	-	24.770.673	46.452.520
Títulos Privados	634.244	(228)	-	634.016	1.864.318
Títulos Disponíveis para Venda	83.654.494	106.244	(5.033.275)	78.727.463	72.779.216
Títulos Públicos	64.910.431	1.297	(4.587.147)	60.324.581	57.237.691
Títulos Privados	18.744.063	104.947	(446.128)	18.402.882	15.541.525
Títulos Mantidos até o Vencimento	9.257.519	-	-	9.257.519	71
Títulos Públicos	9.257.519	-	-	9.257.519	71
Total de Títulos e Valores Mobiliários	118.752.184	(329.238)	(5.033.275)	113.389.671	121.096.125
Derivativos (Ativo)	35.628.102	(9.772.757)	151.792	26.007.137	8.362.863
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	154.380.286	(10.101.995)	(4.881.483)	139.396.808	129.458.988
Circulante				53.470.077	62.788.353
Longo Prazo				85.926.731	66.670.635
Derivativos (Passivo)	(15.849.221)	(6.843.161)	(187.286)	(22.879.668)	(8.812.574)
Circulante				(12.604.142)	(3.927.967)
Longo Prazo				(10.275.526)	(4.884.607)



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

II) Títulos para Negociação

			31/12/2015	31/12/2014
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação				
Títulos Públicos	25.205.927	(435.254)	24.770.673	46.452.520
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.381.174	22	2.381.196	1.118.554
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.630.754	(25.662)	6.605.092	30.396.922
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	234.145	(8.353)	225.792	162.840
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	12.415.783	(177.391)	12.238.392	7.728.801
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	198.831	(149.000)	49.831	2.473
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	3.207.175	(69.299)	3.137.876	6.911.138
Títulos da Dívida Agrária - TDA	136.065	(5.531)	130.534	128.055
Títulos da Dívida Externa Brasileira	2.000	(40)	1.960	3.737
Títulos Privados	634.244	(228)	634.016	1.864.318
Ações	106.451	(367)	106.084	284.441
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽¹⁾	5.985	1.444	7.429	13.442
Cotas de Fundos de Investimento	310.840	68	310.908	343.269
Cotas de Fundos Imobiliários	578	-	578	540
Debêntures	166.175	(698)	165.477	1.143.807
Letras Financeiras - LF	42.497	-	42.497	74.177
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	903	(675)	228	4.265
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	815	-	815	377
Total	25.840.171	(435.482)	25.404.689	48.316.838



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

						31/12/2015
Títulos para Negociação	Sem	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	
Abertura por Vencimento	Vencimento	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	Total
Títulos Públicos	-	1.157.415	5.581.989	7.081.587	10.949.682	24.770.673
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	19.725	338.018	2.023.453	2.381.196
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	1.039.099	2.058.382	3.023.376	484.235	6.605.092
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	-	760	-	225.032	225.792
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	47.861	3.457.407	2.538.192	6.194.932	12.238.392
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	417	6	48.001	1.407	49.831
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	60.312	-	1.081.723	1.995.841	3.137.876
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	8.396	45.709	52.277	24.152	130.534
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	1.330	-	-	630	1.960
Títulos Privados	398.453	21.255	18.770	10.859	184.679	634.016
Ações	106.084	-	-	-	-	106.084
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽¹⁾	-	-	-	7.429	-	7.429
Cotas de Fundos de Investimento	291.791	19.117	-	-	-	310.908
Cotas de Fundos Imobiliários	578	-	-	-	-	578
Debêntures	-	1.323	2.328	3.202	158.624	165.477
Letras Financeiras - LF	-	-	16.442	-	26.055	42.497
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	-	228	-	228
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	815	-	-	-	815
Total	398.453	1.178.670	5.600.759	7.092.446	11.134.361	25.404.689



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

III) Títulos Disponíveis para Venda

				31/12/2015	31/12/2014
	Valor do Custo	Ajuste a Mercado Refletido no:	Patrimônio	Valor	Valor
Títulos Disponíveis para Venda	Amortizado	Resultado	Líquido	Contábil	Contábil
Títulos Públicos	64.910.431	1.297	(4.587.147)	60.324.581	57.237.691
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	506	-	144	650	594
Crédito Securitizado	2.907	-	299	3.206	2.924
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	11.648.513	-	3.257	11.651.770	1.090.640
Letras do Tesouro Nacional - LTN	25.567.755	-	(1.319.182)	24.248.573	28.970.377
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	1.414.857	-	(85.833)	1.329.024	3.545.285
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	5.908.118	-	(811.472)	5.096.646	5.554.358
Notas do Tesouro Nacional - NTN C ⁽²⁾	1.415.271	-	(166.607)	1.248.664	1.254.928
Notas do Tesouro Nacional - NTN F ^{(2) (6)}	14.875.903	-	(2.172.538)	12.703.365	10.914.128
Títulos da Dívida Externa Brasileira ⁽⁷⁾	-	-	-	-	4.282.680
Títulos Emitidos no Exterior - Espanha	2.474.405	-	(36.205)	2.438.200	1.156.413
Debêntures ⁽³⁾	1.602.196	1.297	990	1.604.483	465.364
Títulos Privados	18.744.063	104.947	(446.128)	18.402.882	15.541.525
Ações	730.530	-	29.832	760.362	920.127
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽¹⁾	180.694	42.307	-	223.001	711.754
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP ⁽⁸⁾	647.032	(34.951)	-	612.081	552.877
Cotas de Fundos de Investimento	107.289	88.309	-	195.598	163.531
Cotas de Fundos Imobiliários	43.698	-	(26)	43.672	45.393
Debêntures ⁽⁴⁾	9.958.215	9.282	(284.352)	9.683.145	8.466.484
Eurobonds	429.331	-	(216.421)	212.910	246.713
Notas Promissórias - NP ⁽⁵⁾	4.834.183	-	110.521	4.944.704	3.080.535
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	15.016	-	(44)	14.972	17.609
Letras Financeiras - LF	1.223.851	-	(3.029)	1.220.822	664.179
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	574.224	-	(82.609)	491.615	672.323
Total	83.654.494	106.244	(5.033.275)	78.727.463	72.779.216



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

						31/12/2015
Títulos Disponíveis para Venda	Sem	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	
Abertura por Vencimento	Vencimento	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	Total
Títulos Públicos	-	790.758	7.885.746	20.412.711	31.235.366	60.324.581
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	-	-	650	650
Crédito Securitizado	-	233	586	1.405	982	3.206
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	108.551	11.543.219	11.651.770
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	75.864	5.070.649	18.520.805	581.255	24.248.573
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	-	-	-	1.329.024	1.329.024
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	44.553	886	-	5.051.207	5.096.646
Notas do Tesouro Nacional - NTN C ⁽²⁾	-	14.780	-	-	1.233.884	1.248.664
Notas do Tesouro Nacional - NTN F ^{(2) (6)}	-	646.519	109.809	1.470.352	10.476.685	12.703.365
Títulos Emitidos no Exterior - Espanha	-	-	2.438.200	-	-	2.438.200
Debêntures ⁽³⁾	-	8.809	265.616	311.598	1.018.460	1.604.483
Títulos Privados	512.464	3.367.907	3.451.852	4.683.880	6.386.779	18.402.882
Ações	50.193	-	-	414.930	295.239	760.362
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽¹⁾	223.001	-	-	-	-	223.001
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP ⁽⁸⁾	-	-	-	-	612.081	612.081
Cotas de Fundos de Investimento	195.598	-	-	-	-	195.598
Cotas de Fundos Imobiliários	43.672	-	-	-	-	43.672
Debêntures ⁽⁴⁾	-	1.905.629	1.389.052	1.730.349	4.658.115	9.683.145
Eurobonds	-	10.763	-	-	202.147	212.910
Notas Promissórias - NP ⁽⁵⁾	-	1.302.757	1.818.060	1.446.579	377.308	4.944.704
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	-	5.459	-	9.513	-	14.972
Letras Financeiras - LF	-	102.871	102.453	1.015.498	-	1.220.822
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	40.428	142.287	67.011	241.889	491.615
Total	512.464	4.158.665	11.337.598	25.096.591	37.622.145	78.727.463

(1) O valor das cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC é calculado mediante a apuração do valor dos direitos creditórios e dos demais ativos financeiros integrantes das suas respectivas carteiras, deduzidos das respectivas provisões que levam em consideração aspectos relacionados aos devedores, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, de acordo com as normas e práticas contábeis de avaliação de crédito.

(2) No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi realizado o valor de R\$14.053 (2014 - R\$12.894), líquido dos efeitos tributários, no resultado do Consolidado pela venda das (NTN-C e parte das NTN-F) ao mercado.

(3) Emissão de sociedade de economia mista.

(4) Inclui o valor de R\$503.415 (31/12/2014 - R\$630.704) de títulos objeto de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.V.a).

(5) Em 31 de dezembro de 2015, inclui o valor de R\$381.641 de títulos objeto de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.V.a).

(6) Em 31 de dezembro de 2015, a quantidade de 2.102.743 de Notas de Tesouro Nacional - NTN-F, com prazo de vencimento em 1 de janeiro de 2025 estão vinculadas à obrigação assumida pelo Banco Santander para cobertura das reservas a amortizar do Plano V do Fundo de Seguridade Social (Banesprev).

(7) Em 31 de dezembro de 2014, inclui o valor de R\$655.782 de títulos objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

(8) Os investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos em Participações - FIP corresponde preponderantemente a aplicações em ativos do segmento de energia elétrica e tecnologia, estando de acordo com as normas e práticas contábeis estabelecidas.



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

IV) Títulos Mantidos até o Vencimento

							Banco/Consolidado 31/12/2014 Abertura por Vencimento
Títulos Mantidos até o Vencimento ⁽¹⁾	Valor do Custo		Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 3 a 5 Anos	Acima de 3 Anos	Total
	31/12/2015	31/12/2014					
Títulos Públicos	9.257.519	71	113.145	11.714	520.310	8.612.350	9.257.519
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	3.559.308	-	-	11.714	-	3.547.594	3.559.308
Notas do Tesouro Nacional - NTN I	-	71	-	-	-	-	-
Títulos da Dívida Externa Brasileira ⁽²⁾	5.698.211	-	113.145	-	520.310	5.064.756	5.698.211
Total	9.257.519	71	113.145	11.714	520.310	8.612.350	9.257.519

(1) O valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento é de R\$9.257.519 (31/12/2014 - R\$71).

(2) Em 31 de dezembro de 2015, inclui o valor de R\$866.554 de títulos objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

Em janeiro de 2014, o Banco realizou uma emissão de títulos elegíveis a compor o capital de Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência (PR), no montante de USD2,5 bilhões (equivalente a R\$6 bilhões) (Nota 21). Com o objetivo de mitigar o risco de taxas de juros em Dólar, foi efetuada a compra de ativos indexados nesta moeda: NTN-A e Eurobonds emitidos pelo governo federal do Brasil e pelo BNDES (adquiridos via Santander Cayman). Inicialmente, esses títulos foram classificados na categoria "Disponíveis para Venda" e, em 31 de dezembro de 2015, foram reclassificados para "Mantidos até o Vencimento". Essa reclassificação não produziu efeitos no resultado de 2015.

Atendendo ao disposto no artigo 5 da Circular Bacen 3.068/2001, o Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Rendas de Títulos de Renda Fixa	24.562.072	10.803.771
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.571.777	6.425.173
Resultado de Títulos de Renda Variável	(283.246)	(175.706)
Redução ao Valor Recuperável ⁽¹⁾	(58.409)	-
Outros ⁽²⁾	138.536	204.238
Total	29.930.730	17.257.476

(1) Corresponde ao registro de perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda reconhecidas no resultado do período.

(2) Corresponde, principalmente, a rendas com fundos de investimentos e participações.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

l) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	31/12/2015			31/12/2014		
	Negociação			Negociação		
	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva	Mercado
"Swap"		19.767.937	3.158.175		(824.677)	(295.481)
Ativo	321.353.805	43.700.717	44.411.308	290.652.626	61.172.494	61.597.738
Certificado de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI	44.696.063	12.695.478	15.008.061	76.892.373	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	200.528.046	-	-	83.317.134	60.687.999	61.309.044
Indexados em Índices de Preços e Juros	15.491.510	8.561.407	6.421.311	31.603.343	484.495	288.694
Moeda Estrangeira	60.626.541	22.432.187	22.991.683	98.810.878	-	-
Outros	11.645	11.645	(9.747)	28.898	-	-
Passivo	301.585.868	(23.932.780)	(41.253.133)	291.477.303	(61.997.171)	(61.893.219)
Certificado de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI	32.000.585	-	-	101.623.563	(24.731.190)	(24.010.507)
Taxa de Juros Pré - Reais	224.460.826	(23.932.780)	(41.253.133)	22.629.135	-	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	6.930.103	-	-	31.118.848	-	-
Moeda Estrangeira	38.194.354	-	-	136.072.590	(37.261.712)	(37.879.212)
Outros	-	-	-	33.167	(4.269)	(3.500)
Opções	91.877.353	(32.566)	97.707	240.746.222	(5.613)	59.840
Compromissos de Compra	46.024.648	357.644	862.972	116.184.661	460.152	628.851
Opções de Compra Dólar	5.018.650	225.226	604.629	3.942.457	221.951	331.533
Opções de Venda Dólar	2.735.626	58.884	31.521	1.767.822	31.194	49.704
Opções de Compra Outras	14.106.701	31.405	142.121	56.931.274	119.424	153.976
Mercado Interfinanceiro	13.114.822	-	74.699	51.308.444	91.567	118.061
Outras ⁽¹⁾	991.879	31.405	67.422	5.622.830	27.857	35.915
Opções de Venda Outras	24.163.671	42.129	84.701	53.543.108	87.583	93.638
Mercado Interfinanceiro	23.350.994	27.761	4.558	49.105.277	29.788	1.335
Outras ⁽¹⁾	812.677	14.368	80.143	4.437.831	57.795	92.303
Compromissos de Venda	45.852.705	(390.210)	(765.265)	124.561.561	(465.765)	(569.011)
Opções de Compra Dólar	3.331.244	(184.273)	(535.702)	4.239.625	(280.478)	(428.681)
Opções de Venda Dólar	4.402.203	(125.172)	(73.815)	1.774.640	(22.637)	(25.163)
Opções de Compra Outras	14.567.407	(41.848)	(121.217)	54.354.491	(102.394)	(103.436)
Mercado Interfinanceiro	13.730.262	(21.932)	(112.707)	53.571.293	(64.873)	(72.078)
Outras ⁽¹⁾	837.145	(19.916)	(8.510)	783.198	(37.521)	(31.358)
Opções de Venda Outras	23.551.851	(38.917)	(34.531)	64.192.805	(60.256)	(11.731)
Mercado Interfinanceiro	23.218.228	(26.315)	(1.615)	60.555.093	(32.098)	(1.950)
Outras ⁽¹⁾	333.623	(12.602)	(32.916)	3.637.712	(28.158)	(9.781)
Contratos de Futuros	184.191.203	-	-	302.239.388	-	-
Posição Comprada	41.186.338	-	-	105.230.874	-	-
Cupom Cambial (DDI)	4.274.347	-	-	6.888.319	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	22.760.484	-	-	94.307.498	-	-
Moeda Estrangeira	11.710.935	-	-	3.897.223	-	-
Índice ⁽²⁾	577.149	-	-	137.834	-	-
Taxa Média das Operações Compromissadas (OC1)	1.863.423	-	-	-	-	-
Posição Vendida	143.004.865	-	-	197.008.514	-	-
Cupom Cambial (DDI)	58.499.504	-	-	50.378.949	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	20.836.314	-	-	57.355.214	-	-
Moeda Estrangeira	35.463.589	-	-	15.845.107	-	-
Índice ⁽²⁾	500.993	-	-	8.418	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	49.164	-	-	249.203	-	-
Taxa Média das Operações Compromissadas (OC1)	27.655.301	-	-	73.171.623	-	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2015			31/12/2014		
	Negociação			Negociação		
	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva	Mercado
Contratos a Termo e Outros	51.051.014	1.005.646	936.207	46.406.749	1.817.437	467.280
Compromissos de Compra	21.570.405	2.914.197	2.690.515	20.552.988	(1.604.507)	(138.480)
Moedas	21.570.405	2.914.197	2.690.515	20.302.193	(1.855.302)	(389.414)
Outros	-	-	-	250.795	250.795	250.934
Compromissos de Venda	29.480.609	(1.908.551)	(1.754.308)	25.853.761	3.421.944	605.760
Moedas	29.140.219	(1.895.006)	(1.754.301)	25.708.788	3.663.438	846.974
Outros	340.390	(13.545)	(7)	144.973	(241.494)	(241.214)

(1) Inclui opções de ações e índices.

(2) Inclui índices Bovespa e S&P.

II) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

	Valor Referencial			
	31/12/2015	31/12/2014		
	Cientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras ⁽¹⁾	Total
"Swap"	127.294.285	60.200.404	133.859.116	321.353.805
Opções	3.958.902	1.458.552	86.459.899	91.877.353
Contratos de Futuros	-	-	184.191.203	184.191.203
Contratos a Termo e Outros	32.603.287	15.172.978	3.274.749	51.051.014

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a BM&FBovespa e outras bolsas de valores e mercadorias.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

	Valor Referencial			
	31/12/2015	31/12/2014		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
"Swap"	22.058.125	30.726.690	268.568.990	321.353.805
Opções	36.064.710	52.184.000	3.628.643	91.877.353
Contratos de Futuros	59.763.763	92.346.365	32.081.075	184.191.203
Contratos a Termo e Outros	32.610.296	15.165.969	3.274.749	51.051.014

IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

	Valor Referencial			
	31/12/2015	31/12/2014		
	Bolsas ⁽¹⁾	Cetip ⁽²⁾	Balcão ⁽³⁾	Total
"Swap"	157.588.381	120.351.541	43.413.883	321.353.805
Opções	87.165.913	4.129.726	581.714	91.877.353
Contratos de Futuros	184.191.203	-	-	184.191.203
Contratos a Termo e Outros	-	33.428.467	17.622.547	51.051.014

(1) Inclui valores negociados na BM&FBovespa e outras bolsas de valores e mercadorias.

(2) Inclui valores negociados em outras câmaras de compensação.

(3) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

V) Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"

Os derivativos utilizados como instrumentos de "hedge" por indexador eram representados como seguem:

a) "Hedge" de Risco de Mercado

	31/12/2015			31/12/2014		
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de "Hedge"						
Contratos de “Swap”	153.812	(66.990)	86.822	(82.636)	(80.671)	(163.307)
Ativo	7.072.924	57.829	7.130.753	3.063.742	62.296	3.126.038
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ^{(1) (2) (7)}	1.778.699	4.376	1.783.075	1.513.959	1.549	1.515.508
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽²⁾	3.522.475	27.184	3.549.659	492.205	707	492.912
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Dólar ⁽⁷⁾	93.682	790	94.472	-	-	-
Indexados em Moeda Estrangeira - USD/BRL - Dólar ⁽³⁾	675.929	(10.904)	665.025	-	-	-
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar ^{(2) (4) (5) (7)}	610.661	1.962	612.623	341.737	10.850	352.587
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Franco Suíço ⁽⁶⁾	-	-	-	337.352	2.628	339.980
Indexados em Moeda Estrangeira - Euro ⁽⁷⁾	355.809	34.347	390.156	353.974	46.092	400.066
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - YEN ⁽⁸⁾	35.669	74	35.743	24.515	470	24.985
Passivo	(6.919.112)	(124.819)	(7.043.931)	(3.146.378)	(142.967)	(3.289.345)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar ^{(1) (7)}	(1.026.611)	(55.892)	(1.082.503)	(1.072.586)	(82.987)	(1.155.573)
Indexados em Índices de Preços e Juros ⁽²⁾	(800.174)	(30.982)	(831.156)	(1.247.506)	(43.771)	(1.291.277)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar ⁽⁴⁾	-	-	-	(15.221)	(555)	(15.776)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ^{(3) (5)}	(3.267.140)	(12.298)	(3.279.438)	(25.975)	(900)	(26.875)
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar ^{(6) (8)}	(41.452)	(61)	(41.513)	(373.610)	(2.810)	(376.420)
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽⁷⁾	(1.783.735)	(25.586)	(1.809.321)	(411.480)	(11.944)	(423.424)
Objeto de "Hedge"						
Ativo	2.993.780	110.003	3.103.783	2.177.703	119.204	2.296.907
Operação de Crédito	2.124.623	94.104	2.218.727	1.583.836	82.367	1.666.203
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar	1.253.035	42.348	1.295.383	907.319	46.947	954.266
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar	-	-	-	15.788	(423)	15.365
Indexados em Índices de Preços e Juros	863.781	52.984	916.765	421.144	32.415	453.559
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	-	-	-	24.511	599	25.110
Taxa de Juros Pré - Reais	7.807	(1.228)	6.579	215.074	2.829	217.903
Títulos e Valores Mobiliários - Disponíveis para Venda	869.157	15.899	885.056	593.867	36.837	630.704
Debêntures	492.837	10.578	503.415	593.867	36.837	630.704
Notas Promissórias - NP	376.320	5.321	381.641	-	-	-
Passivo	(3.512.568)	(8.383)	(3.520.951)	(364.166)	(2.826)	(366.992)
Obrigações por Empréstimos no Exterior	(3.476.825)	(8.342)	(3.485.167)	-	-	-
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar	(3.476.825)	(8.342)	(3.485.167)	-	-	-
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	(35.743)	(41)	(35.784)	(364.166)	(2.826)	(366.992)
Eurobonds	(35.743)	(41)	(35.784)	(364.166)	(2.826)	(366.992)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

- (1) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - dólar com valor de mercado de R\$1.295.383 (31/12/2014 - R\$954.266) e títulos e valores mobiliários representados por debêntures com valor de mercado de R\$59.615 (31/12/2014 - R\$82.819).
- (2) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em índices de preços e juros no valor de R\$916.765 (31/12/2014 - R\$453.559) e títulos e valores mobiliários representados por debêntures com valor de mercado de R\$443.800 (31/12/2014 - R\$547.885).
- (3) Em 31 de dezembro de 2014, instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em moeda estrangeira pré - dólar com valor de mercado de R\$15.365.
- (4) Em 31 de dezembro de 2014, instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$25.110 no Banco e Consolidado.
- (5) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são obrigações com títulos e valores mobiliários no exterior - eurobonds com valor de mercado de R\$35.784 (31/12/2014 - R\$366.992).
- (6) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados com taxas de juros pré fixados em Reais com valor de mercado de R\$6.579 (31/12/2014 - R\$217.903).
- (7) Instrumentos ativos cujos objetos de "hedge" são obrigações por empréstimos no exterior indexados em moeda estrangeira - dólar com valor de mercado de R\$3.485.167 e instrumentos passivos cujos objetos de "hedge" são títulos e valores mobiliários representados por notas promissórias indexados em taxas de juros pré - reais com valor de mercado de R\$381.641.

A efetividade destas operações estava de acordo com o estabelecido pela Circular Bacen 3.082/2002.

b) "Hedge" de Fluxo de Caixa

	31/12/2015		31/12/2014			
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de "Hedge"						
Contratos de “Swap”	(1.115.948)	(35.494)	(1.151.442)	(409.365)	(108.678)	(518.043)
Ativo	7.779.309	151.811	7.931.120	3.820.303	128.759	3.949.062
Indexados em Moeda Estrangeira - Franco Suíço ⁽¹⁾	1.237.987	6.998	1.244.985	599.818	20.210	620.028
Indexados em Moeda Estrangeira - Peso Chileno ⁽²⁾	301.285	1.622	302.907	100.804	4.624	105.428
Indexados em Taxas de Juros Pré - Reais ⁽⁴⁾	3.746.785	(13.670)	3.733.115	1.278.611	(36.351)	1.242.260
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar ^{(5) (6)}	2.042.940	127.632	2.170.572	935.787	97.890	1.033.677
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Euro ⁽⁶⁾	450.312	29.229	479.541	905.283	42.386	947.669
Passivo	(8.895.257)	(187.305)	(9.082.562)	(4.229.668)	(237.437)	(4.467.105)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar ^{(1) (2) (3) (4)}	(6.580.306)	(17.767)	(6.598.073)	(2.451.465)	(63.132)	(2.514.597)
Indexados em Taxa de Juros Pré - Reais ⁽⁵⁾	(22.855)	(20)	(22.875)	(104.950)	(15.444)	(120.394)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Euro ⁽⁵⁾	(1.718.446)	(133.376)	(1.851.822)	(659.231)	(108.193)	(767.424)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar ⁽⁶⁾	(509.960)	(34.379)	(544.339)	(487.865)	(40.440)	(528.305)
Indexados em Moeda Estrangeira - Reais ⁽⁶⁾	(63.690)	(1.763)	(65.453)	(526.157)	(10.228)	(536.385)
				31/12/2015		31/12/2014
				Valor de Referência		Valor de Referência
Instrumentos de "Hedge"						
Contratos de Futuros	-			72.798.063		16.053.248
Moeda Estrangeira - Dólar ⁽⁶⁾				72.798.063		16.053.248

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2015	31/12/2014
Objeto de "Hedge" - Valor da Curva		
Ativo	37.251.860	17.678.432
Operações de Crédito		
Contratos de Financiamento e Crédito à Exportação e Importação	35.743.885	15.999.182
Operações de Crédito	641.421	1.023.468
Títulos e Valores Mobiliários		
Disponíveis para Venda - Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	655.782
Mantidos até o Vencimento - Títulos da Dívida Externa Brasileira	866.554	-
Passivo	(1.995.118)	(1.960.197)
Eurobonds	(1.995.118)	(1.960.197)

(1) Operações com vencimento em 12 de abril de 2016 (31/12/2014 - operações com vencimento em 4 de março de 2015 e 12 de abril de 2016), cujo objeto de "hedge" são operações de eurobonds.

(2) Operação com vencimento em 13 de abril de 2016 (31/12/2014 operação com vencimento em 13/04/2016), cujo objeto de "hedge" é uma operação de eurobonds.

(3) Operações com vencimento em 18 de março de 2016 (31/12/2014 - operações com vencimento em 18 de março de 2015, 18 de setembro de 2015 e 18 de março de 2016), cujo objeto de "hedge" são operações de eurobonds.

(4) Operações com vencimento em 18 de março de 2016 e 1 de abril de 2021 (31/12/2014 - operações com vencimento em 26 de outubro de 2015 e 1 de abril de 2021), cujos objetos de "hedge" são títulos e valores mobiliários representados por título da dívida externa brasileira e operações de crédito.

(5) Operações com vencimento entre agosto de 2016 a junho de 2021 (31/12/2014 - operações com vencimento entre maio de 2015 a junho de 2021), cujos objetos de "hedge" são contratos de operações de crédito com entidades de crédito.

(6) Operações com vencimento entre janeiro de 2016 a dezembro de 2024 (31/12/2014 - operação com vencimento em 2 de fevereiro de 2015) e valor atualizado dos instrumentos de R\$35.743.844 (31/12/2014 - R\$15.991.293), cujo objeto de "hedge" são as operações de crédito - contratos de financiamento e crédito à exportação e importação.

Entre julho e setembro de 2014 foram contratadas operações de "hedge" contábil de fluxo de caixa, tendo como objeto de "hedge" certificados de depósitos bancários (CDB). Em outubro de 2014 essa estrutura foi descontinuada. O efeito da marcação a mercado destes contratos de futuros já líquido dos efeitos tributários que será reconhecido no resultado e que se encontra destacado no patrimônio líquido corresponde a um crédito no valor de R\$1.580 (31/12/2014 - R\$83.399) que será amortizado nos próximos 12 meses.

O efeito da marcação a mercado dos contratos de "swap" e futuros corresponde a um débito no valor de R\$60.579 (31/12/2014 - R\$77.261) e está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

A efetividade destas operações estava de acordo com o estabelecido pela Circular Bacen 3.082/2002, e não foi identificada nenhuma parcela inefetiva a ser registrada contabilmente no resultado durante o período.

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na BM&FBovespa com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	31/12/2015	31/12/2014
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	330.605	1.135.366
Letras do Tesouro Nacional - LTN	8.757.097	4.688.978
Notas do Tesouro Nacional - NTN	757.969	1.763.751
Total	9.845.671	7.588.095

VII) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Ativo e Passivo

	31/12/2015	31/12/2014
Ativo		
"Swap" - Diferencial a Receber ⁽¹⁾	22.101.593	5.582.348
Prêmios de Opções a Exercer	862.972	628.851
Contratos a Termo e Outros	3.042.572	2.151.664
Total	26.007.137	8.362.863
Passivo		
"Swap" - Diferencial a Pagar ⁽¹⁾	20.008.038	6.559.179
Prêmios de Opções Lançadas	765.265	569.011
Contratos a Termo e Outros	2.106.365	1.684.384
Total	22.879.668	8.812.574

(1) Inclui "swaption" e derivativos embutidos.

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

As novas regras de Basileia III, foram divulgadas em 1 de março de 2013; e em outubro de 2013 houve a publicação de novas regras e revisão das divulgadas em março de 2013. A implantação das novas regras segue um cronograma de phase in; possibilitando assim a aplicação das regras de forma gradual até 2019. Algumas regras passaram a ser aplicadas em outubro de 2013 e o restante em 1 de janeiro de 2014.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais "hedges". Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e "banking".

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira "banking", para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de dezembro de 2015.

Carteira Negociação				
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(3.539)	(152.157)	(304.313)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(5.374)	(100.552)	(201.104)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(310)	(12.786)	(25.573)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(63)	(15.997)	(31.993)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(3.414)	(85.352)	(170.703)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(405)	(2.344)	(4.688)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(4.847)	(79.935)	(159.869)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(10)	(253)	(505)
Outros	Exposições que não se Enquadram nas Definições Anteriores	(10.393)	(72)	(145)
Total ⁽¹⁾		(28.355)	(449.448)	(898.893)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Carteira "Banking"				
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(104.177)	(3.544.679)	(6.657.862)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(12.086)	(403.245)	(696.014)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(200)	(3.671)	(5.297)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(3.174)	(52.153)	(91.003)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(16.113)	(80.396)	(160.369)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(11.568)	(343.404)	(634.175)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(1.067)	(26.671)	(53.341)
Total ⁽¹⁾		(148.385)	(4.454.219)	(8.298.061)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

a) Carteira de Créditos

	31/12/2015	31/12/2014
Operações de Crédito	220.387.363	207.010.137
Empréstimos e Títulos Descontados	105.216.623	94.483.886
Financiamentos	72.200.621	74.715.307
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	6.064.652	6.164.084
Financiamentos Imobiliários	36.649.633	31.601.538
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários	58.896	38.882
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	196.938	6.440
Operações de Arrendamento Mercantil	3.023.479	3.373.962
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽¹⁾ (Nota 9)	4.552.495	4.687.958
Outros Créditos ⁽²⁾	33.119.398	30.524.259
Total	261.082.735	245.596.316
Circulante	139.493.848	136.407.403
Longo Prazo	121.588.887	109.188.913

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de outras obrigações.

(2) Compreende os créditos por avais e fianças honrados, outros créditos - diversos (devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber - Nota 12) e rendas a receber sobre contratos de câmbio (Nota 9).

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do período.

(i) Com Transferência Substancial de Riscos e Benefícios

Durante o exercício de 2015, foram realizadas operações de cessão de créditos sem coobrigação no montante de R\$1.316.027 (2014 - R\$2.030.082) e estavam representados substancialmente por empréstimos e títulos descontados, classificadas no nível de risco H.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(ii) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

Em setembro de 2015, o Banco efetuou cessão de créditos com coobrigação referente as operações de Funded Participation (Export) no montante de R\$201.706 com vencimento em abril de 2019. Em dezembro de 2015, o valor presente das operações cedidas é de R\$196.631.

Em março de 2013, o Banco efetuou cessão de créditos com coobrigação referente a financiamento imobiliário no montante de R\$47.485. Em 31 de dezembro de 2015, o valor presente das operações cedidas é de R\$207 (31/12/2014 - R\$6.440) (Nota 25.e).

Em dezembro de 2011, o Banco efetuou cessão de créditos com coobrigação referente a financiamento imobiliário no montante de R\$688.821, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. Em 31 de dezembro de 2015, o valor presente das operações cedidas é de R\$202.114 (31/12/2014 - R\$262.515).

A operação de cessão foi realizada com clausula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória nas seguintes situações:

- Contratos inadimplentes por um período superior a 90 dias consecutivos;
- Contratos objeto de renegociação;
- Contratos objeto de portabilidade, nos termos da Resolução 3.401/2006 do CMN; e
- Contratos objeto de interveniência.

O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra.

A partir da data da cessão os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

b) Carteira de Créditos por Vencimento

	31/12/2015	31/12/2014
Vencidas	9.704.502	7.078.409
A Vencer:		
Até 3 Meses	77.747.183	71.428.031
De 3 a 12 Meses	61.746.665	64.979.372
Acima de 12 Meses	111.884.385	102.110.504
Total	261.082.735	245.596.316

c) Carteira de Arrendamento Mercantil

	31/12/2015	31/12/2014
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	3.608.045	3.984.983
Arrendamentos a Receber	2.341.921	2.519.740
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	1.266.124	1.465.243
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(2.316.861)	(2.480.601)
Valores Residuais a Balancear	(1.266.124)	(1.465.243)
Imobilizado de Arrendamento	7.930.428	8.817.347
Depreciações Acumuladas	(4.314.034)	(4.772.678)
Superveniências de Depreciações	1.941.186	2.352.214
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	198.044	201.342
Credores por Antecipação de Valor Residual	(2.761.002)	(3.267.681)
Outros Valores e Bens	3.797	4.279
Total da Carteira de Arrendamento Mercantil a Valor Presente	3.023.479	3.373.962

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquido de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$584.582 (31/12/2014 - R\$611.021).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

Abertura por Vencimento do Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil

	31/12/2015	31/12/2014
Vencidas	34.430	51.711
A Vencer:		
Até 1 Ano	1.735.087	1.874.456
De 1 a 5 Anos	1.829.120	2.051.055
Acima de 5 Anos	9.408	7.761
Total	3.608.045	3.984.983

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Abertura por Vencimento da Carteira de Arrendamento Mercantil a Valor Presente

	31/12/2015	31/12/2014
Vencidas	31.250	41.914
A Vencer:		
Até 1 Ano	1.621.055	1.759.166
De 1 a 5 Anos	1.365.909	1.567.816
Acima de 5 Anos	5.265	5.066
Total	3.023.479	3.373.962

d) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	31/12/2015	31/12/2014
Setor Privado	260.963.648	245.440.734
Indústria	70.804.585	63.303.237
Comércio	28.223.339	28.501.269
Instituições Financeiras	2.285.315	1.928.868
Serviços e Outros ⁽¹⁾	41.964.420	38.660.540
Pessoas Físicas	114.773.641	110.886.855
Cartão de Crédito	19.133.657	18.340.741
Crédito Imobiliário	25.931.863	21.318.334
Crédito Consignado	14.656.085	11.342.216
Financiamento e Leasing de Veículos	30.314.531	33.551.617
Outros ⁽²⁾	24.737.505	26.333.947
Agricultura	2.912.348	2.159.965
Setor Público	119.087	155.582
Governo Federal	4.373	171
Governo Estadual	82.964	124.890
Governo Municipal	31.750	30.521
Total	261.082.735	245.596.316

(1) Inclui as atividades de crédito imobiliário - plano empresarial, serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.

(2) Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.

Em 2015, o Banco Santander realizou uma revisão na abertura por setores para fins desta nota explicativa, o que resultou na reclassificação de alguns itens desta informação, sem alteração do saldo final. A apresentação desta abertura referente a dezembro de 2014, esta consistente com o critério adotado na elaboração das demonstrações financeiras de dezembro de 2015.

e) Carteira de Créditos e da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos				31/12/2015 Provisão	
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total ⁽³⁾	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
AA	-	104.292.741	-	104.292.741	-	-	-
A	0,5%	98.552.525	-	98.552.525	492.765	305.782	798.547
B	1%	15.480.989	2.339.538	17.820.527	178.205	246.136	424.341
C	3%	9.548.811	3.374.325	12.923.136	387.694	708.080	1.095.774
D	10%	5.972.894	2.750.043	8.722.937	872.294	702.279	1.574.573
E	30%	1.552.423	3.839.656	5.392.079	1.617.624	-	1.617.624
F	50%	1.523.346	1.402.487	2.925.833	1.462.916	-	1.462.916
G	70%	651.083	1.016.922	1.668.005	1.167.603	-	1.167.603
H	100%	2.820.000	5.870.848	8.690.848	8.690.848	-	8.690.848
Total		240.394.812	20.593.819	260.988.631	14.869.949	1.962.277	16.832.226

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos					31/12/2014
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total ⁽³⁾	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Provisão Total
AA	-	102.217.003	-	102.217.003	-	-	-
A	0,5%	89.864.937	-	89.864.937	449.325	257.887	707.212
B	1%	17.398.578	2.476.079	19.874.657	198.746	276.270	475.016
C	3%	6.478.179	2.743.513	9.221.692	276.651	296.454	573.105
D	10%	5.925.915	2.069.012	7.994.927	799.493	-	799.493
E	30%	2.159.827	1.539.359	3.699.186	1.109.756	-	1.109.756
F	50%	836.662	1.411.579	2.248.241	1.124.120	-	1.124.120
G	70%	814.329	1.185.652	1.999.981	1.399.987	-	1.399.987
H	100%	2.472.903	5.920.372	8.393.275	8.393.275	-	8.393.275
Total		228.168.333	17.345.566	245.513.899	13.751.353	830.611	14.581.964

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.

(2) A provisão adicional é constituída com base na avaliação de risco da Administração e na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente.

(3) O total da carteira de créditos inclui o valor de R\$94.104 (31/12/2014 - R\$82.368), referente ao ajuste a valor de mercado das operações de crédito que são objeto de proteção, registrados de acordo com o artigo 5 da Carta Circular 3.624 do Bacen de 26 de dezembro de 2013 e que não estão contemplados na nota dos níveis de riscos (Nota 6.b.V.a).

f) Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Saldo Inicial	14.581.965	14.999.205
Constituições Líquidas das Reversões	14.773.164	11.908.852
Baixas	(12.522.903)	(12.326.093)
Saldo Final ⁽¹⁾	16.832.226	14.581.964
Circulante	4.063.077	3.387.478
Longo Prazo	12.769.149	11.194.486
Créditos Recuperados ⁽²⁾	2.346.053	2.517.393

(1) Inclui R\$63.434 (31/12/2014 - R\$75.373) de provisão constituída para carteira de arrendamento mercantil.

(2) Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas: operações de crédito e operações de arrendamento mercantil. Inclui resultado da cessão de créditos sem coobrigação relativa a operações anteriormente baixadas a prejuízo no valor de R\$120.522 (2014 - R\$327.449).

g) Créditos Renegociados

	31/12/2015	31/12/2014
Créditos Renegociados	12.720.615	13.917.809
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(7.065.760)	(7.050.616)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	55,5%	50,7%

h) Concentração de Crédito

Carteira de Crédito com Avais e Fianças ⁽¹⁾ , Títulos e Valores Mobiliários ⁽²⁾ e Instrumentos Financeiros Derivativos ⁽³⁾	31/12/2015		31/12/2014	
	Risco	%	Risco	%
Maior Devedor	8.013.400	2,3%	8.529.936	2,8%
10 Maiores	38.590.250	11,0%	35.078.339	11,4%
20 Maiores	54.852.488	15,7%	50.207.652	16,3%
50 Maiores	82.548.719	23,6%	75.668.335	24,6%
100 Maiores	106.546.440	30,4%	96.187.838	31,2%

(1) Inclui as parcelas de crédito a liberar do plano empresarial.

(2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.

(3) Refere-se ao risco de crédito de derivativos.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

9. Carteira de Câmbio

	31/12/2015	31/12/2014
Ativo		
Direitos sobre Venda de Câmbio	67.518.760	47.387.964
Câmbio Comprado a Liquidar	28.933.498	38.636.434
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(184.119)	(353.008)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Importações Financiadas (Nota 8.a)	92.177	57.133
Cambiais e Documentos a Prazo em Moedas Estrangeiras	47.223	-
Total	96.407.539	85.728.523
Circulante	94.642.636	84.963.645
Longo Prazo	1.764.903	764.878
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	67.416.998	47.545.000
Obrigações por Compra de Câmbio	26.465.492	37.440.279
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)	(4.552.495)	(4.687.958)
Outros	70	94
Total	89.330.065	80.297.415
Circulante	84.694.924	79.617.514
Longo Prazo	4.635.141	679.901
Contas de Compensação		
Créditos Abertos para Importação	774.383	948.300
Créditos de Exportação Confirmados	356.824	818.410

10. Negociação e Intermediação de Valores

	31/12/2015	31/12/2014
Ativo		
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	242.612	2.236.874
Caixas de Registro e Liquidação	742	144.791
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	80.435	140.790
Bolsas - Depósitos em Garantia	402.323	461.536
Outros ⁽¹⁾	971.787	223.724
Total	1.697.899	3.207.715
Circulante	1.697.899	3.062.978
Longo Prazo	-	144.737
Passivo		
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	2.316.252	902.820
Credores - Conta Liquidações Pendentes	112.945	44.812
Credores por Empréstimos de Ações	152.114	136.808
Caixas de Registro e Liquidação	16.439	41.347
Comissões e Corretagens a Pagar	3.305	3.410
Outros	-	401
Total	2.601.055	1.129.598
Circulante	2.543.495	1.098.979
Longo Prazo	57.560	30.619

(1) Refere-se aos depósitos efetuados em garantia às operações de derivativos realizadas com clientes no mercado de balcão.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

11. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2014	Aquisição/ Investimento ⁽⁴⁾	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2015
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.027.958	1.758	6.328.015	(2.344.899)	12.012.832
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	785.424	-	149.827	(89.506)	845.745
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	4.938.996	-	1.354.788	(3.826.986)	2.466.798
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	729.321	-	376.779	(198.915)	907.185
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	1.583.691	-	14.261.434	(5.929.622)	9.915.503
Provisão p/ Manutenção da Integridade do PL dos Acionistas	-	-	3.260	(3.260)	-
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	344.887	9	2.228.604	(22)	2.573.478
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria ⁽²⁾	1.302.218	-	-	(427.871)	874.347
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	287.361	-	593.218	(480.945)	399.634
Outras Provisões Temporárias ⁽³⁾	2.013.389	-	546.348	(40.656)	2.519.081
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	20.013.245	1.767	25.842.273	(13.342.682)	32.514.603
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	1.227.430	-	58.375	(763.448)	522.357
Contribuição Social - MP 2.158/2001	655.358	-	-	-	655.358
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	21.896.033	1.767	25.900.648	(14.106.130)	33.692.318
Circulante	6.303.187				8.754.619
Longo Prazo	15.592.846				24.937.699

	Saldo em 31/12/2013	Aquisição/ Incorporação ⁽⁴⁾	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2014
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7.020.457	6.446	3.873.706	(2.872.652)	8.027.957
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	627.083	165	217.551	(59.375)	785.424
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	4.054.740	-	980.635	(96.379)	4.938.996
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	727.660	318	63.694	(62.351)	729.321
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	999.372	-	584.378	(59)	1.583.691
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	570.726	-	100	(225.939)	344.887
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria ⁽²⁾	962.567	-	341.888	(2.237)	1.302.218
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	274.948	2.256	396.272	(386.115)	287.361
Outras Provisões Temporárias ⁽³⁾	2.388.365	50.805	18.400	(444.181)	2.013.389
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	17.625.918	59.990	6.476.624	(4.149.288)	20.013.244
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	1.552.599	55.291	26.621	(407.081)	1.227.430
Contribuição Social - MP 2.158/2001	697.727	-	-	(42.368)	655.359
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	19.876.244	115.281	6.503.245	(4.598.737)	21.896.033
Circulante	5.450.045				6.303.187
Longo Prazo	14.426.199				15.592.846

(1) Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

(2) Inclui crédito tributário de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários conforme mencionado na Nota 3.I.

(3) Composto principalmente por provisões de natureza administrativas, acordo coletivo e depósitos judiciais.

(4) Aquisição e incorporação de participação societária (Nota 14).

O Banco Santander possui créditos tributários não ativados no valor total de R\$1.340.072 (31/12/2014 - R\$270.820) no Consolidado.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

						31/12/2015
Ano	Diferenças Temporárias		PIS/Cofins	Prejuízos Fiscais - Base		Total
	IRPJ	CSLL		Negativa	CSLL 18%	
2016	4.587.126	3.645.477	281.031	175.229	22.291	8.711.154
2017	4.229.291	3.349.761	311.316	85.454	-	7.975.822
2018	5.370.398	4.116.213	249.696	39.926	-	9.776.233
2019	1.593.444	1.013.416	220.513	78.484	90.167	2.996.024
2020	1.396.509	903.567	185.460	32.790	109.368	2.627.694
2021 a 2023	378.061	238.986	-	108.473	433.532	1.159.052
2024 a 2025	236.705	207.633	-	2.001	-	446.339
Total	17.791.534	13.475.053	1.248.016	522.357	655.358	33.692.318

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente dos créditos tributários registrados é de R\$27.779.891 (31/12/2014 - R\$18.315.269), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, Contribuição Social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

12. Outros Créditos - Diversos

	31/12/2015	31/12/2014
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.a)		
Cartões de Crédito	14.945.844	14.052.038
Direitos Creditórios	17.805.112	16.125.589
Cédula de Produto Rural (CPR)	175.258	152.419
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	6.481.886	4.963.628
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.660.814	1.671.500
Outros	1.332.199	934.236
Garantias Contratuais de Ex-Controladores (Nota 22.i)	789.973	778.910
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	2.809.214	2.995.213
Créditos a Receber - Serviços Adquirente	11.788.451	9.375.984
Pagamentos a Ressarcir	160.889	152.600
Adiantamentos Salariais/Outros	92.092	63.841
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	73.312	95.022
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 25.e)	771.964	633.458
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 34)	-	557
Outros	1.780.651	2.611.648
Total	60.667.659	54.606.643
Circulante	42.118.624	38.639.320
Longo Prazo	18.549.035	15.967.323

13. Informações da Dependência e da Subsidiária no Exterior

Dependência:

A Agência Grand Cayman é uma filial do Banco Santander, e não é uma sociedade jurídica constituída separadamente. O Poder opera nas Ilhas Cayman sob a Categoria "B" licença bancária. No curso normal dos negócios, a Sucursal tem operações significativas com a matriz e suas afiliadas. Todas as transações são assumidos e registrados sob a direção do Escritório Central em que a sucursal é economicamente dependente.

A Agência Grand Cayman é licenciada pela Lei de Bancos e Companhias Fiduciárias, ou "Lei de Bancos e Companhias Fiduciárias", como um Banco de Categoria "B" e está devidamente registrada como uma Companhia Estrangeira junto ao Oficial de Registro de Sociedades em Grand Cayman, nas Ilhas Cayman. A agência, portanto, está devidamente autorizada a executar negócios bancários nas Ilhas Cayman, estando atualmente envolvida nos negócios de captação de recursos no mercado bancário e de capitais internacional para prover linhas de crédito para nós, que são então estendidas aos nossos clientes para financiamentos de capital de giro e comércio exterior. Ela também recebe depósitos em moeda estrangeira de clientes corporativos e pessoas físicas e concede crédito a clientes brasileiros e estrangeiros, fundamentalmente para apoiar operações comerciais com o Brasil.

Subsidiária:

O Banco Santander detém uma subsidiária independente na Espanha, Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A. (Santander Brasil EFC), para complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica - grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior - e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida.

As posições financeiras resumidas da dependência e subsidiária no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações contábeis compreendem:

	Agência Grand Cayman		Santander Brasil EFC	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativo	98.673.203	66.016.440	4.368.077	3.221.779
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	98.673.182	66.016.413	4.367.630	3.220.756
Disponibilidades	462.232	404.764	1.622.751	158.184
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	18.918.580	4.008.957	-	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	38.475.623	27.273.214	789.572	60.899
Operações de Crédito ⁽¹⁾	32.655.152	26.761.027	1.713.434	2.763.744
Carteira de Câmbio	6.428.499	2.840.956	-	-
Outros	1.733.096	4.727.495	241.873	237.929
Ativo Permanente	21	27	447	1.023
Passivo	98.673.203	66.016.440	4.368.077	3.221.779
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	56.293.137	43.855.433	1.038.284	705.836
Depósitos e Captações no Mercado Aberto	10.074.180	9.367.993	-	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	12.981.206	11.756.311	-	-
Obrigações por Empréstimos ⁽²⁾	23.744.735	17.709.059	-	387.244
Carteira de Câmbio	6.467.055	2.684.895	-	-
Outros	3.025.961	2.337.175	1.038.284	318.592
Resultados de Exercícios Futuros	491	627	20.997	14.271
Patrimônio Líquido ^{(3) (4)}	42.379.575	22.160.380	3.308.796	2.501.672
Resultado do Exercício	1.029.851	686.671	7.289	62.895

(1) Refere-se, principalmente, a operações de financiamento à exportação.

(2) Obrigações por empréstimos no exterior referente às linhas de financiamento à exportação e importação e outras linhas de crédito.

(3) No primeiro trimestre de 2014, a Agência Grand Cayman pagou o valor de R\$584.250 a título de dividendos ao Banco Santander.

(4) Em Reunião da Diretoria Executiva do Banco Santander em 1 de setembro de 2014, foi aprovado a alocação de recursos adicionais à Agência Grand Cayman, no valor de US\$4,000,000, passando o capital social destacado da referida Agência de US\$7,114,267 para US\$11,114,267, deste montante US\$1,000,000 foi realizado em 30 de dezembro de 2014 e o saldo restante US\$3,000,000 foi realizado nos dias 5, 6 e 7 de janeiro de 2015. A alocação destes recursos adicionais foi aprovado pelo Bacen em 3 de novembro de 2014.

(5) Em Reunião da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de agosto de 2015, foi aprovado a repatriação de recursos da Agência Grand Cayman, por ser considerado excessivo à manutenção de suas atividades, no valor de US\$1,000,000, passando o capital social destacado da referida Agência de US\$11,114,267 para US\$10,114,267.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

14. Participações em Coligadas e Controladas

		Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas Direta ou Indiretamente (Mil)		31/12/2015	
	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Direta e Indireta
Investimentos no Escopo do Consolidado Prudencial					
Controladas do Banco Santander					
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	11.043.796	-	78,57%	99,99%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	95.349	-	100,00%	100,00%
Banco Bandepe S.A. (Banco Bandepe)	Banco	2.184	-	100,00%	100,00%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	287.706.670	-	100,00%	100,00%
CFI RCI Brasil	Financeira	1	1	39,89%	39,89%
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (CRV DTVM) ⁽¹⁴⁾	Distribuidora	1.740	-	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM)	Corretora	14.067.673	14.067.673	99,99%	100,00%
Getnet Adquircencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Getnet S.A.) ^{(13) (15)}	Atividades	61.565	-	88,50%	88,50%
Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ⁽¹¹⁾	Securitizadora			100,00%	100,00%
Santander Brasil EFC	Financeira	75	-	100,00%	100,00%
Controladas da Aymoré CFI ^{(12) (14)}					
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. (Super) ⁽¹²⁾	Outras Atividades	20.000	-	-	50,00%
Banco Bonsucesso Consignado S.A. (Banco Bonsucesso Consignado) ⁽¹⁴⁾	Banco	210.000	-	-	60,00%
Controlada da CFI RCI Brasil					
Banco RCI Brasil S.A. (Atual Denominação Social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil (RCI Brasil Leasing)) ⁽¹⁶⁾	Leasing	163	81	-	100,00%
Controlada da SAM Brasil Participações (SAM Brasil)					
Santander Brasil Asset Management Distribuidora de títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander Brasil Asset)	Administradora de Ativos	12.493.834	-	-	100,00%

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

					31/12/2015
		Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas			
		Direta ou Indiretamente (Mil)			
		Ações Ordinárias	Ações	Participação	Participação
Investimentos fora do Escopo do Consolidado Prudencial	Atividade	e Cotas	Preferenciais	Direta	Direta e Indireta
Controladas do Banco Santander					
Santander Brasil Advisory Services S.A. (Santander Brasil Advisory)	Outras Atividades	1.323	-	96,52%	96,52%
Santander Participações S.A. (Santander Participações) ⁽⁷⁾	Holding	4.597	-	100,00%	100,00%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap) ⁽¹⁹⁾	Holding	12.728.211	-	100,00%	100,00%
Santander S.A. Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros (Santander Serviços)	Corretora de Seguros	174.360.451	-	60,65%	60,65%
Santander Microcrédito Assessoria Financeira S.A. (Santander Microcrédito)	Microcrédito	43.129.918	-	100,00%	100,00%
Mantiq Investimentos Ltda. (Mantiq)	Outras Atividades	4.800	-	100,00%	100,00%
Controladas em Conjunto do Banco Santander					
Norchem Participações e Consultoria S.A. (Norchem Participações)	Outras Atividades	950	-	50,00%	50,00%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (EBP) ⁽¹⁾	Outras Atividades	3.859	2.953	11,11%	11,11%
Campo Grande Empreendimentos	Outras Atividades	255	-	25,32%	25,32%
Cibrasec Companhia Brasileira de Securitização (Cibrasec) ⁽¹⁾	Securitização	9	-	13,64%	13,64%
Controladas da Sancap					
Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização)	Capitalização	64.615	-	-	100,00%
Evidence Previdência S.A. (Evidence) ⁽⁴⁾	Previdência	12.591.172	-	-	100,00%
Controlada da Santander Serviços					
Webcasas S.A.	Outras Atividades	24.500	-	-	100,00%
Controladas da Webmotors S.A. ^{(2) (12)}					
Virtual Motors Páginas Eletrônicas Ltda. - ME (Virtual Motors) ⁽⁹⁾	Outras Atividades	1	-	-	100,00%
Controladas em Conjunto da Santander Serviços					
Webmotors S.A. ^{(2) (12)}	Outras Atividades	366.182.676	-	-	70,00%
TecBan - Tecnologia Bancária S.A. (TecBan) ⁽⁶⁾	Outras Atividades	743.944	-	-	19,81%
Controladas da Getnet S.A. ^{(13) (15)}					
Auttar HUT Processamento de Dados Ltda. (Auttar HUT)	Outras Atividades	3.865	-	-	100,00%
Integry Tecnologia e Serviços A.H.U. Ltda. (Integry Tecnologia)	Outras Atividades	1.276	-	-	100,00%
Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda. (Toque Fale)	Outras Atividades	6.050	-	-	100,00%
Izettle do Brasil S.A.	Outras Atividades	5.300	-	-	50,00%
Controlada TecBan ⁽⁶⁾					
Tbnet Comércio Locação e Administração Ltda. (Tbnet) ⁽¹⁷⁾	Outras Atividades	37.387	-	-	100,00%
Controlada Tbnet					
Tbfort Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbfort)	Outras Atividades	7.817	-	-	100,00%
Controladas do Banco Bonsucesso Consignado ⁽¹⁰⁾					
BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda. ⁽¹⁰⁾	Outras Atividades	6.950	-	-	100,00%
Bonsucesso Tecnologia Ltda. (Atual Denominação Social da BSI Informática Ltda. ^{(10) (18)})	Outras Atividades	450	-	-	100,00%
Coligada					
Norchem Holdings e Negócios S.A. (Norchem Holdings)	Outras Atividades	1.679	-	21,75%	21,75%

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Patrimônio Líquido Ajustado 31/12/2015	Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado 01/01 a 31/12/2015	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
			31/12/2015	31/12/2014	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Investimentos fora do Escopo do Consolidado Prudencial						
Controladas do Banco Santander						
Santander Brasil Advisory	14.491	1.405	13.976	12.958	1.356	658
Santander Participações ⁽⁷⁾	1.398.518	(426.130)	1.398.518	1.754.462	(503.594)	83.665
Sancap ⁽¹⁹⁾	336.014	150.746	336.014	313.254	150.746	97.178
Santander Serviços	602.085	27.598	363.989	345.416	14.938	61.941
Santander Microcrédito	23.834	1.740	23.834	22	1.740	1
Mantiq	7.596	3.221	7.596	10.708	3.222	4.945
Santos Energia Participações S.A. (Santos Energia) ⁽⁵⁾	-	-	-	-	-	(3.935)
Controladas em Conjunto do Banco Santander						
Norchem Participações	47.331	3.953	23.665	23.739	1.976	4.434
EBP ⁽¹⁾	60.271	(13.869)	6.697	8.241	(1.544)	(2.768)
Cibrasec ⁽¹⁾	75.719	5.999	10.325	10	818	1
Controladas da Sancap						
Santander Capitalização	55.549	105.771	-	-	-	-
Evidence ⁽⁴⁾	300.223	49.579	-	-	-	-
Controlada da Santander Serviços						
Webcasas S.A.	21.990	1.488	-	-	-	-
Controlada da Webmotors S.A. ^{(2) (12)}						
Virtual Motors ⁽⁹⁾	699	690	-	-	-	-
Controladas em Conjunto da Santander Serviços						
Webmotors S.A. ^{(2) (12)}	247.797	33.420	-	-	-	-
TecBan ⁽⁶⁾	375.074	37.141	-	-	-	-
Controladas da Getnet S.A. ^{(13) (15)}						
Auttar HUT	10.320	2.647	-	7.673	-	677
Go Pay ⁽¹³⁾	-	-	-	281	-	(12)
Integry Tecnologia	(98)	(131)	-	33	-	(22)
Toque Fale	971	931	-	40	-	(1.685)
Pos Movil ⁽¹³⁾	-	-	-	1.456	-	(205)
Izettle do Brasil S.A.	(5.537)	(2.436)	-	490	-	(1.779)
Controlada TecBan ⁽⁶⁾						
Tbnet Comércio Locação e Administração Ltda. (Tbnet) ⁽¹⁷⁾	13.637	(17.309)	-	-	-	-
Controlada Tbnet						
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbfort)	(13.787)	(16.801)	-	-	-	-
Controladas do Banco Bonsucesso Consignado ⁽¹⁰⁾						
BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda. ⁽¹⁰⁾	10.253	843	-	-	-	-
Bonsucesso Tecnologia Ltda. (Atual Denominação Social da BSI Informática Ltda. ^{(10) (18)}	10.042	9.206	-	-	-	-
Coligadas						
BW Guirapá I S.A. ⁽³⁾	-	-	-	-	-	(7.167)
Norchem Holdings	89.670	6.902	19.503	(58.080)	77.205	2.959
Outras ⁽²⁰⁾	-	-	63.830	256	(1.104)	1.631
Total			2.267.947	2.420.959	(254.241)	240.517

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

- (1) Embora a participação seja inferior a 20%, o Banco exerce o controle em conjunto na entidade com os demais acionistas majoritários, através de acordo de acionistas onde nenhuma decisão de negócio pode ser tomada por um único acionista.
- (2) Embora a participação seja superior a 50%, em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Serviços e a Carsales.com Investments PTY LTD. (Carsales).
- (3) Em setembro de 2014, o controle do investimento mantido na BW Guirapá I S.A. bem como a participação em seus parques eólicos pelo Banco Santander foram transferidos para a Santander Participações e reclassificado para a conta ativos não-correntes mantidos para venda, conforme mencionado na Nota 13.
- (4) Em 29 de janeiro de 2015, foi aprovada pela Susep, a transferência da Carteira de Fundo Garantidor de Benefícios (FGB) da sociedade Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. para a Evidence. Em 2 de fevereiro de 2015, os ativos e reservas da referida Carteira foram transferidos e passaram a ser geridos pela Evidence. Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 23 de dezembro de 2015, foi aprovado um aumento no capital social pela Sancap no valor de R\$65.000 passando o capital social dos atuais R\$185.000 para R\$250.000, mediante a emissão de 3.653.145.728 novas ações ordinárias, passando de 8.938.026.072 ações para 12.591.171.800 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal.
- (5) Em setembro de 2014, o controle do investimento mantido na Santos Energia bem como a participação em seus parques eólicos pela Santander Participações foram reclassificados para a conta ativos não-correntes mantidos para venda, os respectivos investimentos foram alienados em março de 2015 conforme mencionado na Nota 13.
- (6) Em novembro de 2014, a Santander Serviços alienou 1,16% de sua participação nesta Sociedade.
- (7) Na AGE de 7 de janeiro de 2015, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$149.000, passando o capital social de R\$1.551.000 para R\$1.700.000, mediante a emissão de 360.348 novas ações ordinárias, subscritas e integralizadas pelo Banco Santander em moeda corrente nacional.
- (8) Investimento adquirido em 12 de dezembro de 2014 (Nota 37.b). Na AGE de 15 de dezembro de 2014, foi aprovado a redução do capital social da Super, de forma a ajustá-lo ao valor das importâncias efetivamente integralizadas, o qual passou de R\$51.128 para R\$49.451, sendo a referida redução no valor de R\$1.677, sem cancelamento de ações, e sem restituição de quaisquer valores aos acionistas, observado o disposto na legislação aplicável.
- (9) Investimento adquirido em 10 de dezembro de 2014 (Nota 37.h).
- (10) Investimento do Banco Bonsucesso Consignado adquirido em 10 de fevereiro de 2015 e demais empresas adquiridas indiretamente através da operação de aquisição do Banco Bonsucesso Consignado (Nota 37.d).
- (11) O capital social da empresa é de R\$100,00 composto por 100 (cem) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
- (12) A Ideia Produções e Design Ltda. - ME e KM Locanet Ltda. - ME (Compre Auto) foram incorporadas pela Webmotors S.A. em 30 de abril de 2015 (Nota 37.h).
- (13) A Go Pay Comércio e Serviços de Tecnologia da Informação Ltda. foi incorporada pela GetNet S.A. em 30 de abril de 2015 (Nota 37 h).
- (14) Reestruturação Societária (Nota 37.g).
- (15) A Pos Móvil em razão do fim de seu prazo de duração foi dissolvida conforme nota publicada no Diário Oficial De La Republica de Chile em 21 de agosto de 2015.
- (16) Na AGE de 21 de julho de 2015, foi aprovada a transformação da Companhia em Banco Múltiplo, com as carteiras de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento e também a alteração da denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil para Banco RCI Brasil S.A. Este processo foi homologado pelo Bacen em 28 de outubro de 2015.
- (17) Em Reunião de sócios realizado no dia 5 de outubro de 2015, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$26.231, passando dos atuais R\$11.156 para R\$37.387, com a emissão de 26.231 mil novas quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, cujo aumento foi integralizado nesta mesma data em moeda corrente do país.
- (18) Em Reunião de sócios realizado no dia 6 de agosto de 2015, foi aprovado a alteração da denominação social da BSI Informática Ltda. para Bonsucesso Tecnologia Ltda.
- (19) Na AGE de 23 de dezembro de 2015 foi aprovado um aumento no capital social no valor de R\$65.000 passando o capital social dos atuais R\$135.089 para R\$200.089, mediante a emissão de 1.477.036.526 novas ações ordinárias, passando de 11.251.174.951 ações para 12.728.211.477 ações ordinárias, as ações emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional pelo Banco Santander.
- (20) Em dezembro de 2015, incluiu o valor líquido da amortização de R\$31.988 referente a conclusão do estudo da alocação do preço de compra (Purchase Price Allocation - PPA) sobre a aquisição do Bonsucesso pela Aymoré CFI.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

15. Imobilizado de Uso e Imobilizado de Arrendamento

15.a) Imobilizado de Uso

	Custo	Depreciação	31/12/2015 Residual	31/12/2014 Residual
Imóveis de Uso	2.553.033	(587.863)	1.965.170	2.014.688
Terrenos	667.055	-	667.055	665.163
Edificações	1.885.978	(587.863)	1.298.115	1.349.525
Outras Imobilizações de Uso	11.378.234	(6.626.397)	4.751.837	4.684.309
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	2.825.061	(1.346.228)	1.478.833	1.355.531
Sistemas de Processamento de Dados	3.187.284	(2.226.561)	960.723	777.665
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3.669.223	(1.917.144)	1.752.079	1.638.013
Sistemas de Segurança e Comunicações	1.228.237	(876.298)	351.939	336.309
Outras	468.429	(260.166)	208.263	576.791
Total	13.931.267	(7.214.260)	6.717.007	6.698.997

15.b) Imobilizado de Arrendamento

Compreende os bens relacionados aos contratos de arrendamento (Nota 8.c), e tem a seguinte composição:

	31/12/2015	31/12/2014
Veículos e Afins	5.392.634	6.381.534
Máquinas e Equipamentos	2.349.596	2.330.941
Aeronaves	162.871	78.280
Embarcações	2.500	2.501
Instalações	489	489
Imóveis	-	180
Móveis	14.175	11.735
Outros Bens	8.162	11.687
Depreciações Acumuladas	(4.314.034)	(4.772.678)
Superveniência de Depreciação	1.941.186	2.352.214
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	198.045	201.342
Total	5.755.624	6.598.225

Os bens estão compromissados para venda aos arrendatários, conforme opção destes, quando da liquidação dos respectivos contratos de arrendamento. O seguro dos bens arrendados é efetuado pelo arrendatário, com cláusula de benefício em favor da Santander Leasing. No exercício de 2015 foi registrada uma insuficiência de depreciação no valor de R\$411.028 (2014 - R\$1.149.340) equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento, determinado de acordo com as taxas de retorno de cada operação, em conformidade com a Instrução CVM 58/1986 e Circular Bacen 1.429/1989.

16. Intangível

	Custo	Amortização	31/12/2015 Líquido	31/12/2014 Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas ⁽¹⁾	27.251.887	(23.264.205)	3.987.682	6.654.803
Outros Ativos Intangíveis	8.483.952	(5.209.741)	3.274.211	3.371.998
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais ^{(1) (2)}	5.263.547	(3.740.240)	1.523.307	1.982.464
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento ⁽²⁾	2.435.405	(1.468.646)	966.759	1.277.166
Outros	785.000	(855)	784.145	112.368
Total	35.735.839	(28.473.946)	7.261.893	10.026.801

(1) Inclui o montante líquido de R\$1.054.273 (31/12/2014 - R\$1.054.273) do ágio apurado pela GetNet S.A. na aquisição da totalidade das ações de emissão da GetNet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações H.U.A.H. S.A.(Getnet) em 31 de julho de 2014 (Nota 36.b).

(2) Em 2015, inclui perdas ao valor recuperável do ativo (Nota 31).

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo e foi alocado de acordo com os segmentos operacionais.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente, a qual é revisada e aprovada pela diretoria executiva.

	Banco Comercial	
	2015	2014
Principais Premissas:		
Bases para Determinação do Valor Recuperável	Valor em Uso: Fluxos de Caixa	
Período das Projeções dos Fluxos de Caixa ⁽¹⁾	5 Anos	5 Anos
Taxa de Crescimento	7,5%	7,0%
Taxa de Desconto ⁽²⁾	15,2%	14,4%

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

(2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM).

17. Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Depósitos

	31/12/2015				31/12/2014	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos à Vista	15.712.093	-	-	-	15.712.093	16.063.324
Depósitos de Poupança	35.984.838	-	-	-	35.984.838	37.938.936
Depósitos Interfinanceiros	-	2.403.475	569.477	542.833	3.515.785	3.759.842
Depósitos a Prazo	100.520	25.165.370	15.635.339	46.382.914	87.284.143	86.024.603
Total	51.797.451	27.568.845	16.204.816	46.925.747	142.496.859	143.786.705
Circulante					95.571.112	92.306.815
Longo Prazo					46.925.747	51.479.890

b) Captações no Mercado Aberto

	31/12/2015				31/12/2014	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Total
Carteira Própria	51.683.679	21.251.837	31.282.476	104.217.992		87.377.598
Títulos Públicos	39.842.237	42.374	-	39.884.611		37.602.913
Títulos de Emissão Própria	8.405.591	19.972.545	30.600.751	58.978.887		44.834.254
Outros	3.435.851	1.236.918	681.725	5.354.494		4.940.431
Carteira de Terceiros	10.827.806	-	-	10.827.806		11.851.434
Carteira de Livre Movimentação	-	2.864.431	17.050.202	19.914.633		11.196.524
Total	62.511.485	24.116.268	48.332.678	134.960.431		110.425.556
Circulante				86.627.753		69.604.811
Longo Prazo				48.332.678		40.820.745

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

				31/12/2015	31/12/2014
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Aceites Cambiais	339.024	165.554	479.684	984.262	998.861
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	9.306.455	27.743.238	47.556.025	84.605.718	61.892.983
Letras de Crédito Imobiliário - LCI ⁽¹⁾	7.396.032	15.325.951	1.073.340	23.795.323	22.671.073
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA ⁽²⁾	1.149.013	905.999	41.604	2.096.616	1.902.783
Letras Financeiras ⁽³⁾	761.410	11.511.288	46.441.081	58.713.779	37.319.127
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	7.046.137	1.432.244	4.993.915	13.472.296	11.795.624
Eurobonds	7.046.137	1.432.244	4.993.915	13.472.296	11.795.624
Certificados de Operações Estruturadas	166.550	615.110	3.292	784.952	264.101
Total	16.858.166	29.956.146	53.032.916	99.847.228	74.951.569
Circulante				46.814.312	46.317.189
Longo Prazo				53.032.916	28.634.380

(1) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 31 de dezembro de 2015, possuem prazo de vencimento entre 2016 a 2020 (31/12/2014 - com prazo de vencimento entre 2015 a 2020).

(2) Letras de crédito do agronegócio são títulos de renda fixa em que os recursos são destinados ao fomento do agronegócio, indexada entre 90,0% a 98,0% do CDI. Em 31 de dezembro de 2015, possuem prazo de vencimento entre 2016 a 2018 (31/12/2014 - com prazo de vencimento entre 2015 a 2016).

(3) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$300 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 31 de dezembro de 2015, possuem prazo de vencimento entre 2016 a 2025 (31/12/2014 - com prazo de vencimento entre 2015 a 2025).

				Taxa de Juros (a.a.)	31/12/2015 Total	31/12/2014 Total
Eurobonds	Emissão	Vencimento	Moeda			
Eurobonds	fevereiro e setembro-12	fevereiro-17	US\$	4,6%	5.025.982	3.575.617
Eurobonds	abril e novembro-10	abril-15	US\$	4,5%	3.268.431	2.173.398
Eurobonds	janeiro e junho-11	janeiro-16	US\$	4,3%	1.255.841	2.256.237
Eurobonds ⁽²⁾	março e maio-13	março-16	R\$	8,0%	603.889	1.258.363
Eurobonds	março-13	abril-18	US\$	4,5% a 8,4% ⁽¹⁾	135.388	892.090
Eurobonds ⁽²⁾	abril-12	abril-16	CHF	3,3%	35.743	412.596
Eurobonds ⁽²⁾	abril-12	abril-16	CLP	4,6%	-	101.264
Eurobonds ⁽²⁾	setembro-14	setembro-16	JPY	1,8%	-	24.480
Eurobonds ⁽²⁾	junho-13	junho-15	CHF	1,1%	-	339.686
Eurobonds ⁽²⁾	março-13	março-15	CHF	1,7%	-	187.974
Eurobonds	abril-15	julho-15	US\$	0,7%	195.254	-
Eurobonds	abril-15	outubro-15	US\$	1,1%	170.053	-
Eurobonds	maio-15	novembro-15	US\$	1,1%	173.487	-
Eurobonds	maio-15	dezembro-15	US\$	1,1%	839.956	-
Eurobonds	junho-15	dezembro-15	US\$	1,1%	510.082	-
Eurobonds	junho-15	janeiro-16	US\$	1,1%	291.345	-
Outros					966.845	573.919
Total					13.472.296	11.795.624

(1) A operação foi liquidada antecipadamente no primeiro trimestre de 2015.

(2) Inclui R\$1.995.118 (31/12/2014 - R\$1.960.197) de operações objeto de "hedge" fluxo de caixa, sendo R\$1.255.841 (31/12/2014 - R\$1.258.363) indexado em Reais, R\$603.889 (31/12/2014 - R\$600.570) indexados em moeda estrangeira - Franco Suíço e R\$135.388 (31/12/2014 - R\$101.264) em Peso Chileno (Nota 6.b.v.b); e R\$35.743 (31/12/2014 - R\$364.166) de operações objeto de "hedge" de risco de mercado, sendo R\$35.743 (31/12/2014 - R\$24.480) indexados em moeda estrangeira - YEN e em 31 de dezembro de 2014 o valor de R\$339.686 indexados em moeda estrangeira - Franco Suíço(Nota 6.b.v.a).

d) Despesas de Captação no Mercado

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Depósitos a Prazo ⁽¹⁾	16.053.180	9.592.086
Depósitos de Poupança	2.745.513	2.386.003
Depósitos Interfinanceiros	402.769	386.675
Captação no Mercado Aberto	15.562.251	11.995.591
Outras ⁽²⁾	14.569.671	8.365.655
Total	49.333.384	32.726.010

(1) Inclui o registro de juros no valor de R\$503.290 (2014 - R\$435.473) referente a emissão de Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II (Nota 20).

(2) Inclui, principalmente, despesas com recursos de aceites e emissão de títulos.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e) Obrigações por Empréstimos e Repasses

				31/12/2015	31/12/2014
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Obrigações por Empréstimos no País	2.271	51.950	-	54.221	102.330
Obrigações por Empréstimos no Exterior	13.097.858	20.276.700	3.308.742	36.683.300	24.320.395
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	12.207.527	20.276.700	3.308.742	35.792.969	23.518.463
Outras Linhas de Crédito	890.331	-	-	890.331	801.932
Obrigações por Repasses do País	1.303.765	3.833.318	11.125.808	16.262.891	15.613.513
Total	14.403.894	24.161.968	14.434.550	53.000.412	40.036.238
Circulante				38.565.862	28.112.898
Longo Prazo				14.434.550	11.923.340

As linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2019 (31/12/2014 - até o ano de 2018) e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 0,3% a.a. a 9,8% a.a. (31/12/2014 - 0,6% a.a. a 9,0% a.a.).

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP, variação cambial da cesta de moedas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

18. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	31/12/2015	31/12/2014
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 22.b)	6.790.504	14.006.690
Provisão para Riscos Fiscais - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 22.i)	789.973	773.304
Passivos Tributários Diferidos	1.636.922	1.798.766
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	28.586	22.177
Impostos e Contribuições a Pagar	993.751	574.902
Total	10.239.736	17.175.839
Circulante	2.681.704	1.479.862
Longo Prazo	7.558.032	15.695.977

a) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2015
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	925.390	133.651	(1.159)	1.057.882
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	263.742	(13)	(202.472)	61.257
Superveniência de Arrendamento Mercantil	588.035	-	(102.757)	485.278
Outros	21.599	13.974	(3.068)	32.505
Total	1.798.766	147.612	(309.456)	1.636.922

	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2014
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	855.629	69.768	(7)	925.390
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	94.714	169.046	(18)	263.742
Superveniência de Arrendamento Mercantil	875.385	6.402	(293.752)	588.035
Outros	26.093	32.489	(36.983)	21.599
Total	1.851.821	277.705	(330.760)	1.798.766

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

Ano	IRPJ	Diferenças Temporárias		Total
		CSLL	PIS/Cofins	
2016	384.173	227.650	53.016	664.839
2017	363.473	216.481	53.015	632.969
2018	69.128	4.381	1.298	74.807
2019	66.603	4.303	1.298	72.204
2020	66.603	4.303	1.298	72.204
2021 a 2023	119.899	-	-	119.899
Total	1.069.879	457.118	109.925	1.636.922

19. Dívidas Subordinadas

Estão representadas por títulos emitidos de acordo com as normas do Bacen. Para a apuração dos limites operacionais, estes integram o Nível II do Patrimônio de Referência (PR) de acordo com a natureza e proporcionalidade definidas nas Resoluções CMN 4.192 de 1 de março de 2013 e alterações pela Resolução CMN 4.278 de 31 de outubro de 2013.

					31/12/2015	31/12/2014
CDB Subordinado	Emissão	Vencimento ⁽¹⁾	Valor de Emissão (em Milhões)	Taxa de Juros (a.a.)	Total	Total
CDB Subordinado	junho-06	julho-16	\$ 1.500	105,0% CDI	4.196.347	3.683.128
CDB Subordinado	outubro-06	setembro-16	\$ 850	104,5% CDI	2.266.789	1.990.794
CDB Subordinado	julho-06 a outubro-06	julho-16 e julho-18	\$ 447	104,5% CDI	1.230.505	1.080.684
CDB Subordinado	maio-08 a junho-08	maio-13 a maio-18	\$ 283	CDI ⁽²⁾	114.467	114.050
CDB Subordinado	maio-08 a junho-08	maio-15 a junho-18	\$ 268	IPCA ⁽³⁾	289.196	425.421
Total					8.097.304	7.294.077
Circulante					7.685.328	199.124
Longo Prazo					411.976	7.094.953

(1) CDBs subordinados possuem remuneração paga ao final do prazo juntamente com o principal.

(2) Indexado entre 100% e 112% do CDI.

(3) Indexado ao IPCA, acrescido de juros de 8,3% a.a. a 8,4% a.a.

20. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital (Nota 23.f), são os seguintes:

					31/12/2015	31/12/2014
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão (em Milhões)	Taxa de Juros (a.a.) ⁽³⁾	Total	Total
Nível I ⁽¹⁾	janeiro-14	Sem Prazo (Perpétuo)	\$3.000	7,375%	4.944.625	3.363.697
Nível II ⁽²⁾	janeiro-14	janeiro-24	\$3.000	6,000%	5.017.520	3.412.949
Total					9.962.145	6.776.646
Circulante					218.009	148.298
Longo Prazo					9.744.136	6.628.348

(1) Juros pagos trimestralmente a partir de 29 de abril de 2014.

(2) Juros pagos semestralmente a partir de 29 de julho de 2014.

(3) A taxa efetiva de juros, considerando o IR Fonte assumido pelo emissor, é de 8,676% e 7,059% para os instrumentos Nível I e Nível II, respectivamente.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

21. Outras Obrigações - Diversas

	31/12/2015	31/12/2014
Obrigações com Cartões de Crédito	21.161.941	19.350.521
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 22.b)	4.495.481	3.750.645
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 34)	2.696.653	3.848.964
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos ⁽¹⁾	21.521	489.860
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 22.i)	-	5.606
Provisão para Pagamentos a Efetuar		
Despesas de Pessoal	1.654.082	1.448.731
Despesas Administrativas	258.748	447.174
Outros Pagamentos	99.910	158.906
Credores por Recursos a Liberar	573.869	1.072.345
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	357.001	295.015
Fornecedores	785.887	622.988
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 8.c)	2.761.002	3.267.681
Outras	5.426.780	3.369.217
Total	40.292.875	38.127.653
Circulante	36.577.000	30.076.309
Longo Prazo	3.715.875	8.051.344

(1) Em 31 de dezembro de 2014, refere-se basicamente, a operações de empréstimos de "export notes" no valor de R\$469.731.

22. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.o).

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	31/12/2015	31/12/2014
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 18)	6.790.504	14.006.690
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 21)	4.495.481	3.750.645
Ações Trabalhistas	2.492.060	1.978.357
Ações Cíveis	2.003.421	1.772.288
Total	11.285.985	17.757.335

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2015			01/01 a 31/12/2014		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	14.006.690	1.978.357	1.772.288	11.760.141	1.925.829	1.650.878
Constituição Líquida de Reversão ^{(1) (2)}	(6.929.082)	1.299.244	843.823	1.669.929	881.648	829.218
Atualização Monetária	613.038	273.229	189.986	1.110.791	230.661	153.070
Baixas por Pagamento ^{(2) (3)}	(870.280)	(1.138.660)	(802.676)	(534.171)	(1.060.664)	(864.019)
Outros	(29.862)	79.890	-	-	883	3.141
Saldo Final	6.790.504	2.492.060	2.003.421	14.006.690	1.978.357	1.772.288
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	2.980.456	327.417	368.165	2.100.685	337.891	135.122
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	30.816	6.182	5.166	24.717	17.367	7.391
Total dos Depósitos em						
Garantia	3.011.272	333.599	373.331	2.125.402	355.258	142.513

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas operacionais e outras despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Para as provisões fiscais, em 2015 inclui os efeitos decorrentes da reversão da provisão do Cofins e em 2014, inclui o pagamento referente a adesão ao programa instituído pela Lei 12.996/2014 (Nota 22.e).

(3) Em 2015, inclui o valor referente as antecipações de CSLL que reduz o valor da provisão fiscal decorrente do questionamento da majoração da alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008 (Nota 23.e).

d) Provisões Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Santander tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

O Banco e suas controladas aderiram em agosto de 2014 ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituído pela Lei 12.996/2014.

A adesão ao programa incluiu a cobrança administrativa decorrente da dedução de despesas com tributos com exigibilidade suspensa e sua atualização na base de cálculo do IRPJ e da CSLL entre os anos de 2006 e 2008. Referida cobrança, pendente de decisão na esfera administrativa, tinha classificação de risco avaliada como perda possível, segundo os assessores jurídicos. Outros processos administrativos e judiciais também foram incluídos neste programa.

Os processos fiscais e previdenciários incluídos na modalidade de pagamento à vista em 2014, produziram efeitos contábeis no momento da adesão ao programa através da liquidação financeira no valor de R\$412.602 cujo efeito patrimonial, após registrados os ativos fiscais diferidos, foi nulo no resultado líquido.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias encontram-se descritos a seguir:

PIS e Cofins - R\$3.023.449 (31/12/2014 - R\$10.501.868): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram medidas judiciais visando afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias. Em 23 de abril de 2015, foi publicada decisão do STF admitindo o Recurso Extraordinário interposto pela União referente ao PIS e negando o seguimento ao Recurso Extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal referente à Cofins aplicável, exclusivamente, ao processo do Banco Santander. Em 28 de maio de 2015, em sessão plenária do STF, foi confirmada a inadmissibilidade do Recurso Extraordinário referente à Cofins, em decisão unânime, que negou provimento ao Agravo Regimental interposto pelo Ministério Público Federal. Com essa decisão, o pleito referente à Cofins está definido, prevalecendo a sentença do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de agosto de 2007, favorável ao Banco Santander. Em 19 de agosto de 2015, os Embargos de Declaração apresentados pelo Ministério Público Federal foram rejeitados, por unanimidade, na sessão plenária do STF. Seguem pendentes de julgamento definitivo pelo STF a exigibilidade do PIS do Banco Santander, bem como a exigibilidade do PIS e da Cofins das demais empresas controladas. Com a decisão do STF, o Banco Santander reverteu o saldo da provisão constituída para cobrir as obrigações legais relativas à Cofins, no montante de R\$7.950 milhões (R\$4.770 milhões, após efeitos tributários).

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$772.379 (31/12/2014 - R\$1.465.793): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram ações judiciais visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Os principais temas discutidos nesses processos são:

CSLL - Isonomia de Alíquotas - R\$3.613 (31/12/2014 - R\$54.111): o Banco Santander e as empresas controladas ingressaram com medidas judiciais contestando a aplicação do aumento na alíquota da CSLL para 18%, aplicável a instituições financeiras, até 1998, em comparação com a alíquota de 8% para as demais empresas não financeiras, com base no princípio constitucional da isonomia.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R\$755.015 (31/12/2014 - R\$722.639): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R\$507.836 (31/12/2014 - R\$442.583): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R\$657.750 (31/12/2014 - R\$0): em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander Brasil S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e os dois primeiros meses de 2002. Com base na avaliação de risco dos assessores jurídicos, o tratamento fiscal adotado era adequado. A Santander DTVM obteve decisão favorável no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) enquanto o Banco obteve decisão desfavorável e foi considerado responsável pelo recolhimento da CPMF. Ambas decisões foram objeto de novos recursos perante a última instância do CARF. Em junho de 2015, os recursos foram apreciados com decisões desfavoráveis para o Banco e para Santander DTVM na esfera administrativa (CARF). Em 3 de julho de 2015, Banco e Produban Serviços de Informática S.A. (atual denominação da Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais, que totalizam R\$1.283 milhões. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de “horas extras” e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos e êxitos. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de realização, na lei e na jurisprudência e de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos.

g) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo; (2) ações decorrentes de contratos de financiamento; (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de realização, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de realização, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - ações de cobrança com avaliação coletiva, relativas aos expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II). Referem-se a discussões judiciais promovidas pelos detentores de cadernetas de poupança, questionando o rendimento creditado pelo Banco Santander em razão da instituição de tais planos por entenderem que as modificações legislativas violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. As ações são provisionadas com base na média histórica dos processos encerrados.

As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de realização, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos. O Banco Santander, também, é parte em ações cíveis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. Nesses casos, a constituição de provisão é feita somente após o trânsito em julgado dessas ações, tendo como base os pedidos de execução individual. A jurisprudência do Superior Tribunal da Justiça (STJ) por enquanto é contrária aos Bancos. A questão está ainda sob análise no STF, tendo sido determinada a suspensão de todos os recursos, com exclusão dos processos que ainda não tenham sentença ou em fase de execução definitiva. Entretanto, o julgamento desta questão está paralisado no STF por falta de quórum, considerando que alguns dos seus Ministros se declararam impedidos para julgar a matéria, inclusive o novo e mais recente Ministro (Luiz Edson Fachin) e, por isso, é provável que o julgamento continue paralisado por vários anos ainda. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o STJ decidiu que o prazo para a propositura de ações cíveis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, será julgada improcedente, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Cíveis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

h) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificadas como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$14.469 milhões, sendo os principais processos os seguintes:

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2015, o valor relacionado a essa discussão é de aproximadamente R\$719 milhões.

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas estão envolvidas em processos judiciais e administrativos contra as autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 31 de dezembro de 2015, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$2.711 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a atual Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. sucessora da sociedade ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao ano-base de 2005, alegando que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e Real Vida e Previdência S.A. pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34% ao invés de 15%. O lançamento foi contestado administrativamente pois o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. Houve decisão parcialmente favorável no CARF para dar parcial provimento ao recurso voluntário para excluir a multa de ofício e os juros sobre essa multa. Atualmente aguarda-se a apreciação dos Embargos de Declaração opostos pela Zurich e o julgamento do Recurso Especial interposto pela União Federal. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 31 de dezembro de 2015, o valor era de aproximadamente R\$262 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Real - A Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado. Em 14 de julho de 2015, a Delegacia da RFB de Julgamento decidiu favoravelmente ao Banco Santander, anulando integralmente o débito fiscal. Referida decisão será objeto de recurso de ofício perante o CARF. Em 31 de dezembro de 2015, o valor era de R\$1.165 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - As Autoridades Fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 à 2012. O Banco Santander apresentou tempestivamente as respectivas impugnações, as quais estão pendentes de decisão. Em 31 de dezembro de 2015, o valor era de R\$516 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$95 milhões, excluindo o processo abaixo:

Gratificação Semestral ou PLR - ação na esfera trabalhista referente ao pagamento de gratificação semestral ou, alternativamente, PLR aos empregados aposentados do extinto Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975, movida por Associação de Aposentados do Banespa. A ação foi julgada pelo Tribunal Superior do Trabalho contra o Banco. O Banco ingressou com os recursos cabíveis no STF que por decisão monocrática indeferiu o apelo do Banco, mantendo a condenação do Tribunal Superior do Trabalho. O Banco ingressou com o Agravo Regimental no STF. O Agravo Regimental é um apelo interno apresentado no STF requerendo que a decisão monocrática seja substituída por uma decisão de cinco ministros. A 1ª Turma do STF deu provimento ao Agravo Regimental do Banco e negou seguimento ao da Afabesp. As matérias do Recurso Extraordinário do Banco seguirão agora para o Pleno do STF para decisão sobre repercussão geral e julgamento. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$728 milhões.

i) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R\$785.837, R\$890 e R\$3.246 (31/12/2014 - R\$773.304, R\$2.520 e R\$3.086), respectivamente, registrados em outras obrigações - fiscais e previdenciárias (Nota 18) e outras obrigações - diversas (Nota 21) de responsabilidade dos ex-controladores de Bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 12).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

23. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas, escriturais, sem valor nominal.

			Em Milhares de Ações		
			31/12/2015	31/12/2014	
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais
De Domiciliados no País	56.305	81.279	137.584	127.192	153.105
De Domiciliados no Exterior	3.794.666	3.630.833	7.425.499	3.742.658	3.577.885
Total	3.850.971	3.712.112	7.563.083	3.869.850	3.730.990
(-) Ações em Tesouraria	(20.218)	(20.218)	(40.436)	(29.612)	(29.612)
Total em Circulação	3.830.753	3.691.894	7.522.647	3.840.238	3.701.378

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram e continuarão a ser calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, e desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

		31/12/2015		
		Em Milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units	
			Ordinárias	Preferenciais
Dividendos Intercalares ^{(1) (5)}	150.000	18,9474	20,8421	39,7895
Dividendos Intermediários ^{(2) (6)}	3.050.000	385,8116	424,3927	810,2043
Dividendos Intercalares ^{(3) (7)}	1.600.000	202,7412	223,0153	425,7564
Juros sobre o Capital Próprio ^{(4) (7)}	1.400.000	177,3985	195,1384	372,5369
Total Banco Santander	6.200.000			
Dividendos Intercalares da Santander Brasil Asset	1.000	0,0800	-	-
Juros sobre o Capital Próprio da Santander Brasil Asset	5.500	1,4402	-	-
Juros sobre o Capital Próprio da Santander Brasil Asset	53.800	48,6289	-	-
Total Consolidado	6.260.300			

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em março de 2015.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em setembro de 2015.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2015.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2015, ordinárias - R\$150,7887, preferenciais - R\$165,8676 e Units - R\$316,6563 líquidos de impostos.

(5) O valor dos dividendos intercalares será imputado integralmente aos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2015 e foram pagos a partir de 28 de agosto de 2015, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(6) O valor dos dividendos intermediários será imputado integralmente aos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2015 e foram pagos a partir de 5 de outubro de 2015, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(7) O valor dos dividendos intercalares e juros sobre capital próprio serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2015 e serão pagos a partir de 25 de fevereiro de 2016, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

		31/12/2014		
		Em Milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units	
			Ordinárias	Preferenciais
Dividendos Intermediários ^{(1) (5)}	99.807	12,6008	13,8609	26,4617
Dividendos Intercalares ^{(1) (5)}	120.193	15,1745	16,6919	31,8664
Dividendos Intercalares ^{(2) (5)}	400.000	50,5005	55,5505	106,0510
Dividendos Intercalares ^{(3) (6)}	220.000	27,7738	30,5512	58,3250
Juros sobre o Capital Próprio ^{(4) (6)}	690.000	87,2120	95,9332	183,1452
Total	1.530.000			

- (1) Deliberados pelo Conselho de Administração em março de 2014.
- (2) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2014.
- (3) Deliberados pelo Conselho de Administração em setembro de 2014.
- (4) Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2014, ordinárias - R\$74,1309, preferenciais - R\$81,5442 e Units - R\$155,6751 líquidos de impostos.
- (5) O valor dos dividendos intermediários e intercalares, foram imputados integralmente aos dividendos complementares e obrigatórios, respectivamente, referente ao exercício de 2014 e foram pagos a partir de 28 de agosto de 2014, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (6) O valor dos dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2014 e foram pagos a partir de 26 de fevereiro de 2015, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

c) Reservas

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reserva de Capital

A reserva de capital do Banco é composta de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 3 de novembro de 2015, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 3 de novembro de 2015, programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrangerá a aquisição de até 39.391.314 Units, representativas de 39.391.314 ações ordinárias e 39.391.314 ações preferenciais, que correspondem, em 31 de outubro de 2015, a aproximadamente 1,04% do capital social do Banco. Em 30 de setembro de 2015, o Banco Santander possuía 393.913.149 ações ordinárias e 421.717.564 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo.

O prazo do Programa de Recompra é de até 365 dias contados a partir de 4 de novembro de 2015, encerrando-se em 4 de novembro de 2016.

Em 2015, foram adquiridas 13.871.197 Units e pagas 4.445.568 Units a título de Bônus e do Plano de Incentivo a Longo Prazo - Local ações em tesouraria. O saldo acumulado de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2015 é de 25.956.806 Units (31/12/2014 - 16.531.177 Units), equivalente a R\$375.337 (31/12/2014 - R\$230.420). O custo mínimo, médio ponderado e máximo por Unit do total de ações em tesouraria é, respectivamente, R\$11,01, R\$14,28 e R\$18,51. Em 2015, foram adquiridas 57.100 ADRs. O saldo acumulado de ADRs adquiridas e que permanecem em tesouraria é de 13.137.665 ADRs, no montante atual de R\$317.094 (31/12/2014 - R\$215.036). O custo mínimo, médio ponderado e máximo por ADR do total de ações em tesouraria é, respectivamente, US\$4,37, US\$6,17 e US\$10,21. O valor de mercado dessas ações, em 31 de dezembro de 2015 era de R\$16,04 por Unit e US\$3,89 por ADR. No período findo em 31 de dezembro de 2015, devido ao Plano de Otimização do PR, foram registrados custos de emissão no valor de R\$95 (31/12/2014 - R\$45). Na AGE realizada em 14 de dezembro de 2015, foi aprovado o cancelamento de 37.757.908 ações em tesouraria equivalente a R\$268.573, totalizando em 31 de dezembro de 2015 R\$423.953 (31/12/2014 - R\$445.501) em ações em tesouraria.

Adicionalmente, no período findo em 31 de dezembro de 2015, foram negociadas ações em tesouraria que resultaram numa perda de R\$3.918 (2014 - R\$4.926), registrado diretamente no patrimônio líquido em reservas de capital.

e) Patrimônio Líquido Consolidado - Resultados não Realizados

O patrimônio líquido consolidado está reduzido, principalmente, por resultados não realizados de R\$2.216 (31/12/2014 - R\$4.545). Em 2015, foram realizados resultados no valor de R\$15.298 (2014 - R\$8.266), representados principalmente, pela negociação com terceiros das NTN-C e parte das NTN-F, relacionados à operação de venda realizada pelo Banco Santander à Santander Leasing (Nota 6.a III) registrada, anteriormente, como resultados não realizados no ano de 2012 no valor de R\$514.532.

f) Plano de Otimização do Patrimônio de Referência

Conforme Fato Relevante divulgado em 26 de setembro de 2013, com o intuito de otimizar a atual estrutura de capital do Banco Santander, o Conselho de Administração submeteu à aprovação dos acionistas a proposta de otimização da composição do patrimônio de referência do Banco Santander ("Plano de Otimização do PR"). O objetivo da proposta foi estabelecer uma estrutura de capital mais eficiente, adequada às recentes normas prudenciais de capital aplicáveis para instituições financeiras, alinhada ao plano de negócios e crescimento dos ativos. O Plano de Otimização do PR contemplou os seguintes passos: (i) a restituição de recursos aos acionistas do Banco Santander no valor total de R\$6.000.000, sem redução do número de ações; (ii) a emissão no exterior de instrumentos de capital, avaliados como instrumentos compostos, para compor o Nível I e Nível II do PR do Banco Santander e; (iii) um plano de bonificação de ações e ajuste na composição das Units, seguidos de grupamento de ações, com o objetivo de eliminar a cotação em centavos das ações de emissão do Banco negociadas em bolsa.

Restituição de Recursos

Em 1 de novembro de 2013, a restituição de recursos aos acionistas foi aprovada em AGE. Em janeiro de 2014, foram atendidas as condições para a efetivação da restituição de recursos (decurso do prazo de oposição de credores quirografários, aprovação do Bacen e arquivamento da ata da assembleia na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP). O pagamento da restituição de recursos aos acionistas ocorreu em 29 de janeiro de 2014, sendo que as ações e Units do Banco passaram a ser negociadas ex-direito Restituição de Recursos desde 15 de janeiro de 2014.

Emissão de Notas

Em 14 de janeiro de 2014, o Conselho de Administração aprovou a emissão dos instrumentos de capital na forma de Notas emitidas no exterior (Notas), em dólares norte-americanos, no valor equivalente a R\$6.000.000. A emissão das Notas ocorreu em 29 de janeiro de 2014.

As características específicas das Notas emitidas para compor o Nível I são: (a) Principal: US\$1.247.713, equivalente a R\$3.000.000; (b) Taxa de Juros: 7,375% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: sem prazo de vencimento (perpétuas); (d) Periodicidade de Pagamento dos Juros: trimestralmente, a partir de 29 de abril de 2014; (e) Discricionariedade: o Banco Santander pode cancelar a distribuição de juros a qualquer momento, por um período ilimitado e sem direito de acumulação, sem que a referida suspensão seja considerada como evento de default (f) Subordinação: no caso de insolvência, sua liquidação financeira está subordinada a todos os instrumentos de capital Nível II. As características específicas das Notas emitidas para compor o Nível II são: (a) Principal: US\$1.247.713, equivalente a R\$3.000.000; (b) Taxa de Juros: 6,0% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: em 29 de janeiro de 2024; e (d) Periodicidade de Pagamento dos Juros: semestralmente, a partir de 29 de julho de 2014.

Em 15 de abril de 2014, o Bacen emitiu aprovação para que as Notas compoam o Nível I e Nível II do PR do Banco Santander desde a data de sua emissão.

Bonificação e Grupamento de Ações

Com o objetivo de eliminar a negociação em centavos das ações SANB3 (ordinárias) e SANB4 (preferenciais), aumentar a liquidez e reduzir os custos de transação, em 18 de março de 2014 os acionistas do Banco, em AGE, aprovaram: (i) a bonificação de 19.002.100.957 ações preferenciais para os acionistas do Banco, na proporção de 0,047619048 ações preferenciais para cada ação ordinária (SANB3) ou ação preferencial (SANB4), o que resultou em uma participação de bônus de 5 ações preferenciais para cada Unit (SANB11), mediante aumento do Capital Social no montante de R\$171.799 em contrapartida a conta de Reservas; e (ii) grupamento da totalidade das ações ordinárias e ações na proporção de 1:55, sendo que cada 55 ações ordinárias e 55 ações preferenciais passaram a corresponder a 1 ação ordinária e 1 ação preferencial, respectivamente. Como resultado, cada Unit (SANB11) passou a ser composta por uma ação ordinária e uma ação preferencial. Esses eventos foram implementados em 2 de junho de 2014.

Oferta Pública de Permuta

Em 29 de abril de 2014, o Banco publicou Fato Relevante para informar que foi comunicado por seu acionista controlador indireto, Banco Santander Espanha, que este lançaria uma oferta voluntária no Brasil e nos Estados Unidos da América para permuta de até a totalidade das ações do Banco que não fossem de titularidade do Banco Santander Espanha, as quais representavam cerca de 25% do capital do Banco, com a entrega de ações de emissão do Banco Santander Espanha em pagamento. Em decorrência da Operação, o Banco continuaria a ser uma companhia aberta listada na BM&FBovespa, mas sairia do Nível 2 de Governança Corporativa, passando a estar listado em seu segmento tradicional.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Em 9 de junho de 2014, foi realizada AGE, na qual foram deliberadas as seguintes matérias: (a) a saída do Banco do Nível 2 de Governança Corporativa; e (b) escolha da empresa especializada N M Rothschild & Sons (Brasil) Ltda. ("Rothschild") para elaboração de laudo de avaliação do valor econômico do Banco, para fins da Oferta de Permuta e da consequente Saída do Nível 2.

Em 13 de junho de 2014, o Banco anunciou ao mercado que o Laudo de Avaliação elaborado por Rothschild havia sido devidamente encaminhado, para a: (i) CVM; (ii) BM&FBovespa; e (iii) U.S. Securities and Exchange Commission - SEC. Ademais, informou que o pedido de registro da Oferta de Permuta havia sido protocolado na CVM, na mesma data.

Em 2 de outubro de 2014 o Conselho de Administração emitiu parecer sobre a Oferta de Permuta e o Banco arquivou na SEC a sua posição sobre referida transação por meio do Schedule 14D-9. Em 16 de outubro de 2014 o Santander Espanha e Banco informaram ao mercado que foi ajustada a relação de permuta da Oferta de Permuta, prevista no Edital da Oferta publicado em 18 de setembro de 2014. Em conformidade com o Edital da Oferta, a relação de permuta, e consequentemente a quantidade de BDRs a que daria direito cada Recibo de Subscrição, foi ajustada de 0,70 BDR para cada Unit e 0,35 BDR para cada Ação, seja ordinária ou preferencial, para 0,7152 BDR para cada Unit e 0,3576 BDR para cada Ação, seja ação ordinária ou ação preferencial, em função da remuneração declarada pelo Santander Espanha em 16 de outubro de 2014, no âmbito do programa Santander Dividendo Elección, com data-base de apuração de posição acionária para pagamento (record date) em 17 de outubro de 2014.

Em 31 de outubro de 2014, o Banco em conjunto com o Santander Espanha anunciou ao mercado o Resultado da Oferta de Permuta. Santander Espanha adquiriu 1.640.644 Ações e 517.827.702 Units, representativos, em conjunto, de 13,65% do capital social do Banco, de modo que a participação do Grupo Santander no Banco passou a ser de 88,30% de seu capital social total, 88,87% de suas ações ordinárias e 87,71% de suas ações preferenciais, considerando também os ADRs representativos de Units adquiridos na Oferta de Permuta nos EUA. Como consequência da Oferta de Permuta, as ações do Banco deixaram de ser listadas no Nível 2 da BM&FBovespa, passando a ser negociadas no segmento tradicional da bolsa.

24. Limites Operacionais

Em julho de 2008 entraram em vigor as regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II. No ano de 2013 foi emitido um conjunto de Resoluções e Circulares, alinhados com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia. Estas regras, representadas pelas Resoluções CMN 4.192 e 4.193 entraram em vigor em outubro de 2013 e estabelecem o modelo para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal. Estas Resoluções determinam que a composição do PR seja feita através do patrimônio líquido, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital.

Conforme estabelecido na Resolução CMN 4.193/2013 a exigência para o PR, é de 11% até 31 de dezembro de 2015, para o PR Nível I é de 6% e para o Capital Principal é de 4,5%.

Em continuidade a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN 4.192/2013, a partir de janeiro de 2015, entrou em vigor o Consolidado Prudencial, definido pela Resolução CMN 4.280/2013 iniciando-se um novo período de comparação.

O índice é calculado de forma consolidada, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2015 ⁽¹⁾	31/12/2014 ⁽²⁾
Patrimônio de Referência Nível I	52.976.575	58.592.358
Capital Principal	48.031.704	55.228.661
Capital Complementar	4.944.870	3.363.697
Patrimônio de Referência Nível II	5.182.065	4.970.999
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	58.158.640	63.563.357
Patrimônio de Referência Exigido	40.683.466	40.010.083
Parcela de Risco de Crédito ⁽³⁾	36.508.169	35.527.889
Parcela de Risco de Mercado ⁽⁴⁾	2.300.969	2.807.798
Parcela de Risco Operacional	1.874.328	1.674.396
Índice de Basileia Nível I	14,3	16,1
Índice de Basileia Capital Principal	13,0	15,2
Índice de Basileia	15,7	17,5

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas do Consolidado Prudencial.

(2) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições financeiras (Conglomerado Financeiro).

(3) Para cálculo da alocação de capital para Risco de Crédito foram consideradas as modificações e inclusões da Circular Bacen 3.714 de 20 de agosto de 2014, que altera a Circular Bacen 3.644 de 4 de março de 2013.

(4) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas as variações de taxas dos cupons de moeda estrangeira (PJUR2), índices de preços (PJUR3) e taxa de juros (PJUR1/PJUR4), do preço de mercadorias "commodities" (PCOM), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (PACS) e parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas a variação cambial (PCAM).

O Banco Santander, divulga trimestralmente o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, gestão de capital, PR e PRE. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

25. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 29 de janeiro de 2015 aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração e Nomeação, a proposta de remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2015, no montante de até R\$300.000, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 30 de abril de 2015.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas. (Nota 34.f).

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Remuneração Fixa	69.891	53.420
Remuneração Variável	108.087	87.040
Outras	15.353	15.076
Total Benefícios de Curto Prazo	193.331	155.536
Remuneração Baseada em Ações	11.777	23.697
Total Benefícios de Longo Prazo	11.777	23.697
Total ⁽¹⁾	205.108	179.233

(1) Refere-se ao montante pago pelo Banco Santander aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander.

Adicionalmente, em 2015, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$28.096 (2014 - R\$28.584).

b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

c) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Santander, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas de cujo capital o Banco Santander participe com mais de 10%;

IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

						31/12/2015
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Grupo Empresarial Santander, S.L.	1.107.673	28,8%	1.019.645	27,5%	2.127.318	28,1%
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾		47,0%		46,7%		46,9%
	1.809.583		1.733.644		3.543.227	
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	518.207	13,5%	519.089	14,0%	1.037.296	13,7%
Santander Insurance Holding, S.L.	3.758	0,1%	179	0,0%	3.937	0,1%
Qatar Holding, LLC (Qatar Holding)		5,4%		5,6%		5,5%
	207.812		207.812		415.624	
Funcionários	3.066	0,1%	3.088	0,1%	6.154	0,1%
Membros do Conselho de Administração	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	180.654	4,6%	208.437	5,6%	389.091	5,1%
Total em Circulação	3.830.753	99,5%	3.691.894	99,5%	7.522.647	99,5%
Ações em Tesouraria	20.218	0,5%	20.218	0,5%	40.436	0,5%
Total	3.850.971	100,0%	3.712.112	100,0%	7.563.083	100,0%
"Free Float" ⁽²⁾	391.532	10,2%	419.337	11,3%	810.869	10,7%

						Em Milhares de Ações 31/12/2014
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
GES ⁽¹⁾	1.107.673	28,6%	1.019.645	27,3%	2.127.318	28,0%
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	46,8%	1.733.644	46,5%	3.543.227	46,6%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	518.207	13,4%	519.089	13,9%	1.037.296	13,6%
SIH ⁽¹⁾	3.758	0,1%	179	0,0%	3.937	0,1%
Qatar Holding	207.812	5,1%	207.812	5,3%	415.624	5,2%
Funcionários	2.216	0,1%	2.239	0,1%	4.455	0,1%
Membros do Conselho de Administração	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	190.989	5,2%	218.770	6,2%	409.759	5,7%
Total em Circulação	3.840.238	99,3%	3.701.378	99,3%	7.541.616	99,3%
Ações em Tesouraria	29.612	0,7%	29.612	0,7%	59.224	0,7%
Total	3.869.850	100,0%	3.730.990	100,0%	7.600.840	100,0%
"Free Float" ⁽²⁾	401.017	10,4%	428.821	11,5%	829.838	10,9%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários, Qatar Holding e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e) Transações com Partes Relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
	31/12/2015	01/01 a 31/12/2015	31/12/2014	01/01 a 31/12/2014
Disponibilidades	1.868.163	-	412.980	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	1.866.694	-	410.193	-
Banco Santander (México), S.A. ⁽⁴⁾	65	-	-	-
Banco Santander Totta, S.A. ⁽⁴⁾	1.303	-	2.787	-
Diversos	101	-	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	20.699.539	31.374	10.503.679	12.116
Banco Santander Espanha ⁽¹⁾⁽²⁾	20.699.539	31.374	10.503.679	12.116
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	(944.627)	691.806	(755.618)	90.103
Santander Benelux, S.A., N.V. (Santander Benelux) ⁽⁴⁾	-	407.395	291.965	389.033
(Fundo de Investimento Santillana) ⁽⁴⁾	(379.239)	602.557	(468.246)	(15.355)
Abbey National Treasury Services Plc (Abbey National Treasury) ⁽⁴⁾	(156.976)	(88.881)	(871)	16.117
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(408.412)	(229.265)	(578.466)	(299.692)
Operações de Crédito	207	1.261	-	-
Cibrasec ⁽⁵⁾	207	1.261	-	-
Negociação e Intermediação de Valores	831.967	649.645	-	(635.680)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	696.802	649.541	-	(635.689)
Abbey National Treasury ⁽⁴⁾	135.165	104	-	5
Santander Benelux ⁽⁴⁾	-	-	-	4
Carteira de Câmbio - Líquida	142.919	(695.477)	570.170	52.703
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	142.919	(712.263)	480.179	(31.776)
Santander Benelux ⁽⁴⁾	-	16.786	89.991	84.479
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	771.964	2.076.646	633.458	246.372
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁵⁾	753.581	1.639.947	615.952	9.317
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽⁵⁾	-	202.946	-	167
Santander Capitalização S.A. ⁽³⁾	18.024	192.826	16.969	188.861
Santander Participações ⁽³⁾	-	4.985	-	-
Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda ⁽³⁾	-	2.571	-	30.257
Sanserv	-	15.091	-	-
Webmotors S.A. ⁽⁷⁾	-	371	-	-
Santander Microcrédito ⁽³⁾	-	6.712	-	-
Diversos	359	11.197	537	17.770
Outros Créditos - Diversos	250.623	22.096	233.294	132.709
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	247.744	7.651	217.643	11.842
Santander Capitalização S.A. ⁽³⁾	-	-	-	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁵⁾	-	-	14.742	116.090
Banco Santander International ⁽⁴⁾	-	8.804	-	-
Diversos	2.879	5.641	909	4.777
Depósitos	(1.727.629)	(60.736)	(603.519)	(96.358)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(1.360)	-	(10.689)	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽⁵⁾	(23.878)	-	(2.152)	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁵⁾	(95.537)	-	(34.162)	-
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(43.842)	(1.914)	(34.889)	(5.951)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾	(29.993)	(1.484)	(21.091)	(2.430)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. ⁽⁵⁾	(30.990)	(2.467)	(58.570)	(8.528)
Sancap ⁽³⁾	(8.014)	(53)	(2.619)	(9.869)
Santander Microcrédito ⁽³⁾	(10.425)	(548)	-	-
Mantiq Investimentos Ltda. ⁽³⁾	(5.694)	(409)	(9.154)	(868)
Webmotors S.A. ⁽⁷⁾	(217.534)	(22.747)	(139.704)	(13.966)
Santander Capitalização S.A. ⁽³⁾	(8.024)	-	-	-
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁴⁾	(616.399)	(15.584)	(261.865)	(51.313)
Santander Participações ⁽³⁾	(582.370)	(14.579)	-	-
Diversos	(53.569)	(951)	(28.624)	(3.433)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
	31/12/2015	01/01 a 31/12/2015	31/12/2014	01/01 a 31/12/2014
Operações Compromissadas	(42.017)	(160.123)	(150.733)	(9.998)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾	-	(2.268)	(20.555)	(644)
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	-	(5.927)	(35.560)	(1.391)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. ⁽⁵⁾	(41.192)	(11.835)	(31.260)	-
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. ⁽⁵⁾	-	(71.925)	-	-
Santander Participações ⁽³⁾	-	(60.193)	(37.835)	(6.494)
Santander Brasil Advisory Services S.A. ⁽³⁾	-	(1.414)	(11.745)	(1.181)
Santander Microcrédito ⁽³⁾	-	(1.028)	-	-
Diversos	(825)	(5.533)	(13.778)	(288)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(239.538)	-	(414.021)	(703)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(217.677)	-	(406.280)	(703)
Santander Trade Services, Ltd.	(1.328)	-	-	-
Banco Santander, S.A. (Uruguay) ⁽⁴⁾	(20.533)	-	(7.741)	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	(2.488.510)	-	(538.691)	-
Sterrebeeck B.V. ⁽²⁾	(1.313.926)	-	(378.736)	-
GES ⁽⁴⁾	(788.119)	-	(134.413)	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(385.067)	-	-	-
Diversos	(1.398)	-	(25.542)	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(10.734)	(459.053)	(8.349)	(443.895)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	-	(783)	(7.614)	(1.325)
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. (Produban Servicios) ⁽⁴⁾	-	(1.083)	-	(4.591)
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(375)	(105.508)	-	(96.171)
BSI Informática LTDA.	-	(18.741)	-	-
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾	-	(148.870)	(441)	(276.669)
Ingeniería de Software Bancário, S.L. (Ingeniería) ⁽⁴⁾	-	-	-	(4.151)
Konecta Brazil Outsourcing Ltda. ⁽⁴⁾	-	(98.492)	-	(51.033)
Santander Microcrédito ⁽³⁾	(6.903)	(36.719)	-	-
Diversos	(3.456)	(48.857)	(294)	(9.955)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(9.435.823)	(424.529)	(6.411.777)	62.712
Banco Santander Espanha ^{(2) (7)}	(9.435.823)	(424.529)	(6.411.777)	62.712
Resultado não Operacional	-	784.954	-	-
Capital Riesgo Global ⁽⁸⁾	-	34.404	-	-
Santander Securities Services Brasil Participações S.A.	-	750.550	-	-
Despesas com Doações	-	(15.421)	-	(17.423)
Santander Cultural	-	(1.721)	-	(1.983)
Fundação Sudameris	-	(10.200)	-	(12.000)
Fundação Santander	-	(3.500)	-	(3.440)
Outras Obrigações - Diversas	-	(656.614)	-	(652.181)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	-	(16.564)	-	(53.795)
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	-	(312.959)	-	(301.808)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾	-	(58.695)	-	(62.665)
Ingeniería ⁽⁴⁾	-	(57.375)	-	(45.632)
Produban Servicios ⁽⁴⁾	-	(21.766)	-	(21.639)
Aquanima Brasil Ltda. ⁽⁴⁾	-	(24.075)	-	(24.075)
TecBan ⁽⁷⁾	-	(160.563)	-	(129.057)
Diversos	-	(4.617)	-	(13.510)

(1) Em 31 de dezembro de 2015, refere-se a aplicações em moeda estrangeira (aplicações overnight) com vencimento em 4 de janeiro de 2016 e juros de até 0,17% a.a. mantidas, pelo Banco Santander Brasil e sua Agência Grand Cayman.

(2) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1 e 26.d), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.

(3) Controlada - Banco Santander.

(4) Controlada - Banco Santander Espanha.

(5) Controlada em Conjunto - Banco Santander.

(6) Coligada - Banco Santander Espanha.

(7) Controlada em Conjunto - Santander Serviços.

(8) Refere-se a parcela adquirida pelo Controlador junto ao Plano de Otimização do PR realizada no primeiro semestre de 2014 (Nota 24.f).

(9) Controlada indiretamente pelo Banco Santander Espanha.

(10) Em 31 de agosto de 2015 foi alienado a totalidade das ações de emissão da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. à Santander Securities Services Brasil Participações S.A., controlada indiretamente pelo Banco Santander, S.A. (Nota 15 e 37.g).

26. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Administração de Recursos	1.062.097	1.009.606
Serviços de Conta Corrente	1.773.995	1.600.953
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	1.380.484	1.254.763
Operações de Crédito	872.656	850.352
Rendas de Garantias Prestadas	507.828	404.411
Comissões de Seguros	2.047.511	1.867.018
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	3.412.127	3.340.115
Cobrança e Arrecadações	1.024.828	923.864
Corretagem, Custódia e Colocação de Títulos	532.803	503.835
Outras	342.894	263.480
Total	11.576.739	10.763.634

27. Despesas de Pessoal

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Remuneração	3.686.960	3.644.867
Encargos	1.540.482	1.317.827
Benefícios	1.291.517	1.193.548
Treinamento	94.198	100.016
Outras	41.339	28.408
Total	6.654.496	6.284.666

28. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Depreciações e Amortizações ⁽¹⁾	4.633.647	5.549.031
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	2.200.151	2.430.611
Comunicações	503.094	541.197
Processamento de Dados	1.427.286	1.333.045
Propaganda, Promoções e Publicidade	416.361	440.247
Aluguéis	688.287	697.631
Transportes e Viagens	213.278	190.526
Serviços do Sistema Financeiro	228.994	333.374
Serviços de Vigilância e Transporte de Valores	617.301	573.912
Manutenção e Conservação de Bens	206.330	192.607
Água, Energia e Gás	212.364	163.035
Material	77.561	87.738
Outras	469.135	288.961
Total	11.893.789	12.821.915

(1) Inclui a amortização de ágio no valor de R\$2.782.098 (2014 - R\$3.688.785), realizada no prazo, extensão e proporção dos resultados projetados, os quais são objeto de verificação anual (Nota 16).

29. Despesas Tributárias

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Despesa com Cofins ⁽¹⁾	717.183	1.411.608
Despesa com ISS	422.823	404.416
Despesa com PIS/Pasep ⁽¹⁾	144.320	250.152
Outras ⁽²⁾	528.862	1.024.972
Total	1.813.188	3.091.148

(1) Inclui a constituição do PIS e Cofins diferidos ativos sobre ajuste a valor de mercado sobre títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

(2) Inclui atualizações das provisões para o PIS e Cofins da Lei 9.718/1998.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

30. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Reversão de Provisões Operacionais - Fiscais ⁽¹⁾	4.824.928	-
Atualização de Depósitos Judiciais	654.223	436.020
Atualização de Impostos a Compensar ⁽²⁾	991.461	334.415
Recuperação de Encargos e Despesas	957.097	649.334
Variação Monetária Ativa	1.001.973	658.438
Outras ⁽²⁾	1.131.781	577.547
Total	9.561.463	2.655.754

(1) Em 2015, inclui os efeitos decorrentes da reversão da provisão do Cofins (Nota 22.e).

(2) Em 2015, no Consolidado, inclui o valor de R\$381.598, referente a Cofins a compensar lançado na linha "Outras" e R\$383.561 referente a atualização da Cofins a compensar lançado na linha de "Atualização de Impostos a Compensar" decorrente de decisão judicial favorável obtida pelo Banco Santander na medida judicial que afastou a aplicabilidade de Lei 9.718/1998, pago de 1999 a 2006 (Nota 22.e).

31. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Provisões Operacionais		
Fiscais (Nota 22.c)	-	200.449
Trabalhistas (Nota 22.c)	1.298.309	881.648
Cíveis (Nota 22.c)	843.827	829.218
Despesas com Cartão de Crédito	1.458.417	1.525.151
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria (Nota 34.a)	275.073	213.809
Variação Monetária Passiva	55.459	17.767
Despesas Judiciais e Custas	124.240	125.441
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	91.953	76.683
Corretagens e Emolumentos	77.763	69.127
Comissões	272.593	120.162
Avaliação do Valor Recuperável ⁽¹⁾	1.184.881	11.054
Outras	1.688.348	1.470.216
Total	7.370.863	5.540.725

(1) Em 2015, inclui perda ao valor recuperável do ativo registrado pela compra de direitos à prestação de serviços de folha de pagamento no valor de R\$534.281, e de ativos na aquisição e desenvolvimento de logiciais no valor de R\$674.780. A perda referente aos direitos na aquisição de folhas de pagamento foi registrada especialmente da consolidação das regras de portabilidade, consequentemente foi registrada a redução do valor do retorno esperado na gestão das folhas de pagamento e do histórico de quebra de contratos. A perda na aquisição e desenvolvimento de logiciais foi registrada em função de obsolescência e descontinuidade dos referidos sistemas (Nota 16).

32. Resultado não Operacional

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Resultado de Investimentos ⁽¹⁾	803.251	(850)
Resultado na Alienação de Valores e Bens	44.777	435.328
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	(24.113)	1.383
Despesas com Bens não de Uso	(12.237)	(10.171)
Ganhos (Perdas) de Capital	5.554	(2.409)
Outras Receitas (Despesas) ⁽²⁾	(279.806)	48.970
Total	537.426	472.251

(1) Em 2015, inclui o valor R\$60.203, no lucro na alienação de ativos não-correntes mantidos para venda (Nota 13) e o valor de R\$750.550 referente ao ganho na venda da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (Nota 37.g).

(2) Em 2015, inclui o valor de R\$301.447, referente a constituição do Fundo de Eficiência e Produtividade.

33. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	196.563	2.479.500
Participações no Lucro ⁽¹⁾	(1.266.771)	(984.018)
Juros sobre o Capital Próprio	(1.505.402)	(723.980)
Resultado antes dos Impostos	(2.575.610)	771.502
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social		
às Alíquotas de 25% e 20% (2014 - 25% e 15%), Respectivamente	1.159.025	(308.601)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas ⁽²⁾	(114.408)	96.207
Despesas Inedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	268.386	129.770
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	5.913.741	920.694
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias	1.020.735	30.758
Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL ⁽³⁾	32.078	15.102
Demais Ajustes CSLL 5% ⁽⁴⁾	176.105	-
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	(158.284)	(35.516)
Imposto de Renda e Contribuição Social	8.297.378	848.414

(1) A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.

(2) No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.

(3) Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras, as quais a alíquota de contribuição social é de 9%.

(4) Majoração provisória da alíquota da CSLL a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018 (Nota 3.s).

Hedge Fiscal da Agência Grand Cayman e da Subsidiária Santander Brasil EFC

O Banco Santander opera uma agência nas Ilhas Cayman e uma subsidiária chamada Santander Brasil Establecimiento Financiero de Credito, EFC, ou "Santander Brasil EFC" (subsidiária independente na Espanha), que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro.

Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis para fins de PIS/Cofins/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no lucro (prejuízo) operacional e nas contas de despesas tributárias (PIS/Cofins) e impostos sobre renda (IR/CSLL). As variações cambiais registradas decorrentes dos investimentos estrangeiros no acumulado do período findo em 31 de dezembro de 2015 resultaram em ganho de R\$14.779 milhões. Por outro lado, os contratos de derivativos contratados para cobrir estas posições geraram uma perda na conta resultado com instrumentos financeiros derivativos de R\$26.311 milhões. O efeito fiscal destes derivativos impactou a linha de despesas tributárias e a linha de imposto de renda e contribuição social, gerando um crédito fiscal de R\$11.532 milhões composto de R\$1.223 milhões de PIS/Cofins e R\$10.309 milhões de IR/CSLL.

34. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego

a) Plano de Aposentadoria Complementar

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

l) Banesprev

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano V: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975, fechado e saldado.

Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão: plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa, gerido pelo Banesprev e oferecido somente para os empregados admitidos até 22 de maio de 1975, tendo como data efetiva 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Plano I: plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano e se encontra em processo de extinção desde 30 de junho de 1996.

Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Plano III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

III) Bandeprev - Bandepe Previdência Social (Bandeprev)

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Bandepe e para os demais desde o ano de 2011.

IV) Outros Planos

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente. Possui um plano desenhado na modalidade de Contribuição Definida, com contribuições realizadas pelas empresas patrocinadoras e pelos participantes e possui 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

Fundação América do Sul de Assistência e Seguridade Social (Fasass): entidade fechada de previdência complementar que administrava três planos de benefícios previdências, dois na modalidade de Benefício Definido e um de Contribuição Variável, cujos processos de retirada de patrocínio, aprovados pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atual PREVIC, foram concretizados em julho de 2009. Em 8 de junho de 2015, através do Ofício 1504/CGTR/DITEC/PREVIC, foi aprovado o encerramento dos Planos de Benefícios I, II e III, bem como o encerramento da autorização para funcionamento da Fasass, como entidade fechada de Previdência Complementar. Em 10 de novembro de 2015 essa entidade foi extinta, com a baixa do respectivo Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Adicionalmente, o Banco Santander é patrocinador das caixas assistenciais, plano de complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados, advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídas sob a modalidade de benefício definido. Em 26 de novembro de 2015 a PREVIC aprovou o processo de transferência para o Banesprev, a conclusão deste processo está previsto para o primeiro semestre de 2016.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial Líquido

	31/12/2015			
	Banesprev	Sanprev	Outros Planos	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(15.615.828)	(371.812)	(347.248)	(1.097.263)
Valor Justo dos Ativos do Plano	13.912.362	695.416	3.938	1.416.380
	(1.703.466)	323.604	(343.310)	319.117
Sendo :				
Superávit	166.224	323.604	561	319.117
Déficit	(1.869.690)	-	(343.871)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	166.224	323.604	561	319.117
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	-	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 21)	(1.869.690)	-	(343.871)	-
Contribuições Efetuadas	277.507	-	47.683	6
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 31)	(265.029)	-	(35.756)	(569)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.276.131)	(10.989)	(176.019)	(672)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.157.674	118.011	490	104.068

	31/12/2014			
	Banesprev	Sanprev	Outros Planos	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(15.958.904)	(357.745)	(351.785)	(1.125.036)
Valor Justo dos Ativos do Plano	13.789.033	616.309	3.885	1.415.776
	(2.169.871)	258.564	(347.900)	290.740
Sendo :				
Superávit	180.909	258.564	504	290.739
Déficit	(2.350.780)	-	(348.404)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	180.909	258.564	504	290.182
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	-	-	-	557
Passivo Atuarial Líquido (Nota 21)	(2.350.780)	-	(348.404)	-
Contribuições Efetuadas	280.340	-	66.250	114
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 31)	(177.635)	-	(35.714)	(460)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.739.780)	(10.989)	(168.626)	(678)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.519.981	125.393	1.145	219.171

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	31/12/2015			
	Banesprev	Sanprev	Outros Planos	Bandeprev
Experiência do Plano	(1.133.086)	(53.172)	(33.757)	(75.419)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	1.854.539	40.054	26.277	117.864
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	721.453	(13.118)	(7.480)	42.445
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(291.170)	52.395	89	(45.454)
Mudança no Superávit Irrecuperável	34.477	(36.753)	(2)	2.931

	31/12/2014			
	Banesprev	Sanprev	Outros Planos	Bandeprev
Experiência do Plano	(482.121)	(29.606)	(22.326)	(44.825)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(430.419)	(8.668)	(6.151)	(27.606)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(912.540)	(38.274)	(28.477)	(72.431)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	90.335	67.406	822	78.755
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	90.335	67.406	822	78.755

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander:

Planos	Duration (em Anos)	
	31/12/2015	31/12/2014
Banesprev Plano I	11,44	11,45
Banesprev Plano II	10,71	11,27
Banesprev Plano III	8,33	8,60
Banesprev Plano IV	16,38	17,34
Banesprev Plano V	8,66	8,92
Banesprev Pré-75	9,27	9,64
Sanprev I	6,62	6,68
Sanprev II	15,85	16,75
Sanprev III	9,03	9,30
Bandeprev Básico	9,03	9,48
Bandeprev Especial I	6,86	6,94
Bandeprev Especial II	6,75	6,80
SantanderPrevi	6,95	7,15
Meridional	6,62	6,65

a.1) Plano de Contribuição Definida

Dentre os planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar ligadas ao Santander, o Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de Contribuição Definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores apropriados pelas patrocinadoras no exercício de 2015, foram de R\$78.637 (2014 - R\$65.033).

b) Plano de Assistência Médica e Odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000.

Aposentados pela HolandaPrevi: para o plano de assistência médica Aposentadoria, tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada. No desligamento, o funcionário deveria ter completos 10 anos de vínculo empregatício junto ao Banco Real e 55 anos de idade. Neste caso, era oferecida a continuidade do plano de assistência médica, onde o funcionário arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%. Essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período o funcionário que era desligado, com status de Aposentado Holandaprevi, arca com 100% da mensalidade do plano de saúde.

Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares): trata-se de concessão do benefício assistência médica para ex-funcionário do Banco Real, com natureza vitalícia era concedido na mesma condição do funcionário ativo, ou seja, com as mesmas coberturas e desenho de plano.

São elegíveis somente aos planos básico e primeiro padrão de apartamento, optando pelo plano apartamento ele assume a diferença entre os planos mais a co-participação no plano básico. Não é permitida novas inclusões de dependentes. Possui subsídio de 90% do plano.

Aposentados pela Bandeprev: plano de assistência médica concedido aos aposentados assistidos pela Bandeprev, trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios): fazem parte desse benefício somente um pequeno grupo fechado de ex-Diretores oriundos do Banco Sudameris, sendo 100% subsidiado pelo Banco.

Seguro de Vida para Aposentados do Banco Real (Seguros de Vida): concedido para os Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio de 45,28% do valor. Esse benefício é concedido também aos Aposentados da Fundação Sudameris onde o custo é 100% do aposentado. Trata-se de massa fechada.

Clínica Grátis: plano de assistência médica clínica grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermaria, onde o custo é 100% da Fundação Sudameris.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2015		31/12/2014	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(5.374.443)	(483.092)	(5.367.511)	(530.146)
Valor Justo dos Ativos do Plano	5.491.996	-	4.747.877	-
	117.553	(483.092)	(619.634)	(530.146)
Sendo :				
Superávit	117.553	-	-	-
Déficit	-	(483.092)	(619.634)	(530.146)
Valor não Reconhecido como Ativo	117.553	-	-	-
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	-	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 21)	-	(483.092)	(619.634)	(530.146)
Contribuições Efetuadas	52.168	24.045	50.518	23.138
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(75.273)	(57.101)	(68.872)	(53.575)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	20.228	(45.158)	(627.634)	(125.268)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.110.492	-	665.097	-

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Experiência do Plano	(441.025)	18.461	(86.394)	3.644
Mudanças em Hipóteses Financeiras	636.402	61.650	(175.592)	(17.990)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	195.377	80.111	(261.986)	(14.346)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	564.915	-	185.164	-
Mudança no Superavit Irrecuperável	(117.553)			

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander:

Planos	Duration (em Anos)	
	31/12/2015	31/12/2014
Cabesp	12,84	13,97
Lei 9.656/1998	27,69	28,69
Bandepe	12,68	14,51
Clínica Grátis	10,90	11,72
Diretores Vitalícios	8,90	9,81
Circulares ⁽¹⁾	13,16 e 9,94	13,66 e 10,88
Seguro de Vida	8,14	8,78

(1) A duration 13,16 (31/12/2014 - 13,66) se refere ao plano dos Ex-Empregados do Banco ABN Amro e 9,94 (31/12/2014 - 10,88) ao plano dos Ex-Empregados do Banco Real.

c) Gestão dos Ativos dos Planos

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano são as seguintes:

	31/12/2015	31/12/2014
Instrumentos de Patrimônio	0,5%	3,0%
Instrumentos de Dívida	98,5%	93,9%
Bens Imóveis	0,3%	0,3%
Outros	0,7%	2,7%

d) Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

	31/12/2015		31/12/2014	
	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial	12,3%	12,0%	10,9%	11,0%
Taxa para Cálculo do Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	12,3%	12,0%	10,9%	11,0%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000

e) Análise de Sensibilidade

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Sensibilidade			
	31/12/2015		31/12/2014	
	(+) 1,0%	(-) 1,0%	(+) 1,0%	(-) 1,0%
Efeito no Custo do Serviço Corrente e nos Juros sobre as Obrigações Atuariais	88.469	(150.372)	90.431	(31.406)
Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações	719.789	(615.320)	797.418	(673.468)

f) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

f.1) Programa Local

O Programa Local do Banco Santander é dividido em dois tipos de planos independentes: (i) Planos de compra de ações e (ii) Planos de entrega de ações.

A AGE do Banco Santander realizada em 3 de fevereiro de 2010 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações - Units do Banco Santander (Plano Local), composto por dois planos independentes: Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP) e Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP).

No dia 25 de outubro de 2011, o Banco Santander realizou a AGE, na qual deliberou a outorga do Plano de Incentivo de Longo Prazo (SOP 2014) - Investimento em Certificados de Depósito de Ações ("Units") para determinados administradores e empregados de nível Gerencial do Banco e de sociedades sob seu controle.

A AGE do Banco Santander realizada em 29 de abril de 2013 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações do Banco Santander - o Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP 2013) e o Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP 2013).

(i) Planos de Compra de Ações

Os planos de compra de ações compostos pelos Planos de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP).

As principais características dos planos de compra de ações são:

Plano SOP: plano de Opção de Compra com duração de 3 anos, onde serão emitidas novas ações do Banco Santander, promovendo um comprometimento dos diretores executivos com os resultados de longo prazo. O período para exercício começa em 30 de junho de 2012 e se estende por mais 2 anos depois do direito de exercício das opções. A quantidade equivalente a 1/3 das Units resultantes do exercício das opções não poderá ser alienada pelo participante durante o prazo de 1 ano a partir da data de exercício de cada Unit.

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2014: é um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício compreende entre 30 de junho de 2014 até 30 de junho de 2016. A quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (RORAC), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, é necessário que o participante permaneça no Banco durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer as Units correspondentes.

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2013: é um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício compreende entre 30 de junho de 2016 até 30 de junho de 2018. A quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Ativos ponderados por Riscos (RoRWA), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, é necessário que o participante permaneça no Banco durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer as Units correspondentes.

(ii) Planos de Entrega de Ações

Os planos de entrega de ações são compostos pelos Planos de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP).

Plano PSP: plano de Remuneração baseado em ações, com ciclos de 3 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O Plano tem como objeto o pagamento de remuneração variável pelo Banco aos Participantes a título de Remuneração Variável, sendo que (i) 50% (cinquenta por cento) consistirão na entrega em "Units", onde as quais não poderão ser vendidas durante o prazo de 1 ano, a partir da data do Exercício e (ii) 50% (cinquenta por cento) será paga em dinheiro, o qual poderá ser utilizado de forma livre pelos Participantes (Remuneração Variável), após as deduções de todos os tributos, encargos e retenções.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Plano de Incentivo a Longo Prazo - PSP 2013: plano de Remuneração baseado em ações com ciclos de 3 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O Plano tem como objetivo o pagamento de remuneração variável pelo Banco aos Participantes a título de Remuneração Variável, sendo que 100% (cem por cento) consistirão na entrega em "Units".

Valor Justo e Parâmetros de Performance para Planos

Para a contabilização dos planos do Programa Local foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que são apresentados os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir. Tais parâmetros são associados as suas respectivas probabilidades de ocorrência, que são atualizadas no fechamento de cada período.

Posição RTA	PSP 2013 SOP 2013,	Plano SOP, PI12 - PSP, PI13 - PSP, PI14 - PSP ⁽¹⁾	SOP 2014 ⁽²⁾
	% de Ações Passíveis de Exercício		
1º	100%	50%	100%
2º	75%	35%	75%
3º	50%	25%	50%
4º	-	-	25%

(1) Associado ao RTA, os 50% remanescente das ações passíveis de exercício referem-se a realização do Lucro Líquido vs. Lucro Orçado.

(2) O percentual de ações determinado na posição do RTA está sujeito a um redutor de acordo com a execução do Retorno sobre o Capital Ajustado ao Risco (RORAC).

Para a mensuração do valor justo das opções dos planos foram utilizadas as seguintes premissas:

	PSP - 2013	PI14 - PSP	PI13 - PSP	PI12 - PSP
Método de Avaliação	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial
Volatilidade	40,00%	57,37%	57,37%	57,37%
Probabilidade de Ocorrência	60,27%	37,59%	26,97%	43,11%
Taxa Livre de Risco	11,80%	10,50%	10,50%	11,18%

	SOP 2013	SOP 2014	Plano SOP
Método de Avaliação	Black&Scholes	Black&Scholes	Binomial
Volatilidade	40,00%	40,00%	57,37%
Taxa de Dividendos	3,00%	3,00%	5,43%
Período de "Vesting"	3 Anos	3 Anos	3 Anos
Momento "Médio" de Exercício	5 Anos	5 Anos	3,72 Anos
Taxa Livre de Risco	11,80%	10,50%	11,18%
Probabilidade de Ocorrência	60,27%	71,26%	43,11%
Valor Justo para Ações	R\$5,96	R\$6,45	R\$7,19

O preço médio das ações do Banco SANB11 (ações do Banco na BM&FBovespa) em 31 de dezembro de 2015 é de R\$16,05 (31/12/2014 - R\$15,06).

No exercício de 2015, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$11.763 (2014 - R\$86.095), referentes ao plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP) e despesa de R\$8.074 (2014 - R\$2.615), referentes ao plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP). Foi registrado também no período perda com a oscilação do valor de mercado da ação do plano PSP no valor de R\$1.126 (2014 - R\$1.475) como despesa de pessoal. As despesas relacionadas aos planos SOP e PSP são reconhecidas em contrapartida no patrimônio líquido e em outras obrigações, respectivamente.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Quantidade de Units	Preço de Exercício	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
Saldo dos Planos em 31/dez/2013	35.654.230					
Opções Canceladas (PI14 - PSP)	(1.536.735)		2012	Executivos	29/5/2012	30/6/2014
Opções Canceladas (SOP 2014)	(13.300.678)	14,31	2011	Executivos	26/10/2011	30/6/2016
Opções Canceladas (SOP 2013)	(804.121)	14,43	2013	Executivos	2/5/2013	30/6/2018
Opções Canceladas (PSP 2013)	(163.544)		2013	Executivos	13/8/2013	30/6/2016
Opções Concedidas (PSP 2013)	295.957		2013	Executivos	13/8/2013	30/6/2016
Opções Canceladas (SOP)	(4.903.768)	23,50	2010	Executivos	3/2/2010	30/6/2014
Opções Exercidas (PI14 - PSP)	(180.574)		2012	Executivos	29/5/2012	30/6/2014
Opções Exercidas (SOP Entrega 2014)	(1.230.303)		2011	Executivos	26/10/2011	30/6/2016
Saldo dos Planos em 31/dez/2014	13.830.464					
Opções Canceladas (SOP 2013)	(748.408)	14,43	2013	Executivos	2/5/2013	30/6/2018
Opções Canceladas (PSP 2013)	(117.453)		2013	Executivos	13/8/2013	30/6/2016
Opções Exercidas (SOP Entrega 2014)	(52.500)		2011	Executivos	26/10/2011	30/6/2016
Opções Exercidas (SOP Entrega 2014)	(248.499)		2011	Executivos	26/10/2011	30/6/2016
Saldo dos Planos em 31/dez/2015	12.663.604					
SOP Entrega 2014	727.426	14,31	2011	Executivos	26/10/2011	30/6/2016
SOP 2013	9.490.217	14,43	2013	Executivos	2/5/2013	30/6/2018
PSP 2013	2.445.961		2013	Executivos	13/8/2013	30/6/2016
Total	12.663.604					

f.2) Programa Global

Política de Incentivos a Longo Prazo

Na Reunião do Conselho de Administração do Banco Santander Espanha, realizada em 26 de março de 2008, foi aprovada a política de incentivo a longo prazo direcionada aos executivos do Banco Santander Espanha e empresas do Grupo Santander (exceto o Banco Español de Crédito, S.A. - Banesto). Essa política prevê remuneração vinculada às ações do Banco Santander Espanha de acordo com o que foi estabelecido na Assembleia Geral Anual de Acionistas.

Dentre os planos do Banco Santander Espanha, os executivos do Consolidado Santander no Brasil, estão contemplados no Plano de Ações Vinculados a Objetivos: plano plurianual pago em ações do Banco Santander Espanha. Os beneficiários do plano são Diretores Executivos e outros membros da Administração, bem como qualquer outro grupo de executivos determinado pela Diretoria ou pelo Comitê Executivo.

Este plano envolve ciclos de três anos de entrega de ações aos beneficiários. Os primeiros dois ciclos começaram em julho de 2007, com o primeiro ciclo tendo duração de dois anos (PI09) e os demais ciclos tendo uma duração média de 3 anos (PI10/PI11/PI12/PI13 e PI14). Portanto a partir de 2009 haveria o início de um novo ciclo e o encerramento de um ciclo anterior. O objetivo é estabelecer uma sequência adequada entre o final do programa de incentivo, vinculado ao plano anterior I-06, e os sucessivos ciclos desse plano.

Para cada ciclo é estabelecido um número máximo de ações para cada beneficiário que continuou trabalhando no Grupo Santander Espanha durante o plano. Os objetivos cujo cumprimento determinam o número de ações distribuídas, são definidos pela comparação da performance do Grupo Santander Espanha em relação a um Grupo de Referência (instituições financeiras) e estão relacionados a dois parâmetros: RTA e o crescimento em Lucro/Benefício por Ação (LPA).

Cada um desses parâmetros tem 50% de peso na determinação da porcentagem de ações a serem distribuídas. O número de ações a serem distribuídas é determinado em cada um dos ciclos pelo grau de alcance das metas no terceiro aniversário do começo de cada ciclo (com exceção do primeiro ciclo, para isso será considerado o segundo aniversário).

Em 2014 foi lançado um plano de entrega de ações chamado de Incentivos de Longo Prazo Global Outorga 2014 - ILP CRDIV. Este plano está sujeito à consecução do indicador de performance Retorno Total do Acionista (RTA) do Grupo Santander, comparando a evolução do Grupo neste indicador com relação aos principais concorrentes globais e a liquidação será em ações do Grupo Santander Mundial.

Valor Justo do Plano Global

É considerado que os beneficiários não deixarão o Banco Santander durante o prazo de cada plano. O valor justo dos 50% vinculados à posição de RTA relativo do Banco Santander foi calculado, na data de outorga, com base no laudo fornecido por avaliadores externos, elaborado a partir do modelo de avaliação Monte Carlo, realizando 10 mil simulações para determinar o RTA de cada empresa do Grupo de referência, considerando as variáveis a seguir. Os resultados (cada um representando a entrega de determinado número de ações) são classificados em ordem decrescente através do cálculo da média ponderada e descontando o valor à taxa de juros sem risco.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	PI10	PI11	PI12	PI13	PI14
Volatilidade Esperada (*)	15,67%	19,31%	42,36%	49,64%	51,35%
Remuneração Anual dos Dividendos nos Últimos 5 Anos	3,24%	3,47%	4,88%	6,33%	6,06%
Taxa de Juros sem Risco (Título do Tesouro de Cupom Zero) Durante o Prazo do Plano	4,50%	4,84%	2,04%	3,33%	4,07%

(*) Calculado com base na volatilidade histórica para o respectivo prazo (dois ou três anos).

Devido à elevada correlação entre o RTA e o LPA, pode-se considerar (em uma grande parcela dos casos) extrapolar que o valor RTA é válido para o LPA. Por conseguinte, inicialmente foi determinado que o valor justo da parcela dos planos vinculados à posição de LPA relativo do Banco, ou seja, os restantes 50% das opções outorgadas, é igual aos 50% correspondentes ao RTA. Essa avaliação é revisada e ajustada anualmente, uma vez que se refere a condições de mercado não usuais.

	Quantidade de Units	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
Saldo dos Planos em 31/dez/2013	379.685				
Opções Canceladas (PI14)	(379.685)	2011	Executivos	01/07/2011	31/07/2014
Total em 31/dez/2014 e 31/dez/2015	-				

Plano Global CRD-IV:

	2 Anos	3 Anos	4 Anos
Rendimento Futuro de Dividendo	11,10%	10,8%	9,5%
Volatilidade esperada	32,70%	34,7%	36,9%
Comparador de Volatilidade	12% -52%	16% - 56%	16% - 52%
Taxa de juros sem risco	1,70%	2,1%	2,5%
Correlação	0,55	0,55	0,55

O indicador que será usado para mensurar o atingimento dos targets será a comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Grupo Santander com o RTA dos 15 (quinze) principais concorrentes globais do Grupo.

O indicador será apurado em dois momentos: primeiro momento para apuração do programa (2015) e um segundo momento nos pagamentos anuais de cada parcela (2015, 2016 e 2017).

Cada executivo tem um target em Reais. Caso os indicadores sejam atingidos, o target será convertido em ações do Grupo Santander que serão entregues em parcelas nos anos de 2016, 2017 e 2018, com uma restrição de venda de 1 (um) ano depois de cada entrega.

	Quantidade de Units	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2014	-	2014	Executivos		
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2015	-				

Em 2015, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$6.615 (2014 - R\$7.385), referente aos custos nas respectivas datas dos ciclos acima mencionados, para o total dos planos do Programa Global.

Os Planos não causam diluição do capital social do Banco, uma vez que são pagos em ações do Banco Santander Espanha.

f.3) Remuneração Variável Referenciado em Ações

A AGO de Acionistas do Banco Santander Espanha, de 11 de junho de 2010, aprovou a nova política de remuneração de executivos através do plano de pagamento de remuneração variável referenciado em ações para as empresas do Grupo, incluindo o Banco Santander. Esta nova política, com os ajustes aplicáveis ao Banco Santander, foi aprovada pelo Comitê de Nomeação e Remuneração e pelo Conselho de Administração em 2 de fevereiro de 2011.

Os objetivos do plano são: (i) alinhar o programa de remuneração aos princípios do "Financial Stability Board" (FSB) acordados no G20; (ii) alinhar os interesses do Banco Santander e dos participantes (crescimento e lucratividade dos negócios do Banco Santander de forma sustentável e recorrente e reconhecimento da contribuição dos participantes); (iii) possibilitar a retenção dos participantes; e (iv) promover o bom desempenho do Banco Santander e dos interesses dos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo.

O plano tem como objeto o pagamento de remuneração variável, em dinheiro ou ações, conforme detalhado abaixo, devida pelo Banco Santander aos participantes nos termos de sua política de remuneração, atrelado ao desempenho futuro das ações.

O pagamento de remuneração variável referenciada em ações está dentro do limite da remuneração global dos administradores aprovada em AGO do Banco Santander.

A quantidade total de ações referenciadas será liquidada em três parcelas e alocadas igualmente para os três exercícios sociais subsequentes ao ano base.

Em 21 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, o qual foi objeto de deliberação da AGE do dia 7 de fevereiro de 2012.

Em 19 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, o qual foi deliberado em AGE do dia 15 de fevereiro de 2013.

Em 24 de abril de 2013, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, a qual foi aprovada em AGE do dia 3 de junho de 2013.

Nesta proposta foram determinados requisitos para pagamento diferido no futuro de parcela da remuneração variável devida a seus Administradores e outros colaboradores, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável do Banco Santander foi reavaliado e passou a ser dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Coletivo não identificado.

i) Coletivo Identificado - Participantes do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos no Banco e responsáveis das áreas de controle. O diferimento será metade em dinheiro, indexado a 100% do CDI e metade em ações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram registradas despesas no valor de R\$87.995 (2014 - R\$28.570) no Banco e R\$89.961 (2014 - R\$28.371) no Consolidado, referente a provisão do plano e foi registrado ganho com a oscilação do valor de mercado da ação do plano no valor de R\$977 (2014 - R\$2.798) no Banco e R\$1.583 (2014 - R\$2.814) no Consolidado como despesas de pessoal.

ii) Coletivo não Identificado - Funcionários - empregados de nível gerencial e outros funcionários da organização que venham a ser beneficiados pelo Plano de diferimento. O valor diferido será pago 100% em dinheiro, indexado a 100% do CDI. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram registradas despesas no valor de R\$59.417 (2014 - R\$40.793) no Banco e R\$59.797 (2014 - R\$41.553) no Consolidado.

35. Estrutura de Gerenciamento de Risco

O Banco Santander no Brasil se apoia em uma gestão de risco prudente e com a definição do apetite de riscos por parte da Administração atendendo ao regulador local e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. Nessas operações o Banco está exposto, principalmente, aos seguintes riscos:

- Risco de crédito: exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco Santander. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de riscos e uma adequada rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira, conforme definido pela Comissão Executiva.

- Risco de mercado: exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados onde atua.

- Risco operacional é a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, exclui os riscos estratégico e reputacional. Nesta definição inclui-se o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. A gestão e o controle dos riscos operacionais buscam fortalecer os fatores de controles internos e do ambiente de negócios e assim contribuir no aprimoramento do processo decisório e atendimento aos requerimentos dos Órgãos Reguladores, Acordo da Basiléia e às exigências da Lei Sarbanes Oxley. O Modelo também segue as diretrizes estabelecidas pelo Banco Santander Espanha fundamentadas no COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Enterprise Risk Management – Integrated Framework.

- Risco de compliance é definido como risco legal, de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentos, códigos de ética e conduta e das boas práticas bancárias. O gerenciamento de risco de compliance tem caráter preventivo e inclui monitoria, treinamento e comunicação adequada das regras e legislação aplicáveis a cada área de negócios do Banco Santander.

Risco de Lavagem de Dinheiro e de Financiamento ao Terrorismo é a possibilidade de o Banco ser utilizado para a lavagem de dinheiro, através da contratação de produtos, serviços e realização de movimentações financeiras comuns ou complexas envolvendo recursos provenientes de negócios ilícitos no Brasil e no exterior, tais como o tráfico de entorpecentes, corrupção pública, evasão de divisas entre outros.

No caso de financiamento ao terrorismo, o risco está relacionado à realização de transações de ou a favor de pessoas físicas e jurídicas que constam em listas internacionais divulgadas pelo GAFI – Grupo de Ação Financeira Internacional, ONU, União Europeia, entre outras, ou recursos daquelas que se identificam como simpatizantes de grupos extremistas e que por esse motivo, realizam contribuições, doações, atuam na logística de distribuição de recursos afim de auxiliar financeiramente ao terrorismo.

Para prevenir e combater a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo, o Santander dispõe de um Governança Institucional baseada nas melhores práticas de controle e de atendimento aos padrões mundiais de organismos e autoridades nos países onde atua.

- Risco Reputacional - risco de danos na percepção do banco por parte da opinião pública, seus clientes, investidores ou qualquer outra parte interessada

A Gestão de Riscos no Banco Santander é baseada nos seguintes princípios:

- Independência da função de riscos com relação ao negócio. O responsável pela Divisão de Riscos do Banco reporta-se diretamente ao Comitê Executivo e ao Conselho de Administração;

- Envolvimento da Direção nas tomadas de decisão;

- Consenso nas decisões sobre operações de crédito entre as áreas de Riscos e Comerciais;

- Decisões tomadas coletivamente, incluindo a rede de agências, com o objetivo de estimular a diversidade de opiniões e evitar a atribuição de decisões individuais;

- Tradição bem estabelecida no uso de ferramentas estatísticas de previsão de inadimplência, como rating interno e *credit scoring* e *behaviour scoring*, RORAC (Rentabilidade Ajustada ao Risco), VaR (Valor em Risco), capital econômico, análise de cenários extremos, etc.;

- Enfoque global, por meio do tratamento integrado de todos os fatores de risco em todas as unidades de negócio e pela utilização do conceito de capital econômico como métrica homogênea do risco assumido e base para a medição da gestão realizada; e

- Definição de políticas e procedimentos, que constituem o Marco Corporativo básico de Riscos, pelo qual se regulam as atividades e processos de risco.

Manutenção de um perfil de riscos médio-baixo, e baixa volatilidade mediante:

- A busca de um elevado grau de diversificação dos riscos, limitando as concentrações em clientes, grupos, setores, produtos ou geografias;

- Manutenção de baixo grau de complexidade na atividade de mercados; e

- Atenção contínua ao acompanhamento dos riscos para prevenir possível deterioração das carteiras.

Governança Corporativa da Função de Riscos

A estrutura dos Comitês de Riscos do Banco Santander é definida conforme os padrões corporativos e possui as seguintes responsabilidades desenvolvidas em suas reuniões semanais:

- Assegurar que as políticas locais sejam implementadas e seguidas de acordo com os padrões corporativos;

- Autorizar o uso das ferramentas de gestão e os modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna;

- Garantir que a atuação do Banco Santander seja consistente com o nível de tolerância a riscos previamente aprovado pelo Banco Santander Espanha;

- Manter-se informado, avaliar e seguir quaisquer observações e recomendações que venham a ser periodicamente feitas pelas autoridades de supervisão no cumprimento de suas funções; e

- Resolver transações que não estejam na alçada de autoridade delegada aos demais níveis da Administração e definir os limites globais de pré-classificação de riscos em favor de grupos econômicos ou em relação à exposição por tipo de risco.

O Comitê Executivo de Riscos delegou algumas de suas prerrogativas aos Comitês de Riscos, que são estruturados por linha de negócio, tipo e segmento de risco. Na estrutura organizacional do Banco, a função de Riscos é representada por uma vice-presidência independente da área de negócios, que se reporta diretamente à presidência do Banco, sendo fundamental para que se tenha uma visão e controle independentes de risco.

A Vice-Presidência Executiva de Riscos divide-se em áreas que encaixam em dois tipos de enfoques:

- Metodologia e Controle, que adapta as políticas, as metodologias e os sistemas de controle de riscos; e

- Riscos nos Negócios, centrada na gestão de riscos e definição de políticas de riscos para cada negócio do Banco Santander no Brasil.

Gerenciamento de Risco de Crédito

Sua função é a de desenvolver políticas e estratégias para o Gerenciamento de Risco de Crédito, de acordo com o apetite de riscos definido pela Comissão Executiva.

Adicionalmente é responsável pelo sistema de controle e acompanhamento utilizados na Gestão de Riscos de Crédito e Mercado. Estes sistemas e procedimentos são aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco de crédito, individualmente ou agrupados por semelhança.

A especialização da função de riscos do Banco baseia-se no tipo de cliente e, assim, no processo de gestão dos riscos, faz-se uma distinção entre dois segmentos de clientes: individualizados e clientes padronizados (gestão estandarizada).

- Clientes com gestão individualizada: clientes do segmento de Atacado, instituições financeiras e determinadas empresas. A gestão do risco é executada através de um analista de riscos definido e que preparará as análises, encaminhará ao Comitê e fará o acompanhamento da evolução do cliente; e

- Clientes com gestão padronizada (estandarizada): pessoas físicas e empresas não enquadradas como clientes individualizados. A gestão desses riscos baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisões e de avaliação do risco interno, complementados por alçadas comerciais e equipes de analistas especializados para tratar exceções.

A coleta de documentação e informações necessárias para completa análise do risco envolvido nas operações de crédito, a identificação do tomador, da contraparte, do risco envolvido nas operações, a classificação do grau de risco em diferentes categorias, a concessão do crédito, as avaliações periódicas dos níveis de risco; são procedimentos aplicados pelo Banco para determinar os volumes de garantias e provisões necessários para que as operações de crédito sejam realizadas de acordo com as normas vigentes e com a segurança devida. As políticas, os sistemas e os procedimentos utilizados são reavaliados anualmente para estarem sempre de acordo com as necessidades do gerenciamento de riscos e com os cenários atuais do mercado.

O perfil do risco de crédito assumido pelo Banco é caracterizado por uma diversificada distribuição geográfica e pela prevalência de operações bancárias varejistas. Aspectos macroeconômicos e condições de mercado, assim como a concentração setorial e geográfica, o perfil dos clientes, as perspectivas econômicas também são avaliados e considerados na mensuração adequada de risco de crédito.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

O modelo de gerenciamento de capital implantado conta com uma estrutura adequada e bem definida, as ações adotadas são planejadas e contudentes, o que permite o controle seguro e eficiência do uso de capital.

Na estrutura estabelecida há segregação de funções por área especializada, sendo:

- i) Área de Riscos – que identifica, modela e controla os riscos;
- ii) Área de Capital – que controla, apura e reporta o consumo de capital; e
- iii) Área de Gestão Financeira, incumbida de realizar o planejamento e a gestão do capital.

Todos os fluxos, cálculos e modelos envolvidos no gerenciamento de capital são auditados e validados internamente e seus resultados, reportados à Direção.

Já a estrutura do gerenciamento de riscos é pautada em três princípios básicos :

1. Segregação de Funções - A adequada gestão e o controle do Capital requer uma clara alocação de responsabilidades entre as distintas funções e unidades envolvidas tanto em nível local como corporativo, assim como da coordenação e colaboração entre as mesmas para a realização dos objetivos da Entidade e do Grupo.

2. Estrutura Organizacional - A estrutura organizacional local implicada na gestão do Capital deve ser consistente com a estrutura corporativa, sem prejuízo da aplicação do princípio de proporcionalidade.

3. Decisões em Órgãos Colegiados - O estabelecimento de órgãos colegiados em matéria de Capital assegura o contraste de opiniões, evitando a atribuição de capacidades de decisão exclusivamente individuais, tanto em nível local, como corporativo.

No Santander Brasil há um diretor responsável pelo gerenciamento de capital nomeado pelo Conselho de Administração; além disto contamos com uma política institucional de gestão de capital que serve como diretriz para o cálculo, gestão, controle e reporte de Capital; cumprindo com todos os requerimentos definidos para estrutura de gerenciamento de capital estabelecidos na Resolução do CMN 3.988/2011.

a) Modelos de Rating

O Banco usa modelos próprios de *score/rating* internos, para medir a qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação. Cada rating está relacionado com uma probabilidade de inadimplência ou não-pagamento, determinada a partir da experiência histórica da instituição, com a exceção de algumas carteiras conceituadas como *Low Default Portfólios* (Baixa probabilidade de inadimplência). Os *scores/ratings* são utilizados no processo de aprovação e acompanhamento do risco.

As ferramentas de qualificação Global são aquelas aplicadas aos segmentos de risco soberano, instituições financeiras e clientes globais do atacado (GBM), com gestão centralizada no Banco. Essas ferramentas geram o rating de cada cliente, que é obtido a partir de um módulo automático ou quantitativo, com base em coeficientes de balanços patrimoniais ou variáveis macroeconômicas, complementados pelo julgamento do analista.

No caso de empresas e instituições privadas de carteira, foi definida uma metodologia única para elaborar um rating em cada país, baseada nos mesmos módulos que os ratings anteriores: quantitativo ou automático (nesse caso analisando o comportamento de crédito de uma amostra de clientes em relação aos seus estados financeiros), qualitativo ou revisão feita pelo analista com ajustes finais.

As classificações atribuídas aos clientes são revisadas periodicamente, incorporando a nova informação financeira disponível e a experiência desenvolvida na relação bancária. A periodicidade das revisões é elevada no caso de clientes que alcançam certos níveis nos sistemas automáticos de alerta e clientes classificados como de acompanhamento especial. As próprias ferramentas de rating também são revisadas para que as qualificações por elas atribuídas sejam progressivamente apuradas.

Para clientes com gestão padronizada (estandarizada), tanto de pessoas jurídicas como de pessoas físicas, existem ferramentas de *scoring* que atribuem automaticamente uma nota às operações propostas.

Esses sistemas de aprovação de empréstimos são complementados com modelos de rating de performance, os quais permitem uma maior previsibilidade do risco assumido e que são usados para atividades preventivas e de comercialização.

b) Perdas e Custo de Crédito

O Banco estima periodicamente as perdas relacionadas ao risco de crédito e as compara com as perdas efetivas realizadas. Análises periódicas de controle são realizadas com o objetivo de manter o controle sobre o risco de crédito atualizado e de abrir exceções ou renegociar certas operações, sendo possível também aumentar o nível de garantia quando necessário.

Para complementar a utilização dos modelos de admissão e rating, o Banco Santander utiliza outras medidas que apoiam a gestão prudente e eficaz do risco de crédito, com base na perda observada. O custo de crédito é medido principalmente pela performance de indicadores como a variação da provisão para perdas de crédito, dos créditos inadimplentes em processo de recuperação e dos créditos líquidos baixados para prejuízo.

Relatórios sobre gerenciamento de risco são apresentados a Administração para que verifique o alinhamento da gestão de risco com as políticas e a estratégia do Conglomerado Santander. Simulações de situações de risco são realizadas para avaliar a necessidade de revisão de políticas e limites determinados anteriormente.

Todas as informações acerca da estrutura e procedimentos de gestão de risco são mantidas pelo Banco Santander à disposição do Bacen e demais reguladores. Além disso, atendendo ao critério de transparência, as informações sobre gerenciamento de riscos de crédito também são disponibilizadas ao público, trimestralmente, nas demonstrações financeiras.

c) Ciclo do Risco de Crédito

O Banco Santander possui uma visão global da carteira de crédito do Banco ao longo das várias fases do ciclo de risco, com um nível de detalhamento que permite avaliar a situação atual do risco e de eventuais movimentações. Este mapeamento é acompanhado pelo Conselho de Administração e pela Comissão Executiva do Banco que estabelece as políticas e os procedimentos de riscos, os limites e as delegações de alçadas, além de aprovar e supervisionar a atuação da área.

O processo de gestão de risco consiste na identificação, mensuração, análise, controle, negociação e decisão sobre os riscos incorridos nas operações do Banco. Este ciclo possui três fases distintas:

- Pré-venda: inclui os processos de planejamento, fixação de metas, apuração do interesse por risco do Banco Santander, aprovação de novos produtos, análise de risco e processo de rating de créditos e definição de limites;
- Venda: trata-se da tomada de decisão para operações pré-classificadas e específicas; e
- Pós-venda: contempla os processos de monitoramento, mensuração e controle, além da gestão do processo de recuperação.

Planejamento e Limites de Risco

O limite de risco, identifica o interesse do Banco mediante a avaliação de propostas de negócio e a posição de risco. É definido no plano global de limites de riscos, um documento previamente acordado para a gestão integrada do balanço e dos riscos inerentes.

Os limites são baseados em duas estruturas básicas: clientes/segmentos e produtos.

No caso dos riscos individualizados, o nível mais básico é o cliente, para o qual são estabelecidos limites individuais (pré-classificação).

Para os grandes grupos econômicos é utilizado um modelo de pré-classificação baseado em um sistema de mensuração e monitoramento do capital econômico. Em relação ao segmento corporativo, utiliza-se um modelo de pré-classificação simplificado para clientes que cumprem determinados requisitos (conhecimento elevado, rating, entre outros).

No caso dos riscos com clientes com características similares, os limites de risco são planejados mediante programas de gestão de crédito (PGC), este é um documento previamente acordado pelas áreas de negócio que contém os resultados esperados do negócio em termos de risco e retorno, além dos limites a que estão sujeitas à respectiva atividade e à gestão de riscos.

Análise de Risco

A análise de risco é um pré-requisito de aprovação de empréstimo a clientes e consiste em examinar a capacidade do cliente em fazer frente a seus compromissos contratuais com o Banco Santander, o que inclui analisar a qualidade do crédito do cliente, suas operações de risco, sua solvência, a sustentabilidade de seus negócios e o retorno pretendido tendo em vista o risco assumido.

Essa análise de risco é realizada no mínimo anualmente, podendo ser revisado com maior periodicidade se o perfil de risco do cliente o requerer (em função de sistemas de alerta centralizadas ou visitas do gerente ou analista de crédito) ou se existirem operações pontuais fora da pré-classificação.

Tomada de Decisão sobre Operações

O processo de tomada de decisão sobre operações tem por objetivo analisá-las e adotar resoluções, levando em consideração o interesse por risco e quaisquer elementos da operação importantes para contrabalançar risco e retorno.

O Banco Santander utiliza, entre outras, a metodologia RORAC para a análise e a precificação no processo de tomada de decisão sobre operações e negócios.

Monitoramento e Controle de Risco

Além das funções exercidas pela Divisão de Auditoria Interna, a Vice-Presidência Executiva de Riscos tem uma área específica de monitoramento dos riscos para o adequado controle da qualidade do crédito. Esta área é formada por equipes com recursos e responsáveis específicos.

Essa área de monitoramento baseia-se em um processo de observação permanente, que permite a detecção antecipada de incidentes que possam decorrer da evolução do risco, das operações, dos clientes e de seu ambiente, de forma a que se tomem ações preventivas. Essa área de monitoramento é especializada por segmento de clientes.

Para isso, foi projetado um sistema denominado FEVE (Firmas sob Vigilância Especial) que diferencia quatro categorias baseadas no nível de preocupação gerado pelas circunstâncias observadas (extinguir, garantir, reduzir e acompanhar). A inclusão de uma empresa no Sistema FEVE não significa que ocorreu uma inadimplência, mas que é aconselhável adotar uma política específica com ela, alocando um responsável e definindo o prazo de implementação da política. Os clientes classificados no FEVE são revisados pelo menos semestralmente ou a cada trimestre, no caso de clientes em categorias mais graves. A classificação de uma empresa no FEVE decorre do próprio monitoramento, da revisão realizada pela Auditoria Interna, de decisão do gerente responsável pela empresa ou do acionamento do sistema de alerta automático.

No caso dos riscos de clientes com características similares, os indicadores-chave são monitorados com o objetivo de detectar variações no desempenho da carteira de crédito em relação às previsões realizadas nos programas de gestão de crédito.

d) Controle de Risco

Sua função é obter uma visão global da carteira de crédito do Banco ao longo das várias fases do ciclo de crédito, com um nível de detalhamento que permita a avaliação da situação atual do risco e de eventuais movimentações.

Eventuais mudanças na exposição do Banco ao risco de crédito são controladas de forma contínua e sistemática. Os impactos dessas mudanças em certas situações futuras, de natureza exógena e os decorrentes de decisões estratégicas, são avaliados a fim de estabelecer medidas que devolvam o perfil e o valor da carteira de crédito aos parâmetros estabelecidos pela Comissão

e) Provisões

O Banco Santander constitui provisão de acordo com a legislação vigente do Bacen, de acordo com as Resoluções CMN 2.682/1999; 2.697/2000 e a Carta Circular Bacen 2.899/2000, que classifica as operações de crédito por rating e determina o percentual mínimo de provisão requerido (Nota 8.e).

f) Patrimônio de Referência

O gerenciamento de capital do Banco Santander é realizado tanto para o capital regulatório quanto para o capital econômico. A gestão de capital regulatório baseia-se na análise dos “ratios” de capital, usando critérios definidos pelo Bacen. O Banco Santander apresenta uma gestão de capital ativa incluindo securitizações, venda de ativos e carteiras, emissões de ações preferenciais e instrumentos híbridos. O modelo de avaliação de capital econômico visa garantir a disponibilidade de capital para suportar todos os riscos de sua atividade econômica nas diversas unidades de negócio em diferentes cenários, com os níveis de solvência acordados pelo Banco Santander.

g) Recuperação de Crédito

A Diretoria de Recuperação atua na cobrança e recuperação de créditos do Banco nos segmentos Atacado e Varejo e reporta diretamente à Presidência. As estratégias e os canais de atuação são definidos de acordo com os dias de atraso no pagamento e com os montantes em atraso, que resultam em um Mapa de Responsabilidades. Nos primeiros dias da inadimplência, é adotado um modelo mais intensificado de cobrança, com estratégias específicas, com monitoramento interno mais próximo. Centrais de atendimento, inclusão nos órgãos de proteção ao crédito, cobrança por cartas e pela rede de agências são utilizadas durante esta fase, com o intuito de recuperar os clientes. Em faixas maiores de atraso e valores mais expressivos, inclusive segmento Atacado, entram em ação equipes internas especializadas em reestruturação e recuperação de créditos com atuação direta aos clientes inadimplentes. Valores mais baixos ou atrasos ainda mais severos têm a recuperação realizada por meio de esforços terceirizados de cobrança administrativa ou judicial, de acordo com critérios internos, que são remunerados em função do êxito na recuperação de valores em atraso.

São utilizadas ferramentas estatísticas como a pontuação comportamental, para estudar o desempenho de cobrança de certos grupos de clientes e traçar estratégias mais assertivas de recuperação. Estes modelos procuram medir a probabilidade dos clientes ficarem inadimplentes, ajustando os esforços de cobrança, visando à recuperação do negócio e a redução de custos. Os clientes com maior probabilidade de pagamento são classificados como baixo risco e os clientes com menor probabilidade de pagamento são classificados como alto risco e recebem ações de cobrança mais intensas.

Os canais de atuação são definidos conforme mapa de responsabilidade, que utilizam o tempo de inadimplência versus o valor vencido - além de outras características utilizadas para compor a criação de estratégias.

Frequentemente são executadas vendas de carteira de créditos de dívidas incobráveis. Essas vendas de carteiras acontecem periodicamente por meio de processos de leilão a fim de melhores oportunidades no mercado.

h) Risco Socioambiental

Com base na estratégia de sustentabilidade, nas diretrizes da Resolução CMN 4.327/2014 e da autorregulação SARB 14 da Febraban, que dispõem sobre a Responsabilidade Socioambiental de Instituições Financeiras, foi implantada em 2015 a Política de Responsabilidade Socioambiental do Santander (PRSA), aprovada em dezembro de 2014 em Comitê Executivo e Conselho de Administração. A implantação da Política se deu de forma colaborativa e participativa junto às áreas internas da organização.

Com o objetivo de atender os compromissos assumidos na PRSA, foi implantado em 2015 um plano de ação que envolveu áreas relacionadas às atividades e operações da organização. As ações implantadas buscaram reforçar e complementar os processos de gerenciamento de risco socioambiental já existentes na Organização, e foram além, compondo também uma agenda de estímulo a boas práticas socioambientais envolvendo clientes, funcionários, fornecedores e sociedade. Entre as principais ações decorrentes da implantação do plano é possível destacar o lançamento do curso online obrigatório sobre a Política de Responsabilidade Socioambiental realizado em 2015 por 45.556 funcionários.

Governança da Política de Responsabilidade Socioambiental

A PRSA estabelece os elementos centrais de governança para o tratamento adequado das questões socioambientais: a nomeação de um Diretor responsável pelo cumprimento da política, o acompanhamento da política por um Comitê nomeado pelo Conselho de Administração e o estabelecimento de um processo que estimula a melhoria contínua e promove a verificação de aderência às diretrizes estabelecidas na PRSA.

Buscando avançar as práticas relativas a esta governança, está em implantação um conjunto de instrumentos, fluxos de informações e instâncias de decisão que garantirá o cumprimento da PRSA.

Fluxos de Monitoramento do Cumprimento da Política e Melhoria Contínua

Para monitoramento das ações socioambientais do Santander foi criado um painel de indicadores para acompanhar o cumprimento dos compromissos assumidos. Sua implantação tornará possível estabelecer um fluxo de informações, entre as áreas envolvidas e a Administração.

O painel de indicadores será acompanhado pela Administração de forma sistemática a partir de janeiro de 2016.

Um dos compromissos para o ano de 2016 é a implantação de ações relacionadas à melhoria contínua da Política de Responsabilidade Socioambiental. O Santander Brasil permanece preparado para um processo colaborativo de construção, compartilhamento de experiências e resultados com seus pares, principais stakeholders e com o Bacen. Este movimento tornará o Sistema Financeiro Nacional mais sólido e robusto, portanto mais preparado para um novo cenário econômico mundial e seus desafios.

Política de Risco Socioambiental

A Política de Risco Socioambiental do Banco Santander está inserida no âmbito da PRSA da instituição, alinhada com a nova Resolução CMN 4.327/2014.

Essa Política é aplicada para o Banco de Atacado e, além da concessão de crédito, prevê a análise de questões socioambientais na aceitação de clientes. A área de Risco Socioambiental analisa a gestão socioambiental do cliente verificando itens como áreas contaminadas, desmatamento, violações trabalhistas e outros problemas para os quais existe o risco de aplicação de penalidades.

Gestão Ambiental

Com cerca de 50 mil funcionários a atividade do Santander Brasil gera consumo relevante de recursos como energia, água e papel. Em todas as suas frentes, o Banco adota estratégias de ecoeficiência, para minimizar impactos ambientais e custos financeiros.

Entre os destaques de 2015, está a inauguração da agência piloto do novo modelo de atendimento Santander. No projeto foram inseridos requisitos relacionados à autossuficiência ambiental da unidade, como soluções de energia fotovoltaica e captação de águas pluviais, soluções que serão integradas à unidade em 2016.

Em 2015, a Política do Sistema de Gestão Ambiental foi reformulada e aprovada contemplando estes aspectos materiais da organização. Uma nova estratégia e uma nova governança foram implementadas, garantindo o envolvimento da alta liderança na tomada de decisão relativa às questões ambientais. Novos objetivos também foram definidos.

A Nova Política de Gestão Ambiental do Santander tem como principais diretrizes:

- Atender aos requisitos legais e outros aplicáveis;
- Promover medidas orientadas à eficiência energética e hídrica, ao uso de energias renováveis, a fim de fazer o melhor uso dos recursos naturais, conservando-os;
- Promover a gestão adequada dos resíduos, incluindo os resíduos eletroeletrônicos; e
- Contribuir para o combate às mudanças climáticas por meio de melhores práticas de mensuração, reporte e redução de suas emissões de gases de efeito estufa, utilizando padrões reconhecidos nacional e internacionalmente.

Energia

O Santander Brasil colabora para a meta global de redução de consumo de energia elétrica em 20% até 2015, contando a partir de 2011. Em 2015, no Brasil, a redução foi da ordem de 5%, em relação a 2014.

Água

2015 foi um ano crítico para o tema água, o que se refletiu em nossas operações. Não houve necessidade de fechamento, mas sim de contingência, principalmente em unidades onde houve desabastecimento. Nestes casos, soluções alternativas como o uso de água de caminhões pipa apoiaram a continuidade das atividades. Em 2015, no Brasil, a redução do consumo de água foi de 20%, em relação a 2014.

Resíduos

O Banco fez o gerenciamento dos resíduos gerados em suas unidades administrativas, destinando-os para reciclagem. Os resíduos orgânicos e não recicláveis são encaminhados para aterro licenciado. Na Torre Santander, os resíduos orgânicos são desidratados, reduzindo o volume em torno de 75%. Em 2015, o Banco deixou de enviar cerca de 100 toneladas de resíduo orgânico para o aterro.

Emissões de Gases de Efeito Estufa

O Banco pauta a gestão das suas emissões de GEE pela meta global de reduzir em 20% as emissões até o ano de 2015, tendo como base de comparação o ano de 2011. O acompanhamento dessa meta é feito pela Huella Ambiental, indicador global de ecoeficiência do Grupo Santander.

Desde 2008 o Santander realiza seu inventário de emissões pelo sistema do *Greenhouse Gas Protocol* (GHG Protocol Brasil), no qual possui certificação máxima. O Banco realiza ainda a compensação de suas emissões de GEE por meio da compra de créditos de carbono de projetos certificados, e responde ao Carbon Disclosure Project (CDP). Em 2015, o Santander foi reconhecido como uma das dez melhores empresas do ranking brasileiro do Climate Disclosure Leadership Index, que mede a gestão do tema climático nas organizações.

Adicionalmente, compromissos e metas de redução foram assumidos publicamente no Pacto Global. O Banco estimula a sociedade a reduzir e compensar suas emissões, por meio do Programa Reduza e Compense CO₂, plataforma online com dicas de redução, que permite que cada pessoa calcule e compense suas emissões com a compra de créditos de carbono.

Gestão Socioambiental de Fornecedores

Entre os principais fornecedores do Santander, destacam-se empresas do setor de segurança, transporte de valores, tecnologia e Call Center. Esses fornecedores são respaldados nos contratos do Banco por cláusulas de responsabilidade socioambiental alinhadas às diretrizes do Pacto Global - iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) para adoção de práticas mundialmente aceitas em temas como direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, do qual é signatário desde 2008. Além do processo de homologação, no qual os fornecedores são avaliados em aspectos técnicos, administrativos, legais e socioambientais, o Banco também possui um Índice de Qualificação de Fornecedores (IQF) que é aplicado a fornecedores críticos.

Educação Financeira

O Banco conta com iniciativas de educação financeira específicas para funcionários, clientes, acionistas e sociedade com o objetivo elevar o nível de conhecimento dos nossos públicos sobre os produtos do Banco de forma que possam tomar decisões com segurança. Estas ações contribuem paralelamente com a constante melhoria da nossa carteira de clientes e são realizadas em linha com a estratégia Nacional de Educação Financeira.

Transparência

O Banco publicou o Relatório Anual que reúne informações econômicas, sociais, ambientais e de governança sobre o Santander Brasil, ocorridas entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de cada ano. O material segue as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) - versão G4, no modelo "abrangente" de relato. Além da GRI, apresenta as diretrizes estabelecidas pela Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), da norma AA1000SES (AA1000SES Stakeholders Engagement) e a partir de 2014 passou a incorporar algumas diretrizes do primeiro framework de relato integrado estabelecido pelo IIRC (*International Integrated Reporting Council*). A publicação passa por processo de asseguração emitido por auditoria independente.

i) Outras Informações

(i) O processo de gerenciamento, acompanhamento e controle de capital é realizado tanto para o capital regulatório quanto econômico. A gestão de capital regulatório é baseada na análise da adequação dos níveis de capital através do índice de Basileia, utilizando os critérios definidos pelo Bacen. O objetivo é atingir uma estrutura de capital eficiente considerando os custos de capital, requerimentos regulatórios, objetivos de rating e retorno aos investidores.

(ii) Nas operações de venda ou transferência de ativos financeiros são analisadas as condições e características das operações para a adequada avaliação e classificação quanto à gestão dos riscos e retenção dos benefícios.

(iii) Um maior detalhamento da estrutura de gerenciamento de riscos de crédito, está descrito no relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

36. Reestruturações Societárias

Foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Conglomerado Santander.

a) Acordo para a Aquisição, de parte das Operações Financeiras do Grupo PSA no Brasil e a Consequente Criação de uma Joint Venture

No dia 24 de julho de 2015, a Aymoré CFI e o Banco Santander, no contexto da parceria firmada entre o Banque PSA Finance ("Banque PSA") e o Santander Consumer Finance na Europa para operação conjunta dos negócios de financiamento de veículos das marcas PSA (Peugeot, Citroën e DS), assinaram documentos vinculativos para a formação de uma cooperação financeira com o Banque PSA para a oferta de uma gama de produtos e serviços financeiros e securitários aos consumidores e concessionários das marcas PSA no Brasil. O principal veículo da cooperação financeira será o Banco PSA Finance Brasil S.A. que passará a ser detido na proporção de 50% pela Aymoré CFI, subsidiária do Banco Santander, e 50% pelo Banque PSA. O preço de aquisição será igual ao valor patrimonial (proporcional) na data de fechamento. A operação engloba ainda a aquisição, por meio de subsidiárias do Banco Santander, de 100% da PSA Finance Arrendamento Mercantil S.A., cujo preço será equivalente a 74% do valor patrimonial na data de fechamento, e, ainda, de 50% da PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda., cujo preço será igual ao valor patrimonial (proporcional) na data de fechamento. A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias e concorrenciais pertinentes.

b) Investimento na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. ("Super")

Em 3 de outubro de 2014, a Aymoré CFI assinou um acordo de investimento ("Acordo") no qual se comprometeu a realizar um investimento na Super, que resultaria na subscrição e integralização de novas ações de emissão da Super correspondentes a 50% do seu capital total e votante.

O fechamento da operação ocorreu em 12 de dezembro de 2014 e estava condicionado à conclusão de algumas condições precedentes previstas no Acordo, inclusive a aprovação prévia do Banco Central (obtida em 2 de dezembro de 2014). A Aymoré CFI subscreveu e integralizou o capital social da Super em R\$31.128, mediante a emissão de 20 milhões novas ações ordinárias. O Conglomerado Santander tem o controle desta sociedade.

c) Incorporação da Getnet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações H.U.A.H. S.A. (Getnet H.U.A.H. S.A.) pela Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Getnet S.A.)

Em 31 de julho de 2014 foi concluída a aquisição da Getnet H.U.A.H. S.A., anunciada em 4 de abril de 2014.

Nas AGEs de 31 de agosto de 2014, os acionistas das Companhias aprovaram a incorporação da Genet H.U.A.H. S.A. pela Getnet S.A. nos termos do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Getnet H.U.A.H. S.A. pela Getnet S.A. (Protocolo) de 29 de agosto de 2014.

Pelo Protocolo, a Getnet S.A. recebeu pelo valor contábil a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Getnet H.U.A.H. S.A. no valor total de R\$42.895, a qual foi extinta e sucedida pela Getnet S.A. em todos os seus direitos e obrigações (Incorporação). Tendo em vista que a totalidade das ações de emissão da Getnet H.U.A.H. S.A. eram de propriedade da Getnet S.A., não houve aumento do capital social da Getnet S.A. em decorrência da aprovação da Incorporação, de modo que o acervo líquido da Getnet H.U.A.H. S.A. foi registrado na Getnet S.A. em contrapartida da conta de investimentos.

A implementação da Incorporação representa uma etapa relevante do processo de simplificação, integração e consolidação das operações de captura e processamento das atividades de meios de pagamento do Grupo Santander no Brasil. As vantagens da nova estrutura são maior flexibilidade na gestão do negócio com nova abordagem comercial mais completa e aumento da alavancagem operacional com ganhos de escala.

A Incorporação se deu com base no Balanço de 31 de julho de 2014, especialmente elaborado para fins da Incorporação e as variações patrimoniais verificadas entre 1 de agosto de 2014 a 31 de agosto de 2014 foram apropriadas pela Getnet S.A.

Balanço Patrimonial Resumido em 31 de Julho de 2014

Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	272.491	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	396.205
Disponibilidades	21.720	Instrumentos Financeiros Derivativos	4.574
Outros Créditos	247.388	Obrigações por Empréstimos	169.702
Outros Valores e Bens	3.383	Outras Obrigações	221.929
Ativo Permanente	166.609	Patrimônio Líquido	42.895
Investimentos	6.129		
Imobilizado	99.674		
Intangível	60.806		
Total	439.100	Total	439.100

d) Acordo de Investimento entre o Banco Santander e Banco Bonsucesso S.A. (Banco Bonsucesso)

No dia 30 de julho de 2014 o Banco, por meio de sua controlada Aymoré CFI, e o Banco Bonsucesso celebraram Contrato de Investimento por meio do qual concordaram em formar uma associação no setor de crédito consignado e de cartão de crédito consignado (Banco Bonsucesso Consignado).

Em 10 de fevereiro de 2015, com a aprovação do Bacen, a transação foi concluída e o Banco Santander, através da Aymoré CFI, tornou-se o acionista controlador do Banco Bonsucesso Consignado, com 60% do capital social total e votante. O Banco Bonsucesso permaneceu com a parcela remanescente do capital social (40%).

O Banco Bonsucesso Consignado tornou-se o veículo exclusivo do Banco Bonsucesso e suas afiliadas para a oferta de crédito consignado no Brasil. O Banco Santander continuará a originar operações de crédito consignado por meio de seus canais próprios de maneira independente.

e) Investimento na iZettle do Brasil Meios de Pagamento S.A. (iZettle Brasil)

Em 18 de julho de 2014, o Banco adquiriu uma participação de 50% no capital social da iZettle Brasil, mediante um aporte de capital na sociedade no valor de R\$17.240.

Em 31 de julho de 2014, o Banco contribuiu a totalidade de sua participação na iZettle Brasil ao capital social da Getnet S.A.

A iZettle Brasil atua no mercado de meios de pagamento, com o desenvolvimento e a distribuição de produtos e soluções de meios de pagamento. Essa parceria foi realizada no contexto de um acordo global firmado em dezembro de 2012 entre Banco Santander Espanha e a iZettle Suécia com o objetivo de criar uma atuação conjunta e coordenada nos diferentes mercados onde o Grupo Santander atua, dentre eles: Espanha, Brasil, Reino Unido e México.

f) Novo Acordo de Acionistas da TecBan

No dia 17 de julho de 2014, os principais bancos de varejo do país, dentre eles o Banco Santander, por meio de uma de suas subsidiárias, assinaram um novo Acordo de Acionistas da TecBan ("Novo Acordo de Acionistas"). O Novo Acordo de Acionistas prevê que, em aproximadamente 4 anos contados de sua entrada em vigor, os Acionistas deverão ter substituído parte de sua rede externa de Terminais de Autoatendimento ("TAA") pelos TAAs da Rede Banco24Horas, que são e continuarão sendo geridos pela TecBan, gerando aumento de eficiência, bem como, maior qualidade e capilaridade de atendimento a seus clientes.

g) Venda da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.

Em 19 de junho de 2014, foram assinados os documentos preliminares contendo os principais termos e condições da operação de venda do negócio de custódia qualificada, atualmente desempenhado pelo Banco Santander, e da totalidade das ações de emissão da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.

A operação está inserida no contexto de uma parceria estratégica global entre o Banco Santander Espanha e um grupo liderado por Warburg Pincus LLC na atividade de custódia qualificada na Espanha, no Brasil e no México.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Em 31 de agosto de 2015 foi concluída a operação de venda do negócio de custódia qualificada, com a alienação da totalidade das ações de emissão da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. à Santander Securities Services Brasil Participações S.A., controlada indiretamente pelo Banco Santander, S.A., no valor de R\$859 milhões, nos termos do informado ao mercado no dia 19 de junho de 2014.

A operação gerou um ganho de R\$750.550 antes dos impostos, registrado na rubrica "resultado não operacional" (Nota 33).

h) Outros Movimentos Societários

Também foram realizados os seguintes atos societários:

- Em 30 abril de 2015, foi formalizada a incorporação e consequente extinção das sociedades KM Locanet Ltda. - ME (Compreauto) e Ideia Produções pela Webmotors S.A. (Nota 15).
- Em 30 abril de 2015, foi formalizada a incorporação e consequente extinção da sociedade Go Pay pela Getnet S.A., sendo o acervo líquido contábil transferido da Go Pay para a Getnet S.A., com data base de 31 de março de 2015, no valor de R\$291 (Nota 15).
- Em 23 de março de 2015, a Santander Participações alienou a totalidade de sua participação na Santos Energia para a Inversiones Capital Global, S.A., sociedade indiretamente controlada pelo Banco Santander Espanha, pelo montante de R\$127.012 (Nota 13).
- Em 23 de março de 2015, a Santander Participações alienou a totalidade de sua participação nas Sociedades de Propósito Específico Gestamp Eólica Serra de Santana S.A., Gestamp Eólica Paraíso S.A., Gestamp Eólica Lanchinha S.A., Gestamp Eólica Seridó S.A. e Gestamp Eólica Lagoa Nova S.A. para a ICG do Brasil S.A., sociedade indiretamente controlada pelo Banco Santander Espanha, pelo montante de R\$120.000 (Nota 13).
- Em 10 de dezembro de 2014, foi concluída a aquisição, pela Webmotors S.A., de 100% do capital social da Virtual Motors Páginas Eletrônicas Ltda.

37. Evento Subsequente

Exercício de Opção de Compra das Ações Remanescentes da Super

Em 4 de janeiro de 2016, a Aymoré CFI comunicou aos Vendedores sua decisão de exercer opção de compra dos 50% das ações remanescentes da Super de propriedade dos Vendedores. O fechamento da operação está condicionado à processo de due diligence confirmatória e à aprovação do Bacen.

38. Outras Informações

- a) As coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$40.408.776 (31/12/2014 - R\$40.563.669).
- b) O valor total de fundos de investimento e ativos sob gestão do Conglomerado Santander é de R\$7.071.778.610 (31/12/2014 - R\$7.337.828) e o total de fundos de investimento e ativos administrados é de R\$214.006.292.724 (31/12/2014 - R\$173.588.617) registrados em contas de compensação.
- c) Os seguros contratados vigentes em 31 de dezembro de 2015, na modalidade global de bancos, incêndios, veículos e outros, têm valor de cobertura de R\$1.004.750 (31/12/2014 - R\$1.355.528) e na modalidade global de bancos, foi contratado um seguro com valor de cobertura no valor de R\$296.999 (31/12/2014 - R\$204.320), podendo ser utilizado isoladamente ou em conjunto, desde que não ultrapasse o valor contratado
- d) Os saldos relativos às operações vinculadas eram:

	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
		01/01 a		01/01 a
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2014
Operações Ativas Vinculadas				
Operações de Crédito	10.156	1.332	10.673	673
Obrigações por Operações Ativas Vinculadas				
Depósitos	(10.156)	(1.332)	(10.673)	(673)
Resultado Líquido		-		-

Não existem operações inadimplentes, bem como questionamentos judiciais sobre operações ativas vinculadas ou sobre os recursos captados para a aplicação nessas operações.

e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN 3.263/2005 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto a contraparte.

f) Outros Compromissos - o Banco Santander aluga propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis em 31 de dezembro de 2015 é de R\$3.199.111, sendo R\$640.132 em até 1 ano, R\$1.873.889 entre 1 a 5 anos e R\$685.090 com mais de 5 anos. Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$696 correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesa no exercício de 2015, foram no valor de R\$659.332 (2014 - R\$679.379).

Os contratos de alugueis serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente o presente contrato, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor.

No contexto da operação, o Banco Santander outorgou aos sócios da Getnet H.U.A.H. S.A. uma opção de venda tendo por objeto todas as ações de emissão da Getnet H.U.A.H. S.A. por eles detidas, equivalentes a 11,5% do capital total desta empresa. Considerando as condições para o exercício da opção de venda, não foi registrada nenhuma obrigação correspondente (Nota 37.c).

No contexto da operação, foram outorgados entres as instituições uma opção de venda (direito do Banco Bonsucesso de venda) e de compra (direito do Banco Santander de aquisição), tendo por objeto todas as ações de emissão do Banco Bonsucesso por eles detidas, equivalentes a 40,0% do capital total desta empresa. Considerando as condições para o exercício da opção de venda, não foi registrada nenhuma obrigação correspondente (Nota 15 e 37.d).

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Av. Juscelino Kubitschek, 2235 -10 andar

São Paulo – SP – Brasil – 04543-011

Tel.: (55 11) 3553-3300

Email: ri@santander.com.br